

O BORDÃO DO POBRE

Um estudo sobre o gado como estratégia
econômica para uma população minifun-
diária no Rio Grande do Sul

Sérgio Alves Teixeira

O BORDÃO DO POBRE

Um estudo sobre o gado como estratégia
econômica para uma população minifun-
diária no Rio Grande do Sul

Tese apresentada ao Curso de Mestrado
em Antropologia Social da Universidade
Estadual de Campinas (SP)

Porto Alegre, 1976

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Orientador:

Doutor Luís Mott

DEDICATÓRIA

Minha carreira no magistério da Universidade Federal do Rio Grande do Sul não foi cortada logo no seu início graças à solidariedade ativa dos professores

Othelo Sanches Laurent

Earle Diniz Macarthy Moreira

Stela Ribeiro Maya

Carlos Germano Sohni

Dante de Laytano

Dorival Silva Schmitt (falecido)

Helga Iracema Landgraf Piccolo

Plínio da Silva Russomano

e

Raphael Copstein

A eles e à memória de meus pais dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Pela colaboração que prestaram para a realização deste trabalho o autor agradece:

A todos aqueles que lhe prestaram informações.

Aos seus professores do curso de Mestrado em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, em especial aos Doutores Juan Martinez-Alier pela atenção que dispensou a seu interesse pela Antropologia Econômica; Verena Martinez-Alier, Robert W. Shirley e Luis Mott, pela orientação dada a este trabalho, os primeiros como co-orientadores e o último como orientador.

A Ökumenisches Studienwerk de Bochum, República Federal da Alemanha, pela concessão de bolsa de estudos para a realização da parte teórica do curso de Mestrado.

Ao Professor Luiz Carlos de Mesquita Rothmann, diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelas muitas facilidades que lhe propiciou.

À Professora Olga Fedossejeva pela versão do resumo para o inglês.

A sua mulher, Professora Carmem Maria Ulrich Teixeira, pela revisão gramatical e muitas críticas de alta valia.

Aos alunos do curso de Ciências Sociais da U.F.R.G.S. pelo auxílio prestado na realização da "amostra 72" tantas vezes aqui citada.

A seus alunos do mesmo curso em 1975 pela benevolência e compreensão face à atenção que não foi possível lhes dar.

Aos colegas de mestrado pelas muitas colaborações recebidas, em especial a Ercy Parreira, Ana Vichi, Yoshiko Tanabe Mott, Lúcia Helena Sabóia, Beatriz, José Carlos Sabóia, Marisa Corrêa, Rose Marie Lobert, Maria José Souza e, mais ainda, a Maria Aparecida Carvalho.

SUMÁRIO

RESUMO	13
SUMMARY	16
1 - INTRODUÇÃO	19
1.1 - Objetivos do estudo	19
1.2 - O conceito de minifúndio	20
1.3 - A pesquisa	21
1.3.1 - Local	21
1.3.2 - Duração da pesquisa	22
1.3.3 - Condições no campo	22
1.3.4 - Coleta de dados	22
1.3.5 - Reação da população	27
2 - O MUNICÍPIO E A ÁREA	30
2.1 - O município	30
2.2 - A área	31
2.2.1 - O meio natural	31
2.2.2 - O meio sócio-cultural	35
2.2.2.1 - A população	35
2.2.2.2 - As unidades domésticas	36
2.2.2.3 - Estrutura fundiária	37
2.2.2.4 - A obtenção da subsistência	41
2.2.2.5 - Divisão do trabalho doméstico	48
2.2.2.5.1 - Atividades propriamente de mulheres	48
2.2.2.5.2 - Atividades propriamente de homens	48
2.2.2.5.3 - Atividades propriamente de crianças	49
2.2.2.5.4 - Atividades comuns a homens, mulheres e cri- anças	49
2.2.2.5.5 - Atividades comuns a mulheres e crianças	49
2.2.2.6 - A habitação	50
2.2.2.6.1 - Casa padrão da camada rica	50

2.2.2.6.2 - Casa padrão da camada remediada	51
2.2.2.6.3 - Casa padrão da camada pobre	52
2.2.2.6.4 - Casa padrão da camada mais pobre	52
2.2.2.7 - Alimentação	53
2.2.2.8 - A água para uso doméstico	54
2.2.2.9 - Estabelecimentos comerciais	55
2.2.2.10 - Estabelecimentos industriais	57
2.2.2.11 - Participação em cooperativas de produtores ...	58
2.2.2.12 - Ensino	58
2.2.2.13 - Transporte	59
2.2.2.14 - As relações de parentesco e vizinhança	60
2.2.2.15 - Relações com a sede municipal	65
3 - REVISÃO DE LITERATURA	68
3.1 - Apresentação	68
3.1.1 - Trabalhos de teorização abrangente	68
3.1.2 - Trabalhos que abordam temas específicos em situa- ções particulares	74
3.2 - Apreciação	89
4 - O GADO	93
4.1 - Generalidade	93
4.1.1 - Tipos	93
4.1.2 - Raça	94
4.1.3 - Composição do gado de unidades domésticas	94
4.1.3.1 - Quanto ao tipo	94
4.1.3.2 - Quanto ao número	97
4.2 - Avaliação	99
4.2.1 - Avaliação positiva	99
4.2.2 - Avaliação negativa	100
4.3 - Autoridade sobre o gado	102
4.3.1 - Por parte do marido e da mulher	102
4.3.2 - Por parte dos filhos	103
4.4 - Nomenclatura	104
4.4.1 - Origem dos nomes	104
4.4.2 - Frequência dos nomes	105
4.4.3 - Troca de nomes	106
4.4.4 - Nome e sexo	106
4.4.5 - Nome de bois	106
4.4.6 - Ausência de nome	107
4.5 - Marca de propriedade	108
4.5.1 - Desenho e registro das marcas	108

4.5.2 - A marcação	109
4.6 - Acesso a pastagens naturais	112
4.6.1 - Mediante a posse de terra	112
4.6.2 - Mediante o arrendamento da terra	114
4.6.3 - Mediante o empréstimo da terra	115
4.6.4 - Mediante o pagamento de pastagem por cabeça	115
4.6.5 - Mediante a permuta de pastagem por trabalho	117
4.6.6 - Mediante a apropriação de pastagens públicas	119
4.7 - Suplementação alimentar	120
4.7.1 - A mandioca	120
4.7.2 - Para aumento da produção de leite	122
4.7.3 - Para engorda de animais a serem comercializados para abate	123
4.7.4 - Para manutenção de bois em trabalho	123
4.7.5 - Para recuperação de animais debilitados	124
4.7.6 - Para prevenir a debilitação por escassez de pas- tagens	125
4.8 - Instalações e equipamentos ligados ao gado	127
4.8.1 - Instalações	127
4.8.1.1 - Cercas	127
4.8.1.2 - Mangueiras (currais)	128
4.8.1.3 - Brete	129
4.8.1.4 - Galpões	129
4.8.2 - Equipamentos	130
4.8.2.1 - Carrocinha do leite ou charrete	130
4.8.2.2 - Vasilhame para o leite	130
4.8.2.3 - Cavalos	130
4.8.2.4 - Arado	132
4.8.2.5 - Grade	132
4.8.2.6 - Disco	132
4.8.2.7 - Cultivador ou capinadeira	132
4.8.2.8 - Carreta (carro de bois)	133
4.8.2.9 - Tombeira ou carreta tombeira	133
4.9 - A doma	134
4.9.1 - Para ordenha	134
4.9.2 - Para tração	135
4.10 - Cuidados com a saúde	141
4.10.1 - Cuidados preventivos	141
4.10.1.1 - Vacinação contra a febre aftosa	141
4.10.1.2 - Vacinação contra o carbúnculo	144
4.10.1.3 - Vacinação contra a brucelose	144

4.10.1.4	- Prevenção contra bicheiras ou miíases	144
4.10.1.5	- Prevenção de intoxicação alimentar	145
4.10.1.6	- Prevenção de engasgamento	145
4.10.2	- Cuidados curativos	145
4.10.2.1	- Tratamento de bicheiras ou miíases	145
4.10.2.2	- Combate aos bernes	146
4.10.2.3	- Combate aos carrapatos	147
4.10.2.4	- Tratamento de engasgamento	148
4.10.2.5	- Tratamento de mamites	148
4.10.2.6	- Tratamento de olho grande ou mau olhado	148
4.10.2.7	- Tratamento de outras doenças	149
4.10.3	- Consulta a especialistas	149
4.11	- O leite	152
4.11.1	- Consumo doméstico	152
4.11.2	- Comercialização	152
4.11.3	- Produtividade	157
4.11.4	- Industrialização	158
4.12	- Utilização da força de tração bovina	159
4.12.1	- Em serviços das unidades a que pertence	159
4.12.1.1	- Preparo da terra para cultivo e limpeza de plantações	159
4.12.1.2	- Transporte de carga	160
4.12.1.2.1	- Nas unidades carreteiras e carreteiras de beira de estrada	161
4.12.1.2.2	- Nas demais unidades	165
4.12.1.3	- Transporte de pessoas	167
4.12.2	- Em serviços que não os da unidade a que per- tence	167
4.12.2.1	- Utilização por empréstimo	167
4.12.2.2	- Utilização por contrato	167
4.12.2.2.1	- Encostar barro	168
4.12.2.2.2	- Tirar lenha	169
4.12.2.2.3	- Lavração	170
4.12.2.2.4	- Encostar arroz	176
4.12.2.2.5	- Fazer açudes	176
4.13	- Comercialização e permuta	178
4.13.1	- Comercialização	178
4.13.1.1	- Para abate	182
4.13.1.2	- Para invernar	187
4.13.1.3	- Para cria	188
4.13.1.4	- Para tração	189

4.13.1.5 - Para produção leiteira	192
4.13.2 - Permuta	192
4.14 - Empréstimos e doações	194
4.14.1 - Empréstimos	194
4.14.1.1 - De bois	194
4.14.1.2 - De touros	195
4.14.1.3 - De vacas leiteiras	197
4.14.2 - Doações	197
5 - CONCLUSÕES	200
5.1 - Gerais	200
5.2 - Específicas	204
BIBLIOGRAFIA	212
DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA	215
ANEXOS	
ANEXO 1 - Quadro demonstrativo das unidades pesquisadas .	216
ANEXO 2 - Glossário	218
ANEXO 3 - Formulário aplicado a todas as unidades na pri- meira entrevista	223

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1	- Localização de Rio Pardo no Rio Grande do Sul	32
Figura 2	- Localização da área estudada	33
Figura 3	- Mulheres e crianças trabalhando com fumo	227
Figura 4	- Casa de rico	227
Figura 5	- Casa de remediados	227
Figura 6	- Galpão para trabalho com fumo	228
Figura 7	- Casa de pobre	228
Figura 8	- Casa de mais pobre	228
Figura 9	- Venda	229
Figura 10	- A maior escola da área	229
Figura 11	- Lavrador e seus bois	229
Figura 12	- Carreteiro na cidade	230
Figura 13	- Carreteiro de beira de estrada dirigindo-se à cidade	230
Figura 14	- Comprador examinando os dentes de um animal que pretende adquirir	230
Figura 15	- Estábulo	231
Figura 16	- Mangueira, Brete e Galpão	231
Figura 17	- Leiteiros dirigindo-se à cidade	231
Figura 18	- Mulher ordenhando	231

RESUMO

Em qualquer grupo humano a satisfação de necessidades naturais e culturais leva ao desenvolvimento de ações estratégicas, onde as potencialidades dos atores e do meio global são combinadas de modo a propiciar um equilíbrio, ainda que relativo, entre elas e as necessidades dos atores.

Este estudo investiga em que medida o gado se constitui em estratégia econômica para uma população minifundiária no município de Rio Pardo, Rio Grande do Sul.

Porque na literatura antropológica os estudos sobre gado basicamente se referem a ele no contexto do latifúndio e das assim chamadas sociedades primitivas, este estudo também apresenta uma etnografia do gado no contexto de minifúndio aqui considerado.

Os trabalhos de campo se desenvolveram de junho de 1974 a agosto de 1975.

A coleta de dados se deu através de entrevistas e de observação participante e não participante. Também utilizou-se dados (não publicados), obtidos em outra pesquisa realizada na mesma área pelo autor em 1972.

Tendo em vista que a composição do gado, sua utilização e significado apresentam relevantes peculiaridades diretamente ligadas às finalidades dominantes para as quais as unidades domés-

ticas reconhecem que possuem gado, elas foram classificadas para efeito de coleta e análise de dados, a partir destas finalidades em três categorias: de poupança e investimento, leiteira e de tração. Esta por certas peculiaridades foi dividida em três subcategorias.

O estudo mostra que muito do que ocorre no universo em pauta encontra similaridade em outros universos de sítiantes, camponeses, pequenos proprietários, minifundiários ou qualquer outro nome que seja dado aos pequenos produtores rurais que basicamente produzem para a subsistência. Esta similaridade encontra explicação nas peculiaridades estruturais do universo deste pequeno produtor.

O estudo conclui que o gado se constitui em estratégia econômica para os minifundiários em consideração porque:

- a. Não exigindo maiores atenções, permite às unidades domésticas dedicarem a maior parte de seu tempo a outras atividades para a obtenção de subsistência.
- b. É de manutenção barata e os gastos com ele são compensadores.
- c. Os riscos de perda são reduzidos.
- d. Enquanto a maior parte da produção destinada ao mercado pelos pequenos produtores rurais tem seu preço aviltado por aqueles que controlam o mercado, o gado tem seu preço defendido por detentores do poder político e econômico.
- e. Há amplo mercado para ele.
- f. Constitui-se em segura e rendosa forma de poupança e investimento.

g. Constitui-se no principal instrumento e credencial para a obtenção de crédito.

h. A disponibilidade de força de tração bovina oportuniza maiores possibilidades de trabalho e remuneração.

i. Há um razoável mercado para o leite.

j. Constitui-se em importante instrumento para o trabalho por conta própria, desejado por grande parte da população.

l. Constitui-se em relevante fator de segurança econômica e social.

m. Constitui-se em instrumento necessário para a compra de terra.

O estudo demonstra que a opção pelo gado, face a outras alternativas, é um procedimento de racionalidade econômica.

SUMMARY

The satisfaction of natural and cultural needs of any human group leads to the development of strategic actions, in which the potentialities of the actors and the global environment are combined in such a way so as to offer an equilibrium, even though relative, between them and the needs of the actors.

This study investigates up to what extent cattle can be considered as an economic strategy for small landowners in the county of Rio Pardo, State of Rio Grande do Sul.

Because in the anthropological bibliography studies on cattle basically refer to it in the latifundium context and in the so called primitive societies, this study also presents a cattle ethnography in the minifundium context here under consideration.

Field research was developed from June 1974 to August 1975.

Data were gathered through interviews and participating and non-participating observation. Also, data (not published) obtained in another research performed by the author in the same area, 1972, were used.

Keeping in mind that the composition of cattle, its utilization and meaning present relevant peculiarities directly related to the dominating aims for which the households recognize that they own cattle for the purpose of gathering and analyzing data

from the stand point of these aims, they were classified in three categories: savings and investment, dairy production and bovine traction. Because of certain details the last one was divided into three sub-categories.

The study shows that a lot of what happens in the environment in question finds similarity in other environments of small land owners, peasants, small farmers, owners of minifundiuns or any other name given to small rural producers who basically produce for their subsistence. This similarity is explained by the structural peculiarities of the environmente of these small producers.

The conclusion is that cattle is an economic strategy for the small land owners here considered because:

a. Not requiring greater attention, allows the households to dedicat most of their time to other activities related to subsistence.

b. Maintenance is cheap and the expense compensates.

c. The riskis of loss are diminished.

d. While most of the production destined to the market by the small farmers has its price debased by those who control the market, the price of cattle is supported by political and economic leaders.

e. There is a vast market for it.

f. It is a secure and profitable form of saving and investment.

g. It is the chief instrument and credential to obtain credit.

h. The availability of bovine traction opens greater possibilities of work and remuneration.

i. There is a reasonable market for milk.

j. It is an importante instrument for independent work which is wished by a great part of the population.

l. It is an outsdanding factor of economic and social security.

m. It is an instrument necessary for land purchase.

This atudy demonstrates that the option for cattle, among other alternatives, is a procedure of economic racionality.

1 - INTRODUÇÃO

1.1 - OBJETIVOS DO ESTUDO

Dentre toda a gama de procedimentos de que desde milênios a humanidade se utiliza para atender a determinadas finalidades, em especial aquelas diretamente ligadas a sua subsistência, está a criação de gado, a qual obviamente, como produto cultural, possui significados distintos e toma matizes e mesmo formas diferentes conforme o contexto em que se desenvolve.

Neste trabalho o autor se propõe a estudar em que medida o gado se constitui em estratégia econômica para uma população minifundiária.

Uma vez que a ampla literatura histórico-sociológica e especificamente antropológica, abordando o gado em sua dimensão sociológica se refere ao contexto das chamadas sociedades primitivas e do latifúndio, este estudo também objetiva construir uma etnografia do gado no contexto do minifúndio aqui considerado.

Porque a escolha deste tema, em parte, foi inspirada na leitura de estudos sobre sociedades pastoris africanas, em particular The Nuer de Evans-Prichard e porque contatos anteriores do

autor¹ com a área em que seria realizada a pesquisa levaram-no a suspeitar da existência, aí, de afetividades em relação ao gado, pensou-se, originariamente, também em desenvolver tal assunto. Todavia, como logo no início da pesquisa de campo constatou-se que o aspecto afetivo em relação ao gado era inexpressivo, foi abandonada tal preocupação.

1.2 - O CONCEITO DE MINIFÚNDIO

Sendo o conceito de minifúndio impreciso, definido por critérios arbitrariamente estabelecidos para cada caso, e básico no presente trabalho, necessário se torna precisar o que com ele se pretende aqui significar.

Embora não se pretenda discutir o critério utilizado pelo INCRA (ex IBRA), para definir minifúndio, certamente que esse critério, não obstante comportar inevitáveis subjetivismos, como já se verá, é um passo a frente para o refinamento do conceito. De fato, dando conta da relatividade deste conceito procura "... estabelecer uma unidade de medida que exprima a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições de seu aproveitamento". (IBRA, 1967, p.2). O Incra considera como minifúndio as áreas de terra com dimensões inferiores à do módulo por ele estabelecido para cada tipo de

¹Os contatos anteriores que o autor manteve com a área foram temporadas de férias em uma chácara para veraneio aí mantida por pessoa de sua família e a realização de uma pesquisa em 1972. Visitando ao estudo da dinâmica cultural da área nos últimos 10 anos foram pesquisadas 25% de suas unidades residenciais. Nas 93 unidades residenciais pesquisadas habitavam 536 pessoas, das quais 252 eram do sexo masculino e 284 do feminino. Os dados colhidos não foram publicados e quando aqui utilizados serão identificados com "amostra 72".

exploração e em cada zona típica (p. 5/9), "... com características econômicas e ecológicas homogêneas, ... determinadas em função do potencial demográfico e da ocorrência de núcleo de concentração populacional" (p.9). "Como conceito físico o módulo é definido pela: área agricultável, que em determinada posição do país, equivale onde haja, em vigor, uma certa tecnologia possível, uma família, com força de trabalho equivalente a 4 pessoas adultas, pode em determinado tipo de exploração obter um rendimento capaz de subsistir e progredir" (p.3). Assim não obstante os subjetivismos presentes no "subsistir e progredir" que integram o conceito que acaba de ser transcrito, optou-se por adotá-lo. Desse modo considera-se aqui como minifúndio, os imóveis assim classificados pelo INCRA e os que embora não cadastrados por esse órgão seriam por ele classificados como minifúndio. A última parte desse enunciado foi desenvolvida para dar conta de aspectos da realidade social não considerados pelo registro oficial. Mais precisamente, possibilitar que fossem, também, considerados imóveis não sujeitos a cadastramento por se constituírem de terras públicas ou parte de propriedades já cadastradas.

1.3. A PESQUISA

1.3.1 - Local

A área onde foi realizada a pesquisa que deu origem a este trabalho é identificada pelas denominações locais de Abelina, Cabral, Camargo e Passo da Areia e faz parte do primeiro distrito do município de Rio Pardo no Rio Grande do Sul e será descrita no capítulo II. Ela foi escolhida por apresentar uma estrutura fundiária tipicamente de minifúndio, pela alta freqüências de suas unidades domésticas minifundiárias que possuem gado e, também, pelos dados que dela já se dispunha.

1.3.2 - Duração da pesquisa

Os trabalhos de campo se desenvolveram de junho de 1974 a agosto de 1975. Em julho do primeiro ano e em janeiro, fevereiro e junho do segundo, o autor residiu na área. No restante do período, desde Porto Alegre onde reside, fez 20 viagens para a área, com permanência média de 3 dias. Na primeira quinzena de fevereiro trabalhou-se na sede municipal. Em setembro e outubro voltou-se à área em 3 oportunidades, com permanência total de 11 dias, para obter dados complementares sobre o meio sócio-cultural e para dirimir dúvidas surgidas na redação, iniciada em abril. Ao todo o autor permaneceu no campo seis meses e meio.

1.3.3 - Condições no campo

Quando na área da pesquisa o autor residia na chácara de veraneio referida na nota 1, sendo que durante a maior parte do período de permanência aí teve a companhia de sua mulher e filhos.

1.3.4 - Coleta de dados

Porque já se tinha conhecimento da área, uma vez aí, passou-se à coleta de dados. Os procedimentos para tanto empregados resultaram das peculiaridades do estudo e do conhecimento que o autor já possuía do ambiente em que seria desenvolvida a pesquisa. Este conhecimento habilitou-o por um lado a aquilatar que procedimentos para coleta e controle de dados teriam viabilidade de serem aí aplicados e a detectar as finalidades dominantes para as quais as unidades domésticas minifundiárias possuem gado e a perceber que sua posse, utilização e significado apresentam relevantes peculiaridades diretamente ligadas àquelas finalidades. Em vista disso optou-se por, a partir da finalidade dominante para a qual reconheciam que mantinham gado, classificar as unidades levantadas na "amostra 72" e que exploravam áreas de até 40 ha, limite máximo de minifúndio pelo critério aqui adotado, a ser em breve considerado, e

escolher aleatoriamente em todas as categorias e subcategorias em que foram classificadas, as unidades a serem novamente investigadas.²

A decisão de se trabalhar com unidades levantadas na amostra 72 decorreu da expectativa de que isto facilitaria a tarefa e porque se dispunha de elementos para classificá-las como se segue:

Categoria leiteira. Integrada por unidades domésticas que mantêm gado com a finalidade dominante de produzir leite para o mercado. Para todas estas unidades a comercialização do produto se constitui na principal fonte regular de renda. Ver no Anexo 1 a principal fonte regular de renda.

Categoria de poupança e investimento. Integrada por unidades domésticas que mantêm gado com a finalidade dominante de realizarem poupança e investimento. Para nenhuma destas unidades o gado se constitui na principal fonte regular de renda.

Categoria de tração. Integrada por unidades domésticas que mantêm gado com a finalidade dominante de utilizá-lo como força de tração. Pelas suas peculiaridades as unidades de tração foram classificadas nas três subcategorias seguintes:

²Este critério só não foi aplicado para a escolha das unidades carreteiras de beira de estrada porque além de na "amostra 72" terem sido levantadas apenas quatro dessas unidades, uma delas havia, segundo informações de vizinhos, se mudado para outro distrito do município. Em vista disso foram investigadas as 3 restantes e mais 2, escolhidas aleatoriamente, dentre outras 3 identificadas na ocasião. A seleção das unidades a serem novamente investigadas limitou-se àquelas que exploravam áreas de até 40 ha porque a "amostra 72" não registrava tratar-se ou não de minifúndio pela classificação do INCRA. Todas as unidades inicialmente escolhidas para serem novamente investigadas e que eram cadastradas pelo INCRA foram por ele classificadas como minifúndio.

Subcategoria lavradora. Integrada por unidades domésticas que mantêm gado com a finalidade dominante de prestarem serviços, particularmente lavração para o cultivo de arroz. Para todas estas unidades a prestação de serviços com força de tração bovina por elas fornecida se constitui na principal fonte regular de renda.

Subcategoria carreteira. Integradas por unidades domésticas que mantêm gado com a finalidade dominante de tracionarem as *carretas* com que realizam a comercialização de produtos diversos. Para todas estas unidades o comércio realizado com o emprego de tração bovina se constitui na principal fonte regular de renda.

Subcategoria carreteira de beira de estrada. Para as unidades domésticas que a integram valem as mesmas considerações feitas para a subcategoria anterior. O que sobretudo as distingue é o fato destas dependerem quase que exclusivamente do gado para a obtenção da subsistência e serem mais pobres do que aquelas. Também se distinguem das demais unidades por ocuparem terras públicas situadas dentro dos limites das estradas enquanto as outras ocupam terras particulares.

Como se verá ao longo do trabalho essas finalidades para as quais as unidades mantêm gado não se excluem dentro de uma mesma unidade nem são restritas, em princípio, a qualquer das categorias e subcategorias.

Das 75 unidades residenciais que possuíam gado levantadas na "amostra 72", 13 eram unidades leiteiras, 31 eram unidades de poupança e investimento, 15 eram unidades lavradoras, 12 eram unidades carreteiras e 4 eram unidades carreteiras de beira de estrada.

Quanto ao número de unidades pesquisadas por categoria e

subcategoria - 10 unidades leiteiras, 10 unidades de poupança e investimento, 5 unidades carreteiras e 5 unidades carreteiras de beira de estrada - foi ele arbitrado visando a dois objetivos e a partir de uma suposição. Os objetivos foram: a) tornar exeqüível o levantamento de dados por uma só pessoa, pelos procedimentos previstos pelo autor e dentro do tempo disponível e b) assegurar uma base mínima razoável para permitir certas generalizações. A suposição, confirmada ao longo dos trabalhos de coleta de dados, foi de que as unidades que compõem cada uma das subcategorias de tração (unidades lavradoras, carreteiras e carreteiras de beira de estrada), apresentam maior homogeneidade em termos de recursos e também na posse, utilização e significado que o gado tem para elas, do que as unidades leiteiras e de poupança e investimento. Isso explica porque foi pesquisado um número menor daquelas.

Os dados foram coletados através de observação participante e não participante e de entrevistas.

Os primeiros procedimentos foram aplicados tanto no âmbito das unidades pesquisadas como fora delas, na área, envolvendo atividades diretamente ligadas ao gado como ordenha, cuidado com a saúde, marcação e outros aspectos do cotidiano geral da vida na área e consideradas relevantes pelo autor, como trabalhos agrícolas, bailes, encontros em vendas, etc.

O último procedimento foi aplicado em todas as unidades selecionadas para serem investigadas, sendo entrevistados os casais e na sua inexistência o respectivo chefe (ver P. 36), e também outras pessoas, não integrantes dessas unidades,

cujo depoimento foi julgado relevante³. Estas foram entrevistadas em uma oportunidade e as entrevistas com aqueles foram realizadas em oportunidades diferentes, ou mais precisamente, no mínimo em três e no máximo em cinco ocasiões. Os casais foram entrevistados em conjunto e em separado. Porque os homens se mostravam mais aptos a prestarem informações trabalhou-se mais com eles. As mulheres não se negavam a colaborar, alegavam ou demonstravam não dominarem assuntos ligados ao gado. Certamente que a explicação fundamental para isso está na divisão sexual do trabalho. Como se verá, os trabalhos ligados ao gado, na generalidade, são atribuições masculinas.

Todas as entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro básico elaborado conforme as pessoas a serem entrevistadas. A primeira entrevista nas unidades foi para o preenchimento do formulário que constitui o anexo 3. As entrevistas seguintes tiveram roteiro menos formal elaborado a partir das anteriores. Estes contactos foram conduzidos com a preocupação de permitir aos entrevistados a livre expressão de idéias, juízos e considerações. Feitas as perguntas o pesquisador só interferia, se fosse o caso, pa-

³ Na área, afora os casais ou chefes das unidades selecionadas para serem pesquisadas, no total de 68 pessoas (ver anexo 1) foram realizadas entrevistas com: 2 marchantes clandestinos; 1 marchante legalizado; 6 ex-marchantes; 3 médios e grandes plantadores de arroz; 1 fiscal da campanha nacional de combate à febre aftosa; 1 proprietário de olaria; 1 proprietário de engenho de arroz; 1 fazendeiro; 2 "fazendolceiros"; 1 produtor de leite (o maior da área) não minifundiário; 2 benzedadeiras de gado; 1 agente de uma companhia de cigarros que promovia a cultura de fumo na área; 1 agente de uma indústria de laticínios da cidade de Santa Cruz do Sul que adquire leite na área; 3 bodegueiros e 1 proprietário de serraria. Na cidade foram realizadas entrevistas com: 2 corretores de gado; 2 funcionários da Prefeitura Municipal; 4 grandes plantadores de arroz; 1 fiscal da carteira agrícola do Banco do Brasil; 2 gerentes de bancos; 1 veterinário, 4 proprietários ou atendentes de casas de produtos veterinários e um padre. Ao todo foram entrevistadas 112 pessoas.

ra solicitar explicação ou justificativa de informações e juízos. O registro das entrevistas foi feito através de anotações tomadas na hora.

Para cada uma das categorias estabelecidas na tipologia foram escolhidos informantes (um para cada uma das subcategorias de tração e dois para cada uma das outras), dentre os chefes entrevistados e nas respectivas categorias. O critério que presidiu a escolha foi a adequação das pessoas escolhidas para a função, por conhecimento, disposição e facilidade de expressão. O emprego de informantes visou tanto à coleta de dados em si como seu controle.

1.3.5 - Reação da população

Certamente porque a generalidade da população da área e a totalidade dos entrevistados aí residentes lembravam da realização da "amostra 72" e as desconfianças em relação a ela, a mais geral das quais era de que se tratava de algo visando ao aumento e/ou criação de impostos se mostraram sem base, não houve qualquer espécie de desconfiança em relação à presente pesquisa.

Exceto por redução número de pessoas que alegando falta de tempo se mostraram pouco dispostas a serem entrevistadas, o que não impediu a realização das entrevistas, não houve por parte da população obstáculos à coleta de dados. Pode-se dizer mesmo que a tônica geral foi a ampla disposição para colaborar. No desejo de colaborar com o pesquisador não só procuravam responder a todas as perguntas como diversos entrevistados lhe disseram para anotar o que mais lhe conviesse, que eles confirmariam ou, para usar a expressão de um deles: "bote aí no seu caderno o que for melhor pro senhor que eu assino". Igualmente, dentro desta disposição para colaborar lhe diziam para voltar quantas vezes qui-

sesse para "conversar mais um pouco", conforme expressão de muitos, aceitavam sua participação e observação em atividades do cotidiano, o convidavam para freqüentar vendas e bailes onde "tem bastante gente pra perguntar estas coisas". Nestas oportunidades muitas pessoas se ofereciam para serem entrevistadas e algumas se mostravam frustradas ao serem informadas dos critérios que norteavam a escolha das unidades a serem pesquisadas. Todos os que foram solicitados a pousar para fotografias não só aceitavam fazê-lo como, em geral, se mostravam prontos a se arrumarem para "não estragar a foto", conforme justificativa geral. Apesar dos protestos do autor muitas vezes não lhe foi possível impedir alguma arrumação, como se pentearem, mudarem de roupa, usarem calçado. Com freqüência solicitavam uma cópia da fotografia.

Embora tenha se manifestado desde o início dos trabalhos de campo, a disposição para colaborar foi aumentando com o passar do tempo, à medida em que o trabalho do autor foi sendo encarado como "coisa de responsabilidade" e conseqüentemente, deixando de ser considerado "bobagem", conforme expressões de entrevistados.

Uma vez que a intensificação dos trabalhos conduziu não só a maior disposição para colaborar, mas também propiciou maior intimidade entre pesquisados e pesquisador, aqueles passaram a convidá-lo para fazer refeições em suas residências⁴, o que sempre foi aceito, e também para se fazer acompanhar de sua mulher, o que ocorreu algumas vezes. Em todas essas oportunidades estives-

⁴Ao todo o autor fez 18 refeições em 12 unidades pesquisadas, sendo elas 5 unidades de poupança e investimento, 4 leiteiras, 2 lavradoras e uma carreteira. Com toda a certeza não foi convidado pelas carreteiras de beira de estrada por essas se julgarem sem condições para tanto.

se ou não o autor acompanhado de sua mulher, a única pessoa da casa a sentar-se à mesa era o chefe. As demais faziam a refeição sentadas fora da mesa ou mesmo de pé com o prato na mão, ou faziam-na mais tarde. Alegavam para tanto a falta de lugar para todos à mesa e o hábito de comerem fora dela ou mais tarde. Insistindo-se no assunto apareceram outros motivos, certamente bem mais verdadeiros. Os mais freqüentes foram a falta de talheres e pratos em número e/ou condições adequadas, o constrangimento ante estranhos e a escassez de certos alimentos, particularmente a carne.

2 - O MUNICÍPIO E A ÁREA

Antes de descrever o meio natural e sócio-cultural da área cabe, para melhor situá-la algumas informações sobre o município.

2.1 - O MUNICÍPIO

Rio Pardo localiza-se na região fisiográfica do Rio Grande do Sul denominada Depressão Central. Faz parte da microrregião homogênea do vale do Jacuí (315), a mais importante zona orizícola do Estado e da assim chamada região de colonização lusa.

Sua origem remonta aos anos 50 do século 18 e decorre diretamente dos trabalhos demarcatórios e posterior defesa dos domínios meridionais lusos na América estabelecidos pelo Tratado de Madri de 1750 (César, 1970) e foi um dos quatro municípios que resultaram da primeira divisão administrativa do Estado em 1809 (Costa e Silva, 1969, p. 51). Em razão disso a sede municipal é conhecida como "cidade histórica" e é sobretudo apelando para seu passado, que são feitos esforços para incluí-la no calendário e roteiro turísticos do Estado.

O município que já foi um dos principais do Estado até fins do século passado (Laytano, 1948 a) teve entre 1925 e 1945 um período de estagnação e mesmo retrocesso econômico e populacional, atribuído aos sucessivos desmembramentos de seu território e ao baixo preço do arroz (IBGE, 1959, p. 141).

A partir do início da década de 50 vem apresentando lenta mas progressiva recuperação. Sua economia está baseada na agropecuária. Em 1973 seus principais produtos alcançaram as seguintes cifras: bovinos, 202.813 cabeças (IBGE, 1973a); arroz, 42.625 T; soja, 16.800 T; trigo, 11.424 T; fumo, 3.045 T (IBGE, 1973b). Em 1974 a Prefeitura arrecadou Cr\$ 6.770.941,94.

Rio Pardo (ver Fig. 1) está na área de influência de Porto Alegre (Neves, 1970, p. 27), à qual se liga por hidrovia (rios Jacuí e Guaíba), ferrovia e rodovias asfaltadas. A distância entre as duas sedes municipais é de cerca de 150 km. A área atual do município é de 3.421 km² e em 1970 sua população era de 54.357 habitantes distribuídos conforme quadro a seguir.

MUNICÍPIO E DISTRITOS	QUADRO URBANO	QUADRO SUBURBANO	QUADRO RURAL	TOTAL
Rio Pardo (munic.)	9.779	10.651	33.927	54.357
Rio Pardo (19 distr.)	7.850	9.409	7.551	24.810
Albardão	281	-	3.144	3.425
Bexiga	461	152	1.345	1.958
Capivarita	440	600	10.798	11.838
Passo do Sobrado	454	199	4.405	5.058
Rincão del Rei	293	291	6.684	7.268

Fonte: Censo de 1970

2.2 - A ÁREA

2.2.1 - O meio natural. A área identificada pelas denominações locais de Abelina, Camargo, Cabral e Passo da Areia, abrange cerca de 48 km² (DSG, 1966), situa-se a oeste da sede municipal e ao sul do rio Pardo, sendo drenada pela bacia do Jacuí e

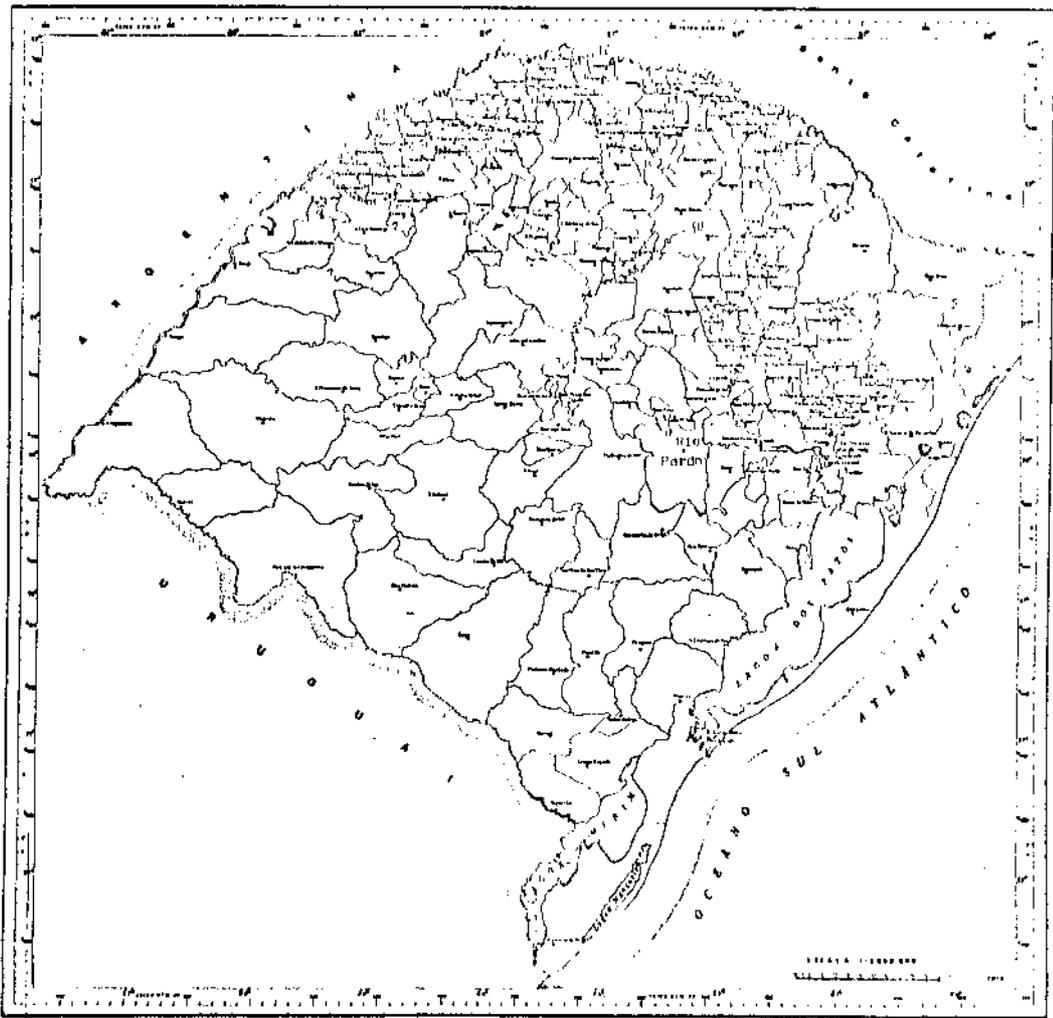
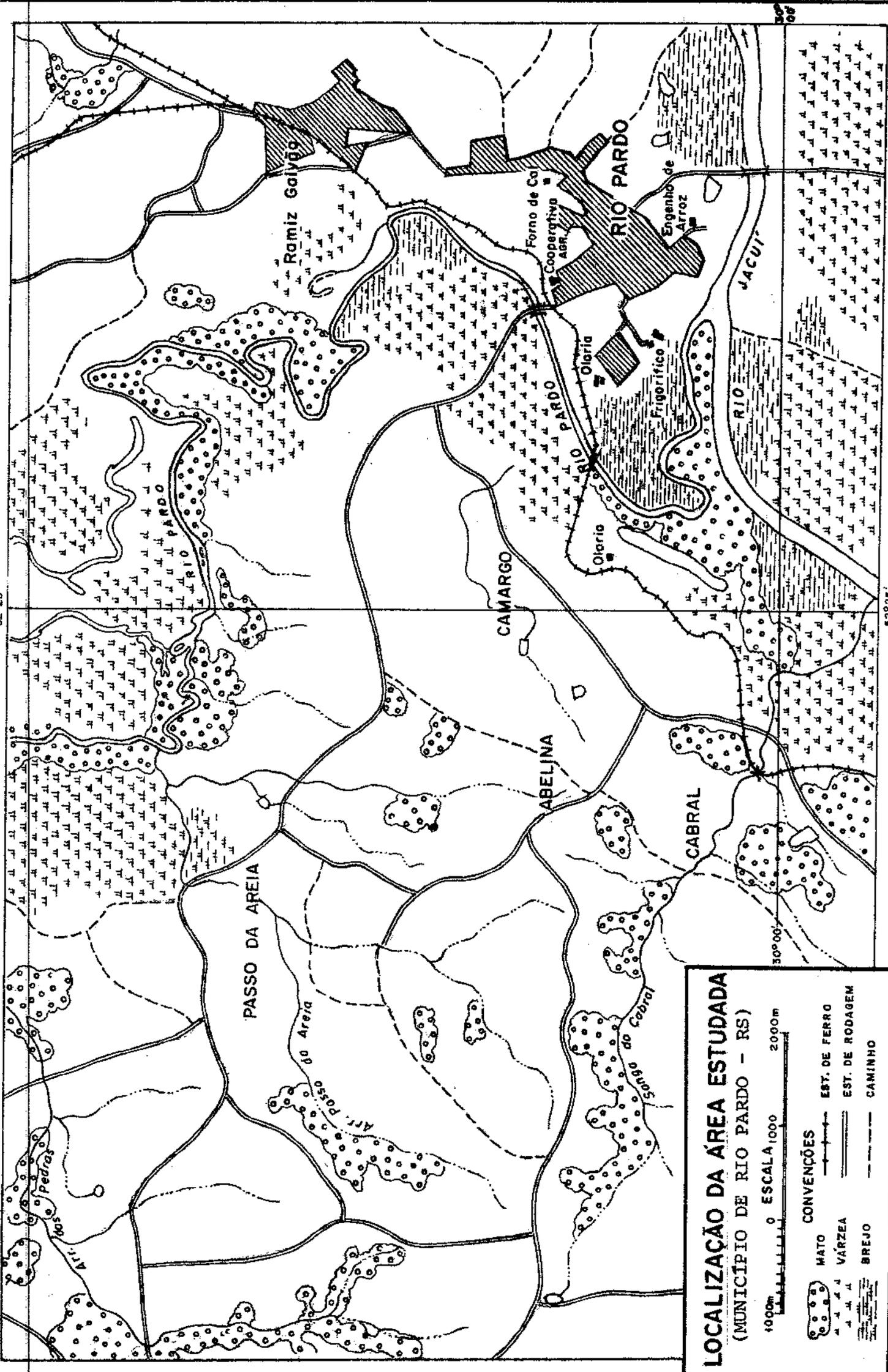


FIGURA 1

52°25'

52°25'



LOCALIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA
 (MUNICÍPIO DE RIO PARDO - RS)

1000m 0 ESCALA 1:000 2000m

CONVENÇÕES	
	MATO
	VÁRZEA
	BREJO
	EST. DE FERRO
	EST. DE RODAGEM
	CAMINHO

FIGURA 2

parcialmente banhada por esses dois rios.

O centro da área dista cerca de 7 km do centro da sede municipal e o ponto mais próximo entre a área e a cidade dista cerca de 2 km. Apesar da pequena distância, a cidade não se expande no sentido ocidental porque o rio Pardo e a várzea inundável que a separa da área são barreiras limitantes (ver Fig. 2).

Geologicamente o espaço físico compreende terrenos argilosos da depressão periférica datados do triásico e classificados como Formação Rosário do Sul, fácies Santa Maria (Carraro et alii, 1974). A topografia, embora a presença de várzeas junto aos rios, é caracteristicamente de coxilhas, com altitudes que se situam entre 40 e 115 m (DSG, op. cit.).

Os solos são cultiváveis com culturas anuais adaptadas, mas exigem prática intensiva de conservação (INCRA, 1972). A vegetação é de campo, sendo freqüente a ocorrência de capões de matos nativos e de eucaliptos, bem como de matinhas ciliares ao longo de sangas e arroios, igualmente freqüentes e, via de regra, permanentes.

Não obstante a inexistência de posto meteorológico na área é possível se considerar válidos para ela os registros do posto de Cachoeira do Sul, cidade distante cerca de 60 km e localizada na mesma região fisiográfica. Este posto registra a temperatura média anual de $19,2^{\circ}\text{C}$, sendo $11,2^{\circ}\text{C}$ a amplitude térmica. As chuvas bem distribuídas durante o ano atingem a média anual de 1,554 mm, sendo o período de novembro a março o mais seco. Predomina o vento nordeste e as geadas são freqüentes no inverno. Esse clima é classificado como subtropical ou virginiano (Moreno, 1961, p. 18).

As ocasionais cheias são restritas às várzeas próximas aos rios e praticamente não se constituem em fonte de maiores preocupações para a população, quase ausente nas várzeas, sendo estas utilizadas principalmente para a cultura de arroz irrigado. As estiagens, mais freqüentes do que as cheias, mais do que para pecuária representam problemas para a agricultura.

2.2.2 - O meio sócio-cultural

2.2.2.1 - A população. Na quase totalidade a população da área é etnicamente luso-brasileira e, grosso modo, com base em seus recursos econômicos, pode-se dizer que é formada por quatro camadas sociais, o que também é reconhecido pela maioria dos seus habitantes.

No topo da hierarquia social estão os fazendeiros, incluídos entre eles os "fazendoleiros", e grandes e médios plantadores de arroz. Os proprietários dos dois maiores estabelecimentos industriais da área são também "fazendoleiros". Numericamente os integrantes desta camada têm pouca expressividade. Exceto pelo aspecto econômico seus interesses estão mais voltados para a cidade, onde alguns residem, do que para a área. Estes podem ser considerados ricos.

Segue-se a esta uma larga camada, formada por chacreiros, assalariados ou não. Esta camada pode ser chamada de remediada.

A terceira camada é formada por assalariados e/ou "sitiantezinhos". Estes podem ser chamados de pobres.

A camada inferior é formada por assalariados ou não, que residem em terras públicas situadas dentro do domínio das rodovias. Estes podem ser chamados de mais pobres.

A visão da generalidade da população a respeito das camadas sócio-econômicas que a compõem se aproxima da de um leiteiro que identificou e caracterizou tais camadas como segue: "Miserável - que mora na estrada, vive de coisas em balaio, não tem nada de seu, é um pobre bicho. Pobre - quem tem uma chacinha, uma junta de bois e uma vaca de leite. Remediado - quem tem todo o conforto para trabalhar; quem tem boi para todo o tipo de terreno; quem não tem falta de arame para fechar a roça e os poteiros; quem pode mudar a terra de planta quando ela fica fraca. Rico - é o fazendeiro; aqui quase não tem". Ver no Anexo 1 a auto-classificação econômica-financeira das unidades pesquisadas.

À maioria da população da área se aplicam os conceitos de sitiante e camponês como desenvolvidos, respectivamente, por Muller (1951) e Prado Jr. (1966). Para o primeiro, "sitiante" é todo o pequeno produtor rural que, responsável pela lavoura, trabalha direta e pessoalmente a terra com a ajuda de sua família e, ocasionalmente, de alguns empregados remunerados" (ps. 27/28). Para o segundo "... - trabalhadores e pequenos produtores autônomos que, ocupando embora a terra a títulos diferentes - proprietários, arrendatários, parceiros... - exercem sua atividade por conta própria. Esse tipo de trabalhadores, a que propriamente se aplica e a que se deve reservar a designação de camponeses, forma uma categoria econômico-social caracterizada, e distinta da dos trabalhadores dependentes que não exercem suas atividades produtivas por conta própria..." (p. 204).

2.2.2.2 - As unidades domésticas. Basicamente cada família elementar, legal ou consensualmente constituída compõe uma unidade doméstica e opera como unidade sócio-econômica que reconhece como chefe o marido/pai e na sua ausência a mulher. De modo

menos acentuado na camada rica, os bens de produção, inclusive o gado, mesmo que possuídos individualmente, são controlados pelo chefe e em última análise vistos como pertencentes à unidade, o mesmo ocorrendo com os rendimentos obtidos por seus membros.

A autoridade do chefe ainda que dominante não é absoluta. Por volta dos 18 anos os filhos começam a reclamar e obter autonomia, a qual todavia jamais será total enquanto integrantes da unidade. Na camada rica e, particularmente, nas remediada e pobre, as mulheres não só controlam assuntos relevantes para a vida da unidade, como também influem decisivamente na tomada de decisões também relevantes para o grupo doméstico como um todo e/ou para seus componentes individuais. Assim são as mulheres que decidem, em última instância, se filhos e filhas menores vão trabalhar fora de casa, sobre a compra de vestuário familiar, inclusive para o marido. Também se fazem ouvir a respeito da mudança ou não de emprego e atividades por parte de seu marido e filhos, enquanto morando em casa, e a respeito de todas as despesas não corriqueiras. Essa situação pode ser ilustrada pelo fato de que por influência de suas respectivas mulheres um marido (poupante-investidor) permanece há 5 anos num emprego que não acha muito bom; um segundo (leiteiro) não aderiu ao cultivo de fumo (este será abordado em breve); um terceiro (poupante-investidor) deixou de ser leiteiro, comercializando a maioria de suas vacas para comprar um caminhão e um quarto (lavrador) estava a ponto de concordar em vender tudo e se mudar para próximo de Porto Alegre. Certamente que a posição dessas mulheres é reforçada pelo fato delas terem alguma renda própria. Na camada mais pobre a autoridade do marido é maior, inclusive com casos de maus tratos para a mulher.

O casamento civil e/ou religioso é freqüente (a "amostra 72"

registrou 89 uniões legais e/ou religiosas contra 14 consensuais) e valorizado. Indicadores de sua valorização encontram-se nos fatos de ser ele o motivo de maior comemoração na área e em bailes aí realizados não ser admitida a presença de amigos, nem de suas filhas enquanto solteiras, independente da camada social a que pertençam.

Na camada rica a idade ideal para o casamento é de 20-22 anos para as mulheres e de 23-25 anos para os homens. Para as demais camadas essas idades são 3 anos mais baixas. O padrão de residência pós-casamento é o neolocal. Ver no Anexo 1 a composição das unidades domésticas investigadas.

2.2.2.3 - Estrutura fundiária. A estrutura fundiária da área se configura tipicamente como de minifúndio, tanto no consenso da população como pelos critérios do INCRA. Na generalidade as propriedades da área são ditas sitiozinhos, chácaras e chacrinhas, termos que designam aí, pequena propriedade, em oposição a fazenda e fazendola para propriedades maiores.

A classificação das propriedades como chacrinha, chácara, fazendola e fazenda é algo relativo, pois embora ligada a sua extensão, depende também de suas instalações, exploração e da ótica dos informantes, sendo que esta corresponde a sua situação de proprietário maior ou menor ou mesmo de não proprietário. Não obstante tudo isso parece que, a grosso modo, se pode dizer que as classificam como:

Sitiozinho, estabelecimento com área de até 3 ha.

Chacrinha, estabelecimento com área entre 3 e 20 ha. À medida que sua extensão se aproxima do limite superior aumenta a freqüência com que a adjetivam de "linda" e "boa".

Chácara, estabelecimento com área entre 20 e 150 ha. É também adjetivada em função de sua extensão. Assim, aquelas com área entre 40 e 80 ha são "chácaras boas" ou "lindas". As com área superior a 80 ha são "chácaras grandes".

Fazendola, estabelecimento com área entre 150 a 500 ha.

Fazenda, estabelecimento com área superior a 500 ha. Para um estabelecimento ser classificado como fazenda ou fazendola deve se dedicar predominantemente à criação de gado. Assim, a maior propriedade da área, com quase 600 ha, dedicada principalmente à produção de arroz é chamada de várzea, empresa ou lavoura.

Pelos critérios do INCRA a situação de minifúndio que caracteriza a área se configura objetivamente. Com efeito a área integra o sub-grupo A2 de zona típica A (IBRA, op. cit. ps.9/10), para a qual os módulos (para os tipos de exploração aí praticados), são de 16,25 e 40 ha, respectivamente para agricultura temporária, para exploração não definida e para pecuária de grande porte (p. 7). Como a "amostra 72" registrou a presença de 64,38%; 77,88% e 87% de imóveis com dimensões inferiores àqueles módulos, a caracterização da área como de minifúndio parece pacífica. A mesma amostra acusou a presença de 5 imóveis com área superior a 100 ha, tendo o maior 512 ha.

Pelos padrões de Capivarita, o distrito onde se localizam as maiores propriedades do município, as mais extensas fazendas da área considerada nesse trabalho mal seriam classificadas como fazendolas. Em Capivarita, em termos de extensão, consideram como fazendas imóveis com não menos de 1.200 ha.

Embora não haja estudos a respeito do estabelecimento da pequena propriedade na área, nem o autor tenha estudado o assunto por julgar isso dispensável para os objetivos a que aqui se propõe, pode-se supor que não só a pequena propriedade desde muito está presente na área, como a diminuição do tamanho das glebas vem se acentuando.

A primeira suposição se apóia em dois fatos. Um é que até há cerca de 30 anos os grandes proprietários do município, exceto em parte pelo arroz, se dedicavam quase que exclusivamente ao criatório. Essa afirmação é feita com base em depoimentos de fazendeiros, diretores das duas cooperativas de produtores rurais do município e em estudo de Laytano (1948b). Em trabalho com amplas referências a Rio Pardo diz ele: "O fazendeiro de gado ou tinha sido um homem de armas ou velho tropeiro, mas de uma maneira ou de outra não estava senão afeito às lides da pecuária, e pouco se preocupava com a agricultura, vício ou virtude que perdura até hoje" (p. 22). O outro é o desinteresse dos grandes proprietários em produzirem gêneros essenciais para o mercado (VISSÃO, 1974, p. 63). Assim e tendo em vista o significativo papel da área no abastecimento da cidade parece lícito supor que desde há muito a pequena propriedade está aí presente.

A segunda suposição decorre muito naturalmente da "amostra 72" haver registrado que dos 71 proprietários de terra nela levantados 49 tinham menos terra do que seus pais. Todos eles residiam em terras suas. Das restantes 22 unidades residenciais levantadas nessa amostra, 9 residiam em terras públicas situadas dentro do domínio das estradas: 4 residiam em terras arrendadas; 5 em terras cedidas gratuitamente por pais/sogros de um dos componentes do casal e 4 residiam em terras dos empregadores dos respectivos chefes. Neste caso as residências também pertenciam

aos empregadores.

Uma vez que na área, exceto em caso de partilha, a venda de partes de propriedade fundiária tem caráter de excepcionalidade¹ é ao sistema de herança que se deve atribuir a diminuição do tamanho das glebas. Conforme expressões de entrevistados "terra a gente só vende no desespero" (leiteiro); "gado a gente faz outro, a terra (vendida) não tem volta" (poupante-investidor); "a gente já tem pouco, se vende um pedaço complica mais" (carreteiro). Ver no Anexo 1 dados básicos sobre a terra.

2.2.2.4 - A obtenção da subsistência. Agricultura de subsistência e criação de gado, basicamente conduzidas na forma do ecótipo mediterrâneo conforme caracterizado por Wolf (1970, ps. 53/54), associadas à venda de força de trabalho e/ou prestação de serviços e comércio de produtos horti-fruti-granjeiros se constituem nas principais fontes para a obtenção da subsistência para a maioria da população da área.

Por área de cultivo e pela ordem, os principais produtos aí cultivados são arroz (semeado e irrigado), mandioca, milho e feijão e pelo número de unidades domésticas que os cultivam a ordem é mandioca, milho, feijão e arroz². Em menor escala produzem

¹A "amostra 72" registrou dois casos de venda parcial, sem ser por motivo de partilha. Nos dois casos tratava-se de poupante-investidores. Um vendeu 2 ha para atender despesas com cirurgia da esposa. O outro vendeu 3 ha, como antecipação de herança, a fim de dar o dinheiro a um filho para comprar um terreno na cidade.

²A amostra 72 registrou que: a) 80,20%; 80% e 35,48% das unidades levantadas, respectivamente, praticavam agricultura, possuíam gado e os chefes vendiam força de trabalho. b) O arroz era cultivado em 320,75 ha e por 32 unidades; a mandioca em 149,10 ha e por 76 unidades; o milho em 101,18 ha e por 62 unidades e o feijão em 26,75 ha e por 35 unidades.

batata doce, melancia, melão, mogango, abóbora. O cultivo de verduras é inexpressivo.

O número de unidades domésticas que cultivam esses produtos associado à modéstia do tamanho médio das lavouras enfatizam sua relevância e o destino da produção, voltada primeira, senão exclusivamente, para o consumo, exceção do arroz. Todavia é pequena a participação dos minifundiários na produção de arroz destinado ao mercado. De fato, dos 320,75 ha ocupados com arroz levantados na "amostra 72", 248 ha eram cultivados por 5 plantadores.

A pequena participação dos minifundiários na produção de arroz se deve ao fato da grande maioria dos minifúndios se situarem em terras de coxilhas, pouco propícias ao cultivo de arroz irrigado. Dos 64 imóveis com área inferior a 40 ha levantados na "amostra 72" apenas 3 se situavam em várzeas, que também são mais férteis que as coxilhas.

Embora reconhecendo a baixa fertilidade de suas terras, o uso de adubos pelos minifundiários é restrito.³ Em relação ao adubo industrial alegam que seu uso pode ser pouco compensador ou mesmo anti-econômico. Pouco compensador porque "quem manda na planta é a chuva. Se a planta dá bem não tem preço, se dá mal ainda vale alguma coisa, mas não adianta, a gente não tem pra vender." Anti-econômica porque "se a planta fracassa de um tudo

³ Das unidades pesquisadas apenas 5 (3 de poupança e investimento, 1 leiteira e 1 lavradora), utilizam adubo industrial, para arroz e/ou milho, feijão e melancia. Estas e mais 2 unidades leiteiras eventualmente também empregam esterco bovino como adubo, para milho e feijão. Os médios e grandes plantadores de arroz usam adubos industriais.

o prejuízo da gente aumenta." Esses juízos, o primeiro de um poupante-investidor e o segundo de um lavrador, dão a exata medida de como percebem o assunto. Em relação ao esterco alegam que por contribuir para inchar ainda mais as terras, através das sementes nele contidas, seu uso se revela pouco vantajoso.

Porque, de fato, mais do que a baixa fertilidade do solo e a alta incidência de formigas, combatidas com regular sucesso, "quem manda na planta é a chuva", os minifundiários têm na mandioca sua principal cultura, por ser ela pouco exigente em termos de solo e resistir bem às estiagens. O único obstáculo à expansão de seu cultivo é a limitação do mercado para ela. Exclusão da mandioca, certamente que a variação de até 400% na produção agrícola de um camponês apontada por Ortiz (1971, p. 330), se aplica aos aqui considerados, inclusive em relação ao arroz. Este, para os minifundiários, também depende das chuvas, pois é irrigado com água de pequenos mananciais formados exclusiva ou parcialmente por elas. Exceto pelas unidades carreteiras de beira de estrada que, por falta de recursos, não têm acesso à terra, todas as demais unidades investigadas praticavam a agricultura. Na quase totalidade dessas unidades os riscos de perda por frustração de safra, a instabilidade dos preços para seus produtos agrícolas, o alto custo da mão de obra assalariada e a não disponibilidade de mais força de trabalho doméstico foram apontadas como as razões básicas para não plantarem mais.

Com relação à agricultura há um fato novo na área: a cultura do fumo para o mercado. No início de 1974 um agente de uma das maiores companhias de cigarros em atuação no país e que possui fábrica na cidade de Santa Cruz do Sul, "a capital nacional do fumo", distante cerca de 35 km da área, percorreu-a "fazendo propaganda do fumo" como dizem aí. A companhia, através de seu

agente, oferecendo assistência técnica total, financiando 80% do investimento necessário, por ela calculado em Cr\$ 12.600,00 (1974), sem juros, com 3 anos de prazo para sua liquidação e se comprometendo a adquirir toda a produção, interessou na nova cultura 21 unidades domésticas, 13 em 1974 e 8 em 1975. Dessas 21 unidades domésticas 13 são minifundiárias: 12 são leiteiras e 9 de poupança e investimento. A aceitação da nova cultura foi explicada pelo interesse em alguma coisa lucrativa e porque as condições oferecidas pela companhia eram favoráveis. A rejeição foi explicada à base do "primeiro vamos ver como é que eles vão" e "o fumo dá muito trabalho, precisa de muita gente e na hora de botar o preço a companhia é que manobra." O agente da companhia informou que sua atuação na área está ligada aos esforços por ela desenvolvidos, em várias áreas, para assegurar e aumentar o número de seus fornecedores de matéria prima. Julga satisfatório o desempenho dos novos plantadores. Disse que procurou a área por ela possuir condições favoráveis para o cultivo do fumo. Entre elas destacou "Este pessoal tem gado para garantir o empréstimo e fazer os serviços". As lavouras de fumo aí desenvolvidas ocupam 1,5 a 3 ha. Na safra 74/75 o rendimento bruto por ha se situou em torno de Cr\$ 8.000,00.

Nas unidades que adotaram a cultura do fumo está se manifestando uma tendência para a redução ou o abandono do cultivo de outros produtos, especialmente os destinados a comercialização. Isso é devido a falta de mão de obra doméstica e/ou o que consideram alto custo da assalariada, já que a nova cultura requer mão de obra em escala muito superior à requerida por qualquer outra atividade aí desenvolvida. Se a nova lavoura se firmar na área, certamente se constituirá em fator de profundas mudanças para a sua população. Se voltará ao assunto. Ver no Anexo 1 os dados bã-

sicos sobre a agricultura das unidades pesquisadas.

A criação miúda é formada quase que exclusivamente por galinhas e porcos, estes destinados, como regra, ao consumo doméstico. Ambas as criações são de pequeno porte, o que justificam pela dificuldade em alimentar os animais, por serem sujeitos a pestes, *pestivos*, como dizem, e por darem muito trabalho, particularmente os suínos.

A presença de caprinos e ovinos é rara. As razões apontadas para não criarem caprinos são o pouco apreço por sua carne e a ameaça potencial que representam para as lavouras, já que, como foi dito por muitos, "cabrito não respeita cerca." Para não criarem ovinos, cuja carne é muito apreciada, alegam sua pequena resistência e, sobretudo, o fato de serem fáceis presas de cachorros, abundantes na área e, também, de ladrões.

Afora os empregos proporcionados por seus estabelecimentos industriais, as outras fontes de emprego na área são fundamentalmente esporádicas (corte de lenha, construção e reparos de instalações domésticas e agro-pecuárias), sazonais e na maior parte, ligadas à agricultura (roçadas, capinas, colheita de arroz). A remuneração para essas tarefas, exceto a colheita de arroz, oscilava no período final dos trabalhos de campo, entre Cr\$ 14,00 e 18,00 diários para homens adultos. Tendo em vista a escassez de oportunidades de trabalho na área e os padrões de remuneração aí vigentes, muitos de seus residentes, que dependem basicamente do salário para assegurar a subsistência, buscam trabalho fora dela, particularmente na cidade e no distrito de Capivarita. Para esses, não obstante a crescente mecanização da lavoura de arroz, a chegada do período de lavração e de colheita é aguardada com especial interesse. Trabalhando no preparo deter-

ra para o cultivo de arroz e na sua colheita podem obter um rendimento diário entre 50 e 100% superiores àqueles valores. Esse assunto será retomado. Mais recentemente também estão buscando emprego em Santa Cruz do Sul.

Nas camadas rica, remediada e pobre a condição de assalariado permanente é vista com desagrado. A instabilidade e escassez de empregos, os baixos salários e a falta de tempo para atender outros interesses foram apontadas como as razões principais para isso. Todavia, excluída a camada rica, a medida que se estende a eles os benefícios da legislação social, em particular a aposentadoria e assistência médico-hospitalar, tendem a encorajar positivamente a condição de assalariado permanente. Manter "a carteira (de trabalho) em dia pra ter direito no instituto" (INPS), conforme expressão de um lavrador, é preocupação da maioria dos que trabalham como assalariados. A "amostra 72" registrou a presença de 29 pessoas com carteira de trabalho, das quais 21 as tinham atualizadas.

Mulheres e crianças, particularmente as primeiras, encontram menores oportunidades de trabalho assalariado aí, sendo sua remuneração inferior à dos homens entre 10 e 30%. Como assalariadas as mulheres praticamente só trabalham em capinas. É inadmissível na área que as mulheres venham a trabalhar na colheita de arroz por ser este trabalho julgado muito pesado para elas, por implicar em um afastamento prolongado de casa e pela possibilidade de convivência promíscua com os homens, o que o código moral da área não aceita. E também porque é visto como prejudicial à saúde feminina devido à umidade do terreno. É possível que a cultura do fumo venha a alterar, profundamente, o mercado de trabalho para essas duas categorias. Na colheita e preparo do fumo, mulheres e crianças a partir dos 10/12 anos, têm partici-

pação ativa e dominante (ver Fig. 3).

Nas camadas remediada e pobre, as mulheres obtêm rendas próprias através da venda de quitandas, constituídas principalmente, por galinhas e ovos e, nas unidades domésticas que exploram bodegas, também rapaduras de leite e pastéis. As galinhas e ovos são comercializados na área e na cidade. No local são adquiridos principalmente para revenda, por bodegas (só ovos) e quitandeiros e, com menor frequência, por residentes na cidade que vão à área para adquiri-los, de fornecedores mais ou menos fixos.

Ainda nessas duas camadas, porém com menor frequência e relevância, as mulheres têm outras fontes de renda na costura e confecção de flores para o Dia de Finados. Na camada rica, como regra, as mulheres não têm renda própria.

A renda das mulheres se destina, como regra, ao atendimento de despesas como as de vestuário e tratamento dentário para elas e filhos e aquisição de utensílios domésticos. Só excepcionalmente o dinheiro das mulheres será empregado para custear despesas do cotidiano, já que a manutenção básica da família cabe a seu chefe.

Na camada mais pobre, chefes de unidades domésticas que não têm bois e moram até cerca de 3 km da cidade quitandeam aí, galinhas, ovos, mandioca, batata doce e algumas frutas, especialmente, cítricas, que levam em sacos e cestos que transportam na cabeça e nas costas. Eventualmente suas crianças vão à cidade para pedir esmolas.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, a utilização do gado para a obtenção da subsistência será desenvolvida, aprofundadamente, no capítulo quarto.

2.2.2.5 - Divisão do trabalho doméstico. Obedece fundamentalmente, às linhas de sexo e idade, com algumas atividades sendo comuns a homens mulheres e crianças. Desse modo o assunto pode ser apresentado a partir do conjunto de atividades cuja realização cabe a indivíduos de uma ou de mais de uma dessas categorias, como segue:

2.2.2.5.1 - Atividades propriamente de mulheres. Compreendem a arrumação da casa, confecção e cuidados com roupas em geral, cozinhar, fazer pão, pôr galinha no choco. Em situações de emergência os homens cozinham.

2.2.2.5.2 - Atividades propriamente de homens. Compreendem todos os tipos de roçadas, sendo as destinadas à limpeza de terreno para agricultura as mais freqüentes; construção e/ou reparo de casas, instalações e equipamentos ligados à agricultura e aos animais domésticos (cercas, cestos, gamelas, galpões, pilões, cochos, cangas, grades, galinheiros); a generalidade dos cuidados dispensados ao gado e trabalhos com ele realizados e o cultivo do arroz em todas as suas fases. Ao contrário das outras culturas em que mulheres e crianças participam ativamente, a cultura do arroz é atribuição de homens. Isso se explica por duas razões fundamentais. A primeira é que sendo a sua semeadura e irrigação atividades bastante especializadas, tais tarefas cabem aos homens, pois são eles os principais responsáveis pela agricultura. Reconhecendo o caráter especializado dessas tarefas, é comum pessoas pouco afeitas a elas solicitarem a colaboração de outras tidas por conhecedoras. Na época de cultivo, apreciações críticas sobre o modo como essas tarefas foram ou estão sendo conduzidas nas lavouras da área se constituem em temas comuns de conversa entre homens. A segunda é que como se dá com a colheita, conforme já visto, os trabalhos de irrigação também são conside-

rados pesados para as mulheres e prejudiciais à sua saúde.

2.2.2.5.3 - Atividades propriamente de crianças. As crianças começam a ter atuação nos trabalhos domésticos por volta dos 7-8 anos de idade, participando de algum modo das atividades próprias de seu sexo e realizando todos os tipos de mandalletes. Assim as meninas auxiliam suas mães varrendo a casa, lavando pequenas peças de roupas, reparando panelas no fogo e os meninos auxiliam seus pais tocando bois para serem cangados, roçando com facão pequenas moitas, firmando pedaços de madeira a serem trabalhados, alcançando ferramentas. Os mandalletes compreendem tarefas como levar recados, pedir coisas emprestadas em vizinhos e parentes, fazer pequenas compras nas vendas, afastar animais de lugares impróprios, levar café e almoço para os pais quando trabalhando até cerca de 3 km de casa. Indicador da relevância de disporem de alguém para fazer mandalletes é o fato de que, com freqüência, unidades que não têm crianças em condições de fazê-los, contratam ou pedem crianças "emprestadas" a outras para tal fim. Dizem que as crianças "param" nas casas que as contratam ou as tomam emprestadas. É comum netos "pararem" com os avós.

2.2.2.5.4 - Atividades comuns a homens, mulheres e crianças Compreendem a ordenha, o fornecimento de ração a animais domésticos, o combate às formigas na agricultura, plantio, capina e colheita das culturas agrícolas, excluída a do arroz, como já visto. Na camada rica tais tarefas são desempenhadas por assalariados.

2.2.2.5.5 - Atividades comuns a mulheres e crianças. Compreendem as tarefas de aprovisionar a casa de água e lenha. A participação de homens nessas tarefas, mais freqüente no caso da lenha, limita-se a trazê-la do mato com a carreta; raríssima no

caso da água, consiste em puxar com os bois uma pipa d'água en-
chida com a colaboração de crianças. Na camada remediada é co-
mum ser contratado um homem para partir lenha, o que, de nenhum
modo, desobriga as mulheres e crianças desta tarefa, pois a con-
tratação de uma pessoa para realizá-la não é sistemática.

Na camada rica exceto por mandaletes por parte das crianças
e da supervisão-participante das mulheres nos trabalhos da em-
pregada doméstica e dos homens nos cuidados de peões com o gado,
as demais tarefas são basicamente executadas por assalariados.

2.2.2.6 - A habitação. As casas se localizam junto ou pró-
ximo das estradas e mesmo, em menor número, em terras situadas
dentro de seus domínios. Poucas são as casas situadas a mais de
100 m de uma estrada. A distribuição das casas é esparsa, de mo-
do que não há formação de aglomerados, embora tal esteja se con-
figurando no Passo da Areia. Assim não há ruas, mas tão somente
estradas.

Na área há basicamente quatro padrões de habitação, corres-
pondendo, grosso modo, às camadas sociais que compõem sua popu-
lação. Eles podem ser sumarizados como segue:

2.2.2.6.1 - Casa padrão da camada rica. Construção de alve-
naria, rebocada, pintada, envidraçada, forrada, assoalhada, co-
bertura de telhas. Internamente é dividida em sala, cozinha, 3 ou
4 dormitórios e 1 quarto para banho, eventualmente dotado de va-
so sanitário. A área total se situa entre 60 e 80 m².

O mobiliário é todo adquirido no comércio e se compõe basi-
camente de armários para a guarda de utensílios e roupas, camas
(exceto pelo casal, cada membro da unidade doméstica dispõe de
cama individual), fogão de ferro e às vezes também a gás, mesa,

cadeiras, refrigerador a querosene e, eventualmente um conjunto de poltronas.

A iluminação é a gás e/ou elétrica, com gerador próprio. A "amostra 72" registrou que 3 casas dispunham de eletricidade.

Nos fundos da casa há um forno de tijolos, destinado primordialmente ao cozimento de pão. Quando não é dotada de vaso sanitário, há também uma latrina. O local da casa é completado por galpões, currais, pomar com amplo predomínio de cítricas e, com freqüência, uma cacimba ou poço.

Tendo em mente a relatividade dos termos pode-se dizer que as casas desse padrão são "simples" e destituídas de "luxo" (ver Fig. 4).

2.2.2.6.2 - Casa padrão da camada remediada. Construção de alvenaria, rebocada, pintada, em geral envidraçada, assoalhada, forrada total ou parcialmente, cobertura de telhas. Internamente é dividida em sala, cozinha, 2 ou 3 dormitórios e, eventualmente 1 quarto para banho. A área total se situa entre 30 e 50m².

O mobiliário, exceto por alguns bancos de confecção doméstica, nem sempre presentes, é adquirido no comércio e basicamente se compõe de armários para a guarda de utensílios e roupas, camas (vale a mesma observação feita para o padrão anterior), fogão de ferro, mesa e cadeiras, sendo que em algumas casas há estofados de baixo custo e muito má qualidade. Das unidades pesquisadas possuíam refrigerador a querosene 2 unidades de poupança e investimento e 1 leiteira. A iluminação é feita com lampeão a querosene e/ou gás.

Observações a respeito de forno, galpões, etc... que completam o local da casa do padrão anterior se aplicam aqui com 3

acrêscimos. A latrina está presente em todas as casas desse padrão, as unidades leiteiras possuem estábulo e em todas as unidades que adotaram a cultura do fumo também está presente um galpão com estufa para secagem, seleção e armazenamento do produto (ver Fig. 5 e 6).

2.2.2.6.3 - Casa padrão da camada pobre. Construção de madeira, pintada, sem vidraça, em geral com piso de chão batido, cobertura de telhas. Internamente é dividida em sala, cozinha e 1 ou 2 dormitórios. A área total se situa entre 30 e 40 m². É freqüente a cozinha ser separada do corpo principal da casa e a sala ser usada como dormitório.

O mobiliário básico é composto por mesa, cadeiras, bancos, camas, fogão de ferro ou de chapa, armários e/ou prateleiras e caixas de madeira para a guarda de utensílios domésticos. Bancos, caixas prateleiras e freqüentemente também as camas são de construção doméstica. É comum as camas serem compartilhadas por duas pessoas, particularmente mulheres. A iluminação é feita com lampeão a querosene.

Como as casas dos padrões anteriores as deste também possuem latrina, galpão, pomar e com menor freqüência poço, forno e currais (ver Fig. 7).

2.2.2.6.4 - Casa padrão da camada mais pobre. Construção de madeira, pintada, sem vidraça, em geral com piso de chão batido, cobertura de telhas. Internamente é dividida em sala, cozinha e 1 ou 2 dormitórios. A área total se situa entre 30 e 40 m². É freqüente a cozinha ser separada do corpo principal da casa e a sala ser usada como dormitório.

O mobiliário básico é composto por mesa, cadeiras, bancos,

camas, fogão de ferro e mais freqüentemente fogão de chapa, prateleiras, caixas de madeira e/ou malas para a guarda de roupa. Bancos, camas (muitas vezes compostas só pelo colchão), caixas, prateleiras de construção doméstica. Como regra as camas são compartilhadas por 2 e mesmo por 3 pessoas. A partir dos 10-12 anos, exceto obviamente o casal, partilham camas pessoas do mesmo sexo (ver Fig. 8).

2.2.2.7 - Alimentação. A alimentação básica das camadas rica e remediada pouco difere. Almoço e janta constam basicamente de arroz, feijão, carne (gado, galinha ou lingüiça), acompanhadas por 1 ou 2 dos seguintes produtos: mandioca, abóbora, batata doce, batata inglesa, milho verde, ovos, mogango e, raramente, verdura.

O café, como regra tomado pela manhã e pela tarde, é composto de café com leite e pão (o mais das vezes de confecção doméstica). Pela manhã com freqüência acompanhado por algum dos seguintes produtos: lingüiça, morticília, queijo de porco, geleia (todos de confecção doméstica) e, mais raramente, manteiga.

Sobretudo o que distingue a alimentação destas duas camadas é que na rica, o consumo de carne bovina, o acompanhamento do café e a sobremesa são mais freqüentes.

Na camada pobre, almoço e janta diferem das anteriores pela menor freqüência de arroz e, sobretudo de carne de gado e lingüiça. Via de regra, consomem carne (de qualquer tipo), 3 ou 4 vezes por semana.

O café, como regra tomado pela manhã e pela tarde, consta de café preto e, mais raramente, café com leite, acompanhado de pão,

quase sempre de confecção caseira.

Na camada mais pobre almoço e janta constam de feijão e de 1 ou 2 dos seguintes produtos: mandioca, batata doce, abóbora, e mais raramente, arroz. Não consomem carne (em geral miúdos bovinos), mais do que 2 vezes por semana.

O café, como nas demais camadas, também tomado pela manhã e pela tarde, consta de café preto acompanhado de pão (em geral de confecção caseira), mandioca ou batata doce.

Em todas as camadas homens e mulheres tomam *chimarrão* de 2 a 3 vezes por dia.

2.2.2.8 - A água para uso doméstico. A água para uso doméstico provém dos já referidos poços, e/ou fontes naturais e açudes e a facilidade de seu abastecimento tem considerável peso na escolha do local para a construção das casas.

A maioria dos que moram em terras públicas situadas dentro do domínio das estradas se concentram principalmente num ponto onde há várias fontes formadas por olhos d'água e um arroio que atravessa a estrada através de um boeiro forma um pequeno lago. As primeiras são utilizadas para a obtenção de água potável e o segundo para lavagem de roupas e para banhos.

O único tratamento dispensado à água para tomar, em geral de boa aparência, consiste em ser eventualmente coada em um pano. Não é incomum uma unidade doméstica se utilizar de duas fontes d'água, uma para limpeza e outra para tomar ou, *fonte de beber*, como dizem.

Durante o período da pesquisa de campo o custo de um poço

se situava em torno de Cr\$ 1.000,00-1.500,00, dependendo da profundidade, que raramente será inferior a 7 m.

O banho como regra é tomado em casa. Na camada rica é usado *chuveiro de cordinha* (um depósito de lata com capacidade de mais ou menos 10 litros, suspenso no teto por meio de uma corda, e com uma válvula controlada manualmente através de um cordão ou arame) e, com pequena frequência, chuveiro com água encanada. Na camada remediada usam *chuveiro de cordinha*, bacia e caneca. Nas camadas pobre e muito pobre usam bacia e caneca.

Em dias muito quentes homens desejosos de tomar "aquele banho", conforme expressão de um informante, se banham em açudes e sangas. Usualmente, no verão, quando lavando roupa nesses locais as mulheres aproveitam para banhar suas crianças. É excepcional mulheres tomarem banho ao ar livre porque, conforme expressões de três delas, "mulher de respeito não toma banho na sanga", "pode aparecer alguém e fica mal pra gente", "nunca ia faltar um safado pra espiar a gente", o que de fato parece ocorrer. Muitos são os homens que contam terem espreitado, em geral sem sucesso, as mulheres lavando roupa na expectativa de surpreendê-las despidas.

2.2.2.9 - Estabelecimentos comerciais. Em janeiro de 1975 funcionavam na área 2 açougues (se voltará a eles) e 15 vendas (armazéns), todos com capital registrado inferior a Cr\$ 5.000,00. Pelo valor de seu capital é evidente que se trata de estabelecimentos varejistas (ver Fig. 9).

Exceto por ovos, alguma guloseima e modestas quantidades de feijão, banha e lingüiça de produção doméstica e/ou diretamente adquirida de produtores locais, estes estabelecimentos são abastecidos com produtos de fora da área. Os comerciantes fazem suas

aquisições no comércio da cidade e, cada vez mais, de distribuidores-entregadores que os visitam semanalmente.

Todos estes estabelecimentos trabalham com produtos alimentícios, principalmente, e não alimentícios. Dos primeiros os artigos mais procurados são arroz, farinhas (mandioca, milho e trigo), açúcar, sal, feijão, erva mate, banha e café. Dos segundos os produtos mais procurados são cachaça (preferiu-se colocá-la aqui), cigarros, querosene, fósforos, sabão e analgésicos. Três vendas também trabalham com tecidos.

Os maiores compradores destas vendas encontram-se nas camadas pobre e mais pobre. Não lhes é conveniente ou mesmo possível, ir comprar na cidade, onde os preços são mais baixos, porque compram em pequenas quantidades, para o dia a dia. Outro fator que os leva a procurar o comércio local é a possibilidade de comprarem a crédito, ou na linguagem da área, *no caderno*, para pagar no fim da semana ou do mês. Como com freqüência isso não ocorre "tem sempre nego correndo de trás", conforme expressão de um comerciante. Todos os comerciantes entrevistados foram unânimes em afirmar que exceto por casos isolados, os débitos, ainda que com demora, acabam por serem liquidados. Certamente que corre para isso o fato de não concederem crédito de modo indiscriminado. Na expressão de um deles "a gente só dá caderno pra quem é boa pessoa, que a gente sabe que vai pagar". É usual dívidas atrasadas serem pagas, ao menos parcialmente sob a forma de prestação de serviço.

As camadas rica e remediada fazem a maioria de suas aquisições no comércio da cidade, comprando mantimentos para a semana ou mês. Como regra adquirem na área aquilo que falta no momento. Quase só compram a vista.

As vendas, bodegas ou bolichos como também são chamadas, podem ser consideradas como verdadeiros "clubes de homens". Como clube são freqüentadas por eles para um "traguinho e conversar com conhecidos", conforme expressão de um freqüentador e também, algumas delas para jogar bocha e mini-snooker. (3 possuem canchas de bocha e 4 mini-snooker, sendo que uma possui os dois).

Devido ao código moral da área as vendas também se constituem, praticamente, em domínio dos homens. Com efeito, porque "não fica bem", "os outros podem falar mal", conforme expressões de mulheres, estas raramente vão às vendas. Quando o fazem é em último caso, porque não há outra pessoa que possa fazê-lo. Nesses casos, como regra, se fazem acompanhar por outra mulher ou por uma criança, ainda que bem pequena, permanecendo no estabelecimento o tempo estritamente necessário para a realização das compras. A chegada de mulheres nas vendas gera uma situação de constrangimento. Em sua presença os homens conversam muito baixo ou mesmo cessam de conversar. Embora em grau menor a presença das mulheres dos comerciantes nas vendas também provoca constrangimento. Em razão disso elas quase não atendem no balcão no fim da tarde, sábados à tarde e domingos, ocasiões em que as vendas são mais procuradas como pontos de encontro.

2.2.2.10 - Estabelecimentos industriais. A área nunca teve qualquer tradição industrial. Os estabelecimentos industriais que nela funcionavam em janeiro de 1975 eram 1 olaria, 1 serraria, 1 engenho para beneficiamento de arroz e 2 ferrarias. Os 3 primeiros, nos períodos de máximo emprego, proporcionam, respectivamente, 50,5 e 4 empregos. As ferrarias operam basicamente com mão de obra doméstica. A contratação de assalariados por elas é ocorrência esporádica. Exceto por casos particulares, de remuneração

superior, esses estabelecimentos remuneraram seu pessoal com o salário mínimo oficial para a área ou pouco mais. Em maio de 1975 este salário era de Cr\$ 494,40.

2.2.2.11 - Participação em cooperativas de produtores. Os habitantes da área têm modesta participação em cooperativas de produtores rurais. Isso se evidencia no fato da "amostra 72" só haver registrado 9 associados da Cooperativa Agrícola Rio Pardo Ltda., 5 dos quais também associados da Cooperativa Pastoril de Rio Pardo Ltda., as únicas cooperativas de produtores do município. Estas são organizações de grande porte, com sede na cidade e congregam a maioria dos médios e grandes produtores rurais de Rio Pardo. Também têm associados de municípios vizinhos. Nas unidades novamente pesquisadas havia 4 cooperativados, 3 poupan-te-investidores associados às 2 cooperativas e 1 lavrador associado à cooperativa agrícola. Exceto este, que por ter se associado à cooperativa no início de 1974 para, como disse, "experimentar a soja" e que deixou de se manifestar por não ter tido produção para entregar à cooperativa pelo fracasso total de sua colheita, os demais se mostraram desencantados com elas. Alegaram que nas poucas vezes que delas se utilizaram notaram má vontade para com eles e que seus produtos foram depreciados. Na expressão de um deles "pequeno só tem a perder no meio dos grandes". Essa visão, largamente aceita pelos minifundiários, associada à modéstia de suas produções e às alternativas que têm para colocá-las são as razões básicas por eles apontadas para não se associarem às cooperativas.

2.2.2.12 - Ensino. A área tem razoável tradição no ensino, o que certamente explica o índice de 69,71% de alfabetizados, pa-

ra maiores de 8 anos, registrado pela "amostra 72". No passado, juntamente com escolas públicas funcionaram aí diversas escolas particulares. Atualmente só funcionam escolas públicas que atendem até a 4a. série do primeiro grau (ver Fig. 10). São 5 escolas municipais e 1 estadual, com 247 matrículas efetivadas para o início do ano letivo de 1975. Os matriculados eram 119 do sexo masculino e 128 do sexo feminino (Informação da Prefeitura Municipal).

2.2.2.13 - Transporte. A área conta com uma rede de estradas (não asfaltadas), estadual, municipais e vicinais que oferecem condições permanentes de trânsito. Eventualmente sua ligação com a sede municipal é prejudicada pelas inundações que cobrem a única estrada que dá acesso a ela, na já referida várzea situada entre elas. Todavia esta situação que não ocorria todos os anos tornou-se ainda mais rara desde 1969, quando a estrada foi levantada. Como regra as inundações não provocam interrupções na estrada por mais de uma semana. Nessas ocasiões o transporte, nesse trecho, é feito por meio de barcos. Desde 1911 a travessia do rio Pardo no ponto de acesso à cidade é realizada através de uma ponte permanente.

A área é servida por diversas linhas de ônibus (nenhuma com ponto inicial aí), que a ligam diretamente a outros pontos do município, à sua sede e às cidades de Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul. A eficácia dos serviços de ônibus associada ao crescente número de veículos motorizados na área⁴ praticamente colo-

⁴A "amostra 72" registrou a presença de 12 automóveis e similares e de 4 caminhões. Das unidades novamente pesquisadas 2 de poupança e investimento e 1 leiteira possuíam automóveis ou similares e 1 de poupança e investimento possuía caminhão.

cou em desuso a tração animal para o transporte de passageiros. Em fevereiro de 1975 o preço da passagem para a cidade, desde o ponto mais afastado, era de Cr\$ 2,00.

Grande parte dos residentes na área e que trabalham na sede municipal se utiliza da bicicleta para ir e voltar do trabalho. A bicicleta também determinou uma menor utilização do cavalo de montaria. Ver no Anexo 1 a presença de veículos automotores.

2.2.2.14 - As relações de parentesco e vizinhança. Na área o parentesco tanto em sentido (obviamente) legal como sociológico é bi-lateral e as relações de compadrio tendem a se confundir com as de parentesco, já que padrinhos e madrinhas, como regra, são escolhidos na parentela dos afilhados. O conceito de vizinho que aí vigora, mais que a noção de proximidade de residência enfatiza a da colaboração. Conforme entrevistados, vizinho é "quem dá uma mão na hora do arrocho"; "é quem ajuda no aperto"; "o que empresta uma ferramenta, ajuda a desatolar uma rês, que coopera na necessidade"; "a pessoa que serve na hora da precisão". Quando solicitados a classificar um residente próximo que não colaborasse, a generalidade dos entrevistados encontrava dificuldade em fazê-lo com precisão, respondendo com expressões do tipo "é, mas não é"; "não deixa de ser"; "quem colabora é mais vizinho".

Assim é possível que pessoas que residam afastadas uma da outra até cerca de 3 km se considerem mais vizinhas do que aquelas cujas residências são mais próximas entre si. Certamente que, como sugere Willems (1961, p. 50), a rarefação demográfica também concorre para que pessoas que residam afastadas entre si se considerem vizinhas.

Na área as relações de parentesco e vizinhança são funda-

mentalmente relações de sociabilidade, solidariedade moral, auxílio mútuo e econômicas propriamente ditas.

As relações de sociabilidade e de solidariedade moral se manifestam sob a forma de visitas e/ou de participação em cerimoniais que assinalam crises de vida, particularmente o casamento e a morte.

As visitas restringem-se mais aos residentes na área e sua periferia, incluída nela a sede municipal. A participação em casamentos e rituais da morte (velório, enterro e terço de sétimo dia, dirigido por um leigo e rezado na casa do morto), é muito mais ampla. Destes atos participam não só maior número de parentes e vizinhos residentes na área e periferia como também, nas camadas remediada e pobre, residentes em pontos mais afastados, particularmente em Porto Alegre e sua área metropolitana para onde, ao que tudo indica, se dirige, depois da sede municipal, a maior parte dos que emigram da área. Essas relações como as de auxílio mútuo são conduzidas sob os princípios da "reciprocidade generalizada" como definidos por Sahlins (1966, p. 147).

A participação nos casamentos é praticamente restrita à comemoração, como regra realizada na casa dos pais da noiva. Eventualmente e desde poucos anos, as camadas rica e remediada realizam a comemoração em um clube tradicionalista da cidade. Este procedimento visa acima de tudo a superar os problemas que seriam ocasionados por eventuais chuvas, já que em casa a comemoração é realizada ao ar livre. A celebração, via de regra, civil e religiosa (católica), tem lugar na cidade e é assistida por reduzida fração daqueles que comparecem à comemoração. Não é incomum irmãos, avós e mesmo pais dos nubentes não comparecerem à celebração. Isso ocorre mesmo no caso da comemoração ser reali-

zada no clube. No único casamento de pessoas da área comemorado no clube durante o período da pesquisa, das aproximadamente 300 pessoas que participaram da comemoração, 21 compareceram à celebração.

Os rituais da morte, incluída entre eles a visitação aos cemitérios no dia de finados, se constituem nas principais práticas religiosas coletivas na área. Exceto por uma unidade residencial protestante, todas as demais levantadas na "amostra 72" eram católicas. Contrariamente ao que se dá com tantas populações rurais do Brasil (Wagley, 1957, Lins, 1960), aí não há festas religiosas, santos padroeiros, procissões e, exceto pela sexta-feira santa, finados e natal, também não há feriados religiosos.

Na área há duas capelas. A mais antiga foi concluída em 1961. Nela, de uma a duas vezes por mês, padres da cidade rezam missa dominical para um número de pessoas que os sacerdotes julgam pequeno. Residentes da área, ao menos de modo regular, não freqüentam missas na cidade. A capela mais recente teve sua construção iniciada em 1970 e ainda não está concluída. Desde 1973 se encontra fechada por determinação do vigário da cidade que pretende, assim, arrefecer as pretensões de algumas pessoas que, segundo ele, "querem ser os donos da igreja", particularmente da esposa do fazendeiro que doou o terreno onde está construída. A iniciativa para a construção das capelas partiu dos padres.

As relações de auxílio mútuo se manifestam sob a forma de empréstimos de equipamentos, animais, dinheiro e de ajuda na realização de trabalhos eventuais, como carnear porcos e gado, limpeza de poços, socorrer bovinos atolados.

Como pelo código moral da área são pais e filhos, com maior ênfase nesse sentido, estão moralmente obrigados a se auxiliarem,

as pessoas são livres para trocar auxílios com parentes ou vizinhos conforme suas conveniências.

O descompromisso de mútuo auxílio por parte de parentes pode ser ilustrado com os dois casos a seguir:

Caso A - Um chefe poupante-investidor e dos principais informantes do autor deixou de fornecer leite para 3 crianças menores de 4 anos, filhas de uma irmã de sua mulher, para criar um *terneiro* cuja vaca havia morrido. Esta mulher e seus filhos viviam no limiar da fome porque seu marido e pai sendo dado ao alcoolismo trabalhava com irregularidade e comprometia o orçamento doméstico, inclusive os poucos ganhos da mulher. Inquirido pelo autor a respeito da situação das crianças aquele chefe respondeu "O problema é deles. Eu vou criar meu *terneiro*".

Esse caso ocorreu em março de 1975 e como ocorrência hipotética foi apresentado a 12 entrevistados na área. Desses, 9 entenderam que o procedimento seria correto e 3 que seria incorreto. Os primeiros justificaram seu julgamento alegando basicamente, conforme expressão de um deles, que "a obrigação com os filhos é do pai e da mãe". Os segundos, por sua vez, justificaram seu julgamento basicamente alegando que "a vida de uma criança vale mais que qualquer *terneiro*", conforme expressão de um deles.

Caso B - Nos fins da década de 50 um dos dois maiores proprietários de terra na área (o outro era seu irmão), endividou-se de tal modo, ao que dizem por não haver atendido devidamente sua lavoura de arroz, que teve de vender sua principal propriedade, "aquela várzea de luxo", como muitos se referem a ela, ficando apenas com uma chacrinha de 5 ha, que vendeu logo após para atender gastos com a saúde de sua mulher que acabou por falecer. Enquanto morou na chacrinha, cerca de 2 anos, sua situação

era de tal modo difícil que, por não ter dinheiro para pagar a passagem de ônibus, diariamente ia e vinha a pé à cidade (situada a cerca 6,5 km de sua casa), onde trabalhava de marceneiro. Após a morte da esposa passou a morar no rancho de um cunhado, viúvo de sua irmã, que como ele, segundo dizem, também botou fora o que o sogro deixou para ele. O rancho em referência se localiza no meio de um mato de eucaliptos, em terras de propriedade do irmão mencionado no início desse caso e que é tido como a pessoa mais rica que mora na área. Desde aquela época os dois cunhados moram juntos, sendo que o primitivo morador do rancho faz os serviços domésticos e o ex-orizicultor responde pelas despesas produzindo e vendendo carvão de lenha que compra do irmão. Ao que consta todo o auxílio que receberam do irmão e cunhado rico foi autorização para "fazer o rancho, um prato de comida e uma roupa velha de vez em quando", conforme disse o hoje carvoeiro.

Como ele é assíduo freqüentador de vendas em seus retornos da cidade, cada vez que ele sai seu caso é comentado. O pensamento geral é: "coitado do A, dá pena, mas bem feito pra ele que não soube cuidar o que herdou do pai", como alguém disse um dia. O sentimento geral é de que o irmão e cunhado "não tem obrigação maior com eles que botaram tudo fora", conforme expressão de um entrevistado. Cabe ainda acrescentar que A. é pai de criação da mulher do chefe que suspendeu o fornecimento do leite para as crianças relatadas no caso A, e que se sente obrigada a ajudá-lo, "porque ele é que nem meu pai", declarou ela. Em vista disso recebeu a ajuda dela e de seu marido, especialmente logo após a morte de sua esposa. Esta ajuda foi sob a forma de empréstimo de bois para transportar carvão para a cidade onde é comercializado, e alimentação no retorno de lá.

As relações econômicas propriamente ditas se manifestam na compra/venda e permuta de bens e força de trabalho. Aqui cabe outra vez mencionar Sahlins para dizer que estas relações são basicamente conduzidas sob princípios da "reciprocidade equilibrada" como por ele definidos (op. cit., pp. 147-148). Como nestas relações os aspectos "econômicos", "materiais", "pragmáticos" são dominantes ou pelo menos relevantes, tais relações são mantidas com qualquer pessoa e não apenas com parentes e vizinhos. Pode ocorrer mesmo, embora não necessariamente, que os interessados em forçar a obtenção de vantagens econômicas conduzindo as relações sob os princípios da "reciprocidade negativa", ainda uma vez conforme definidos por Sahlins (op. cit., pp. 148-149), procurem não transacionar com parentes e vizinhos, ao menos os mais íntimos, para não prejudicar o relacionamento com eles.

2.2.2.15 - Relações com a sede municipal. A cidade é procurada pela população da área como centro de prestação de serviço, mercado fornecedor e consumidor e lugar de emprego e migração.

Como na área o setor terciário praticamente é limitado ao transporte coletivo e venda de mercadorias, seus habitantes buscam na sede municipal a quase totalidade dos serviços de que necessitam. Nela procuram, sobretudo, serviços de saúde, repartições públicas, bancos, comércio. Os serviços mais usados são os de saúde e comércio.

Exceção de integrantes da camada rica que vão à cidade diariamente, mesmo mais de uma vez por dia, inclusive para frequentarem bares, os integrantes das demais camadas, excluídos obviamente os que aí trabalham, procuram acomodar os assuntos a serem nela tratados de modo a não necessitarem ir à sede municipal mais

de uma vez por semana. Segundas-feiras é de longe o dia em que maior número de pessoas vai à cidade.

No que diz respeito ao abastecimento da cidade a área tradicionalmente concorreu para abastecê-la com produtos horti-fruti-granjeiros, lenha, carvão e carne bovina. Em relação aos primeiros até cerca de 10 anos atrás a área se constituía na sua principal fonte de abastecimento. A partir dessa época, certamente em função, ao menos parcial, da melhoria das ligações rodoviárias, a cidade também passou a ser abastecida com produtos oriundos de outros pontos do Estado e mesmo de fora dele, o que sem dúvida torna menos relevante a participação da área no setor. Com relação a carne bovina a área também possui uma longa tradição de abastecimento da cidade. Tanto quanto foi possível apurar, desde, no mínimo, o princípio do século, operavam nela matadouros voltados para o abastecimento da cidade. A partir do início da década de 50 e até abril de 1972 quando deixaram de operar, por determinação da fiscalização sanitária federal, os 6 matadouros que aí operavam no momento, eram responsáveis por mais de 90% do abastecimento da cidade. A Cooperativa Pastoril de Rio Pardo, Ltda. mesmo com matadouro frigorífico instalado na cidade e que produzia para o abastecimento de cidades vizinhas, para Porto Alegre e também para exportação, nunca teve condições de concorrer com os matadouros instalados na área. Estes além de abastecerem os açougues da cidade a preços inferiores aos da cooperativa, no período de entre-safra também ofereciam carne de melhor qualidade do que ela. Quando do fechamento destes matadouros, 8 dos 9 açougues existentes na cidade eram por eles abastecidos. A cooperativa abastecia 1 que era explorado por ela. Após essa ocorrência a participação da área neste abastecimento decresceu sensivelmente e é, no momento, realizada fundamental -

mente em bases clandestinas. Se voltará a esse assunto.

Como fonte de emprego a cidade absorve alguma mão de obra de residentes da área, inclusive empregadas domésticas. Ao que tudo indica também absorve a maior parte dos que dela emigram.

A procura da área por parte de residentes da cidade limita-se praticamente à compra de quitandas, como já visto, e carne, assunto a que se voltará. Cidadinos de classe baixa também frequentam bailes que aí se realizam.

Pelos estereótipos das classes mais altas da cidade a área e sua população recebem avaliação negativa. A área é vista como de pobreza, sendo inclusive o Passo da Areia chamado de "rincão da miséria" e seus habitantes vistos como "manecos", caipiras.

3 - REVISÃO DE LITERATURA

Na literatura antropológica o gado tem sido basicamente considerado no contexto do latifúndio e das assim chamadas sociedades primitivas. No contexto do minifúndio e da pequena propriedade tem recebido consideração periférica. Nesta literatura são poucos os trabalhos primeiramente voltados para uma teorização abrangente; a maioria trata, e por vezes só a nível de descrição, de temas específicos em situações particulares.

O presente estudo, como já foi indicado em seus objetivos, se enquadra na segunda orientação.

3.1 - APRESENTAÇÃO

3.1.1 - Trabalhos de teorização abrangente.

Dentre estes, por sua importância, cabe referir:

Strickon (1965). Descreve e analisa "os principais elementos estruturais do complexo da fazenda de criação euro-americana, um complexo cultural de larga distribuição e de notável visibilidade dramática. O complexo da fazenda de criação desempenha, e historicamente desempenhou, em partes das Américas do Norte e do Sul e da Oceania um papel semelhante ao da indústria açucareira em partes do Brasil e do Caribe" (p. 229).

Strickon trabalha com dados do oeste dos E. Unidos, Austrá-

lia e Argentina. Ressalta que o fato de na Austrália criarem mais ovelhas do que gado não resulta em maiores diferenças estruturais e que a inclusão de dados argentinos é relevante porque eles servem para refutar aqueles que vêem o criatório como tendo a se adaptar às áreas áridas e semi-áridas. Na Argentina o criatório se desenvolve em áreas favoráveis à agricultura comercial. Em síntese diz que:

a) Gado e terra. Como o gado não transforma em carne mais do que 1/20 do que come, e um bom animal de corte consome de 12 a 15 toneladas anuais de alimento, o gado só é economicamente viável quando a maior parte de sua alimentação não for diretamente consumida pelo homem. Se alimentado com cereais, as calorias obtidas da carne necessariamente serão muito mais caras do que se obtidas diretamente dos cereais. Assim "prover o gado com tão grande quantidade de alimento requer muito maior área de terra por caloria para o consumo humano do que aquela que seria necessária se essa terra fosse cultivada com produtos diretamente utilizados pelo homem" (p. 232). A capacidade de sustentação de uma área varia conforme as condições ambientais e a tecnologia utilizada. Nas partes da Argentina em que trabalhou, a relação é de cerca de 2 1/2 acres por cabeça e, em partes de Nevada, é de 120 acres por animal.

b) Mercados. O complexo fazenda de criação emergiu nas áreas estudadas a partir de 1860 e é um filho das revoluções comercial e, especialmente, industrial, já que depende dos grandes mercados urbanos por elas desenvolvidos. Como esses mercados se situam afastados das áreas de produção (norte da Europa para a Argentina; centros industriais do leste e Europa para os E. Unidos; Inglaterra para a Austrália), as fazendas também dependem de um barato e eficaz sistema de transporte e refrigeração.

c) Posse da terra. Porque a subsistência do fazendeiro depende da comercialização do gado e é necessário de 1 a 200 acres por animal, as fazendas de criação tendem a ocupar mais terra do que as fazendas agrícolas nas mesmas condições ambientais e sócio-culturais.

Nos Estados Unidos onde a legislação estipulava tamanhos não operacionais para a fazenda de criação, os criadores usaram de vários procedimentos para burlá-la a fim de aumentar o tamanho de suas glebas.

d) Trabalho e população. O trabalhador da fazenda é um homem livre, ligado ao patrão somente pelo trabalho assalariado. Se distingue de outros trabalhadores rurais ou urbanos porque "seu modo de vida é marcado por um complexo de traços materiais, padrões e valores que são únicos para sua atividade. Este complexo varia só em pequenos detalhes de região a região, de nação a nação e mesmo de continente a continente" (p. 241). A especificidade dos trabalhos com os rebanhos, que exigem grande mobilidade, iniciativa e ação individual dos trabalhadores, praticamente exclui das atividades do criatório o trabalho escravo. Nestas circunstâncias é inviável manter trabalhadores sob constante vigilância. O trabalho do gaúcho ou do cowboy é visto por eles e por outros como mais prestigioso do que o trabalho agrícola e outras atividades manuais.

A demanda de trabalho nas fazendas de criação é pequena. Nas planícies do norte dos Estados Unidos e na Argentina um homem atende a 1.000 reses e na Austrália a 2.500 ovelhas. Correlacionado com essa pequena demanda de trabalho está o fato de que as regiões dominadas pelas fazendas se caracterizam pela baixa densidade demográfica.

A integração das fazendas no sistema social e econômico regional e nacional é, basicamente, realizada por homens de negócios das cidades e por fazendeiros. Com freqüência os últimos têm residência na cidade e na fazenda, formam a elite local e integram a nacional.

e) O tamanho das fazendas como um fator de adaptação. As fazendas maiores estão ecológica e economicamente melhor adaptadas do que as menores. Ecológicamente, porque tendo terras suficientes, não se vêem obrigadas, para evitar perdas por falta de pastagens, a vender gado em períodos de baixa nos preços. Economicamente, porque não sendo os investimentos em equipamentos e o custo da mão de obra proporcionais ao tamanho da fazenda, o custo por animal é menor nos estabelecimentos maiores.

f) O agricultor e o criador no macrocosmo. "Quando criatório e agricultura começam a competir pelo mesmo habitat, é que a ecologia da fazenda com seu padrão de uso extensivo de terra e trabalho é mais claramente percebido" (p. 248). A agricultura que desloca ou substitui o criatório é a comercial e sua expansão é determinada pelos mesmos fatores que levaram à expansão do criatório: grandes mercados para produtos agrícolas, especialmente para cereais e eficaz sistema de transporte. Quando é resolvido o problema do trabalho, pela disponibilidade de mão de obra ou mecanização das lavouras, se estabelece o conflito, com o domínio parcial ou total da agricultura, desde que com ela se obtenha maiores lucros da terra.

g) Conflito agricultor-criador no microcosmo. Apesar de nas 3 áreas consideradas o complexo da fazenda de criação ter sido substituído por algum tipo de agricultura, 3 estudos (2 nos E. Unidos e 1 na Argentina), que tratam diretamente com uma comuni-

dade pastoril ou com comunidades agrícolas em íntima ligação com o complexo da fazenda de criação, mostram uma situação inversa. Nos 3 casos houve uma inversão no processo que ocorreu com a expansão agrícola: o uso extensivo de terra e trabalho se tornou mais vantajoso do que o uso intensivo; as cidades se contraíram ou mesmo desapareceram; a população diminuiu. Nos casos norte-americanos o processo foi atribuído à impropriedade das terras para a agricultura e no caso argentino à regulamentação da posse e arrendamento da terra após a revolução de 1934.

Goldschmidt (1968). Apresenta um modelo do pastoralismo, que é visto como "... um ajustamento cultural a regiões semi-áridas abertas ou de gramíneas, nas quais a vegetação nativa poderá manter grandes ruminantes, mas nas quais, sem tecnologia avançada a agricultura não pode ser satisfatoriamente desenvolvida" (239/240). Entende que nenhum modelo se propõe a ser uma réplica exata dos fenômenos ou ocorrências que representa e que deve ser "... lógico, uma construção de comportamentos institucionais e comportamentais em termos dos requisitos do sistema" (p. 239). Seu modelo tem por base a teoria da integração funcional e foi elaborado com material das tribos Pakot, Sebei, Kamba e Hehe, todas do leste africano.

Em síntese diz que:

a) O grupo deve ter mobilidade, não podendo fazer maiores investimentos em bens como casas e terra. Recursos permanentes e essenciais, como água e sal, devem ser defendidos e partilhados.

b) Pela imprecisão dos limites territoriais, pouco importantes no pastoralismo, a territorialidade não tem maior relevância como princípio unificador. Por isto deve haver outros princípios unificadores, os quais devem ser bastante flexíveis

para possibilitar a união de grupos maiores e a ação de grupos menores. Na África esses princípios são dois: as linhagens segmentárias e as classes de idade.

c) Os trabalhos com o gado cabem aos homens. As mulheres tendem a ser afastadas dessas tarefas pela sua menor força física e por terem sua mobilidade prejudicada pela gravidez e cuidados com as crianças. Isto tende a levar para a patri-orientação na residência, filiação e herança e a reduzir o papel social das mulheres.

d) Os grupos corporados formados à base de parentesco são patrilineares e os integrantes masculinos de cada unidade doméstica colaboram para cuidar do gado.

e) O gado é uma riqueza volátil. Isto conduz à mobilidade nas altas posições; reforça a independência de ação; ressalta a importância do status adquirido; favorece a resolução de disputas à margem dos tribunais.

f) O militarismo é agressivo. Este militarismo se desenvolve tanto em função do roubo como da defesa do gado.

g) A personalidade ideal do pastoralismo valoriza atributos como auto-confiança, individualismo, busca do sucesso, arrogância.

h) A orientação masculina do sistema social associada a independência agressiva conduz ao machismo, do qual poliginia e o preço da noiva, entre outros, são expressões.

i) O pastoralismo desestimula a presença de sociedades secretas e a acusação de feitiçaria e estimula o desenvolvimento do fatalismo. Dá maior ênfase para os ritos de passagem, que foca-

lizam o indivíduo e seu status, do que para os ritos de intensificação, que reforçam a solidariedade grupal.

3.1.2 - Trabalhos que abordam temas específicos em situações particulares

Dentre estes, por sua importância, cabe referir:

Deshler (1965). Trata da contribuição do gado para a subsistência dos Dodos de Uganda e o tamanho de seus rebanhos. Em síntese diz que:

a) A maior contribuição do gado para a subsistência não é direta mas indireta. Diretamente, sob a forma de carne, leite e sangue, o gado não contribui com mais do que um quarto da alimentação anual dos Dodos. Indiretamente se constitui no último recurso para evitar, a cada ano, a fome, mediante a aquisição de alimentos com o dinheiro apurado com a venda anual de cerca de 3.000 cabeças.

b) A manutenção de grandes rebanhos, numa média de 4-5 animais por pessoa, encontra explicação na baixa produtividade do gado. Sua baixa produtividade é expressa na produção média diária de menos de 1 "quart" de leite por vaca e no peso de 600-700 e 500-600 libras atingidos, respectivamente, por machos e fêmeas aos 6-7 anos de idade. Assim, mesmo para obterem modestos resultados devem manter grandes rebanhos.

c) O grande valor atribuído ao gado nas sociedades pastoris africanas certamente que decorre do fato dele ser uma segurança contra a fome.

Schneider (1962). Trata do significado econômico e não econômico do gado para os Pakot de Quênia, e do gado como fator de conservadorismo. Diz que:

a) "A vida econômica Pakot se centraliza no criatório" (p. 151), sendo o leite essencial para a alimentação. Além de sua grande importância econômica o gado é "... assunto de interesse focal na vida do povo, como é indicado pelos aspectos de beleza a ele atribuídos e pela identificação e afeição que sentem por ele" (p. 151).

b) Como fazem outros pastoralistas do leste africano os Pakot distribuem vacas a vizinhos e amigos, que as mantêm até que morram, a fim de diminuir os riscos de perda por roubo e doença. Porque não são responsabilizados pela morte desses animais costumam mentir que eles morreram a fim de se livrarem da contínua retribuição que devem fazer aos proprietários das vacas que recebem. Isso provoca muitas disputas.

c) As vizinhanças (grupos territoriais), defendem seus membros quando envolvidos em disputas com integrantes de outras vizinhanças. Isto deve decorrer do fato de que sendo as muitas pagas com gado, sua perda por qualquer dos seus componentes representará prejuízo para os demais, pois o gado, embora de posse individual, é desfrutado comunalmente pelas vizinhanças. Os Pakot também permutam entre si gado por cereal.

d) Só abatem gado para as principais festas cerimoniais. Nessas ocasiões os melhores pedaços cabem aos homens mais velhos.

e) Ao contrário do que pensam alguns autores, o complexo gado, em si, não se constitui em fator de conservadorismo cultural. Povos bantus da África Oriental que possuem o complexo gado foram receptivos a inovações trazidas pelo processo colonial. Para eles o gado não se constitui no interesse focal de suas vidas, nem sua subsistência depende basicamente dele, como ocorre entre os nilóticos. O conservadorismo destes é melhor explicado

pelo grande grau de integração que apresentam suas culturas, em decorrência de uma adaptação muito especializada a um ambiente natural pouco favorável. Nesse ambiente o criatório propicia maior segurança do que a agricultura.

Downs e Ekvall (1965). Tratam do papel desempenhado pelo gado (e outros animais) na exploração do planalto tibetano e sua contribuição para a homogeneidade sócio-cultural aí existente. Em síntese dizem que:

a) Apesar do ambiente natural tibetano conduzir a variados ajustamentos ecológicos, dificultar e mesmo impedir as viagens face a ausência de tecnologia ocidental, aí existe uma "... notável homogeneidade cultural, lingüística e social" (p. 169).

b) Religião e comércio são importantes elementos unificadores que "... afetando todos os tibetanos serve para encorajar um contínuo movimento de bens e pessoas através do Tibet. Reforçam a necessidade de uma linguagem eclesiástica e secular comuns e dão oportunidade para constante troca de idéias" (p. 173).

Na religião o elemento unificador são as peregrinações. O tibetano é um peregrino permanente. Através da visitação a mosteiros, santuários e personalidades religiosas uma pessoa pode praticamente conhecer todo o país.

No comércio o elemento unificador são as caravanas comerciais, que praticamente interessam a toda a população, pois "... cada tibetano, em adição a qualquer outro papel que desempenhe, é um comerciante" (p. 173). Também os mosteiros organizam caravanas comerciais. As caravanas fazem o comércio interno e externo.

c) Para as peregrinações e caravanas comerciais são básicos

"... os animais por cuja força e sobre cujo lombo o comércio e peregrinação tibetanos existem" (p. 173). Com freqüência as caravanas são a um tempo comerciais e religiosas.

d) Nessas atividades a participação do gado ainda que indireta é relevante. Se dá através do dzo, híbrido de bovino e do yak autóctone. O dzo é vigoroso, menos glutão e mais dócil do que o yak, carrega um terço a mais de carga do que os genitores, e é facilmente treinado para caminhar em fila indiana (o que não faz o yak), sendo isto importante para as viagens através dos estreitos e tortuosos caminhos das montanhas e, o que é de grande relevância, pode viajar em altitudes superiores às que suportam os bovinos e inferiores às que suportam os yaks. Em decorrência disso as caravanas comerciais e religiosas se apóiam basicamente nos dzos. Para os tibetanos a primeira e principal finalidade do gado é a produção do dzo.

Harris (1966). Trata da adaptação do complexo do gado ao eco-sistema indiano. Em síntese diz que:

a) Os que, devido à doutrina da *ahimsa*, princípio hinduísta da unidade da vida, do qual a santidade do gado é o principal sub-caso e símbolo, vêem o complexo do gado na Índia como funcionalmente negativo, irracional ou anti-econômico, chegam a tal resultado por super-avaliação desses elementos e sub-avaliação dos elementos opostos.

b) "... A explicação dos tabus, costumes e rituais associados ao manejo do gado na Índia deve ser procurada nos processos funcionalmente positivos e provavelmente adaptativos do sistema ecológico dos quais são uma parte, mais do que na influência da teologia-hinduísta" (p. 51). Assim, se o gado for considerado como uma parte do eco-sistema, perceber-se-á que não há bovinos em

excesso, não econômico ou sem utilidade já que as relações entre as populações humana e bovina resultaram da acomodação a pressões darwinianas e que, "presumivelmente o grau de observância dos tabus contra o abate bovino e consumo de carne reflete a força destas pressões ecológicas, mais do que da *ahimsa*; em outras palavras o poder e continuidade da *ahimsa* emana dos benefícios materiais que ela confere a homens e animais" (p. 52). A viabilidade dessas hipóteses é demonstrada pela análise dos seguintes principais aspectos do complexo gado na Índia:

Produção de leite. Mesmo sendo muito reduzida a produção de leite das vacas na Índia e cerca de 57% delas não estejam em lactação e/ou não tenham cria, isto não pode ser usado como argumento para dizer que as vacas são anti-econômicas. Elas são mantidas, sobretudo, para produzir bois.

Tração. O emprego da força de tração bovina na agricultura se constitui na principal contribuição positiva do gado para o sistema ecológico indiano. Não obstante alguns autores falarem em excesso de gado na Índia, aí há carência de animais de tração. Um grande número de pequenos agricultores dependem inteiramente de animais alugados e 1/3 dos agricultores, por falta de bois, não inicia o ano agrícola com observância das condições que consideram ideais.

Esterco. Na Índia o esterco bovino se constitui no principal combustível de uso doméstico. Estimativas recentes indicam que o esterco anualmente utilizado sob essa forma equivaleria a 35.000.000, 112.000.000 e 135.000.000 de toneladas de carvão de pedra. Sua utilização como adubo também é relevante porque a maior parte da exploração agrícola intensiva no sub-contidente indiano depende desta adubação.

Carne e couro. Gado e búfalos também se constituem em fonte direta de proteínas. Cerca de 25.000.000 destes animais são consumidos anualmente por milhões de indianos intocáveis, cristãos e muçulmanos aos quais não se aplica o tabu do consumo de carne.

A utilização de couros, chifres e cascos dos animais que morrem naturalmente não é proibida.

Pastagem. "Direta e indireta evidência sugere que na Índia homens e bovinos não competem pela existência" (p. 54). Os animais se alimentam principalmente de produtos sem utilização humana e procuram sua alimentação. Praticamente sô animais de tração recebem alguma alimentação. Muitos hinduístas vêem o gado como vítimas da ganância de seus proprietários.

Animais com uso e sem uso. Especialistas e instituições admitem que há grande número de bovinos anti-econômicos, por inúteis. Todavia é difícil identificar animais absolutamente inúteis. Mesmo animais que não trabalham, não procriam e não produzem leite dificilmente poderão ser vistos como inúteis, pois sem onerarem o orçamento doméstico e se utilizando de terras e produtos sem outra utilidade produzem matérias primas de grande relevância para o orçamento doméstico.

A sub-nutrição das vacas faz com que seja necessário um grande número delas para se assegurar continuidade da força de tração bovina, indispensável para a agricultura. A relevância disso ressalta do fato de que os agricultores que não podem substituir seus bois por outros de sua própria criação devem recorrer a empréstimos de agiotas. A impossibilidade de saldar tais empréstimos é a principal causa da perda da posse da terra.

Abate. Poucos, ou talvez nenhum hinduísta mata seus animais

por meio de sangria e pancadas. Todavia animais que por qualquer razão se tornem economicamente indesejáveis são eliminados pela ausência total de cuidados. Sob pressão econômica também comercializam seus animais para o açougue.

Legislação anti-abate. A história da legislação anti-abate evidencia que a *ahimsa* não é suficiente para proteger o gado indiano da morte prematura. Esta legislação que serve a variados interesses políticos e econômicos tem sido com freqüência e por má interpretação apontada como evidência do sentido anti-econômico do hinduísmo. Alguns pontos dessa legislação devem ser ressaltados:

a) A proteção à vaca sagrada foi o foco ideológico da bem sucedida luta contra o colonialismo inglês e uma das principais armas políticas de Ghandi contra ingleses e muçulmanos. Em verdade pode ser que a força do carisma de Ghandi estivesse no seu superior entendimento do significado ecológico do gado, especialmente em relação às massas desprivilegiadas, baixa casta marginal e agricultores fora de casta" (p. 58).

b) Se constituiu em instrumento para manter a proporcionalidade entre as populações humana (sempre crescente) e bovina. Isso é relevante pelo crítico papel desempenhado pelo gado no ecossistema indiano.

c) Pode ser vista como um artifício usado pelos proprietários de gado que não plantam para que seus animais se alimentem das plantações de outros. Ainda que ataquem as plantações os animais não podem ser molestados.

d) Limita o extermínio das melhores vacas leiteiras do país. Estas vacas estão nas cidades e representam cerca de 4% do reba-

nho do país. Porque sua manutenção é muito dispendiosa, são economicamente viáveis as boas produtoras de leite. Em consequência do alto custo de sua manutenção estas vacas eram abatidas ao fim de sua primeira lactação na cidade.

Abrigo para animais velhos. Ainda que alguns desses abrigos sejam instituições mantidas pela caridade pública, eles possuem um sentido econômico. Vacas aí mantidas mediante pagamento por seus proprietários devem ser enviadas a eles se entrarem em lactação.

Seleção natural. Embora o gado indiano seja de má qualidade não é viável substituí-lo por animais de alta qualidade. O gado indiano, mais do que qualquer outro, é adaptado a seu severo ambiente.

De tudo isso se pode concluir que "a probabilidade de que o complexo gado na Índia seja uma parte funcional-positiva de um eco-sistema naturalmente selecionado é ao menos tão boa como aquela de que é expressão funcional-negativa de uma ideologia irracional" (p. 59).

Moreira Neto (1960). Trata da "... formação e desenvolvimento de onda pastoril, que, pelos meados do século XIX invadiu os campos do Pau d'Arco, tributário da margem esquerda do baixo Araguaia, região ocupada tradicionalmente pelos Irã-amrãire Kayapó" (p. 2). Em síntese diz que:

a) A ocupação dos campos do Pau d'Arco pela pecuária nos fins do século XIX ainda integra a onda pastoril que a partir da metade do século XVII se estendeu, pelo interior, da Bahia ao Maranhão Ocidental, donde saiu a frente pioneira que acabou por atingir a região aqui considerada. A fixação e expansão do cria-

tório na área foi facilitada pelos contatos pacíficos com os Irã-amraire Kayapõ, e mesmo sua colaboração.

b) O ciclo da borracha, criando novas oportunidades de trabalho, mercados e capitais, salvou a ocupação pastoril do Pau d'Arco de inevitável insucesso, criando também Conceição, centro urbano de comércio estável e população densa. A derrocada da borracha levou muitos dos que acumularam capitais em atividades ligadas a ela a investirem em gado. Data desta época os fazendeiros-comerciantes, que iniciaram estabelecimentos de criação na área. Depois de 1915 passou a haver o predomínio dos grandes fazendeiros, os únicos que por seus grandes recursos puderam sobreviver à derrocada da borracha, permanecendo na região.

c) As poucas mercadorias consumidas nos campos do Pau d'Arco provêm do comércio de Conceição. Os vaqueiros compram diretamente dos patrões quando esses são também comerciantes, o que é freqüente, ou de outros, afiançados por aqueles. Em ambos os casos o pagamento é garantido pelo gado que os vaqueiros recebem nas "partilhas".

d) O principal mercado para o gado da área (cerca de 20.000 cabeças em 1956) é a xarqueada de Araguacema localizada pouco acima de Conceição, e fundamentalmente voltada para o abastecimento de Belém. O baixo preço do gado compensa o alto custo do frete da carne para Belém, exclusivamente por via aérea.

e) Os estabelecimentos pecuários da área se caracterizam pela grande extensão e pela baixa concentração pastoril. Para isso "... cooperam o baixo padrão alimentício das pastagens naturais, o rudimentarismo das técnicas criatórias, o baixo valor do gado e sua má qualidade. Deve-se notar também... que obtêm em média, por ano, uma cria de quatro vacas" (ps. 36/37). A área das fa-

zendas varia entre 4.000 e 12.000 ha. Nos melhores campos da região são necessários, no mínimo, 10 ha por animal e a média para toda a região é de 100 ha por cabeça.

f) "No Pau d'Arco o vaqueiro faz as vezes de capataz e é responsável face ao fazendeiro por tudo que ocorre na propriedade. Suas prerrogativas e obrigações são tradicionalmente fixadas em documentos escritos, os 'Regulamentos', que codificam normas velhas de alguns séculos no seio da onda pastoril nordestina.

.....
 A comparação dos dados colhidos nos campos do Pau d'Arco nos dias atuais, com os elementos definidores da cultura pastoril nordestina nos séculos XVII e XVIII ordenados por Capistrano de Abreu indica que surpreendentemente poucos aspectos do movimento foram modificados" (p. 39).

g) A remuneração dos vaqueiros se dá através da partilha. Por partilha, se observado o prazo de dois anos, cada vaqueiro recebe em média de 30 a 50 crias. Pelos preços correntes na área o valor dos animais recebidos por um vaqueiro pode ser inferior ao do seu endividamento no período a que corresponde este pagamento. Em decorrência disto é freqüente trabalhadores cronicamente insolventes. "Em forte porcentagem dos casos a situação econômica do vaqueiro dos campos do Pau d'Arco aproxima-se da dos seringueiros do Xingu. De modo geral o produto de seu trabalho não é suficiente para mantê-lo livre de dívidas e do cerceamento de liberdade face ao patrão em que o fato implica" (p. 44). Não obstante isso seu ofício é o mais disputado pelos moradores da região. Uma fazenda grande conta com 2 ou 3 vaqueiros e, como regra, com auxiliares jovens, parentes destes. Nas "corrutelas", populações que vivem em torno de pequenos povoados nordestinos e que subsistem basicamente da pequena agricultura, as fazendas têm sua re-

serva de mão de obra.

h). Não obstante a região dos campos do Pau d'Arco ocupar mais ou menos a metade da área do município e deter 1/3 de sua população, sua participação na economia municipal é reduzida. Em 1956 o valor da produção agrícola do município foi 3 vezes superior ao valor do gado comercializado pelos criadores da região. Para tal concorrem "... as técnicas rudimentares de criação do gado, o aviltamento do valor das reses por ausência de mercados consumidores e a escassez quase absoluta de moeda circulante e de créditos" (p. 59).

i) Exceto em casos mais graves, como homicídio, as questões são resolvidas pela justiça intra-grupal. Caracteristicamente recorrem ao apaziguamento, por intermédio de pessoas idosas e de alto status econômico e social. Entre os mais influentes conselheiros estão os fazendeiros. "O consenso dessas comunidades pastoris ratifica e racionaliza através dessa atribuição de status as funções de controle e domínio em esferas de relações extra-econômicas que exercem de fato os grandes criadores sobre as populações da área" (p. 61/62). A posição dos fazendeiros é reforçada pelo "... monopólio das grandes áreas pastoris e do mercado de trabalho que elas representam e o controle mais ou menos amplo das atividades comerciais da área" (p. 62). Todavia o absentismo dos fazendeiros diminui o papel polarizador das fazendas.

j) A cultura da região do Pau d'Arco, que devido ao isolamento da região não sofreu maiores modificações, está em fase de mudança, exatamente pela quebra de seu isolamento. Isso foi determinado pelo desenvolvimento em sua periferia de fazendas de criação com técnicas menos rudimentares e da xarqueada de Araguaçema.

As novas fazendas se desenvolvem em áreas esgotadas por grandes empreendimentos agrícolas. "Nas técnicas de produção desenvolvidas por estas novas empresas pastoris encontra-se a real ameaça que pesa sobre o complexo cultural de que participam os criadores do Pau d'Arco e do Arraiais. A presença de estabelecimentos de criação de tipo menos rudimentar em áreas próximas, associada à atuação de outros fatores externos, tende a tornar obsoletas e inoperantes as técnicas produtivas ainda utilizadas naquela região" (p. 90). As terras dos campos do Pau d'Arco são impróprias para a agricultura comercial.

A xarqueada de Araguacema é de sentido mais restrito. "Não obstante, seus efeitos atuais sobre a cultura pastoril do Pau d'Arco e de outras áreas limítrofes são mais concretos e impositivos, no sentido de que determinam mais diretamente câmbios em suas configurações sócio-culturais" (p. 91).

Evans-Pritchard (1967). Trata do significado do gado para os Nuer e de seu sistema de criatório. Em síntese diz que:

a) Em larga escala sua subsistência depende do gado. Ainda que não possam subsistir exclusivamente do gado, é ele que lhes garante a subsistência. Isso é mais claramente percebido quando, o que se dá com frequência, ocorre o fracasso das colheitas de sorgo e milho. Nessas ocasiões é possível que uma família subsista exclusivamente do leite de uma única vaca. Das múltiplas utilidades do gado, a produção do leite é a principal. Ainda que ocasionalmente uma unidade doméstica ou mesmo toda uma vila possa ter escassez do produto, considerado essencial para as crianças pequenas, não falta leite para elas. É obtido de parentes e vizinhos. A seus olhos a melhor época de uma família é quando dispõem de várias vacas em lactação. A dependência do leite faz com

que 2/3 dos rebanhos sejam compostos por vacas e que estas sejam exclusivamente avaliadas por suas qualidades leiteiras.

Depois do leite a carne se constitui na principal contribuição do gado para a alimentação. Ainda que só devam abater gado em situações cerimoniais há bastante dessas oportunidades para que possam satisfazer o desejo de comer carne. Porque o gado é muito valioso, em ocasiões menos importantes costumam abater cabras e ovelhas. Animais que morrem de morte natural são consumidos como alimento, inclusive o boi favorito. O destino final de seus bovinos é a panela.

Na estação seca suplementam a alimentação com sangue que extraem dos animais, especialmente das vacas. Ainda que muito apreciado e extraído para fins culinários, não consideram o sangue como um produto alimentar importante. Dizem que extraem o sangue para beneficiar os animais.

O gado também lhes fornece diversos outros produtos como couro, chifres, ossos, esterco. Este se constitui no seu principal combustível doméstico.

b) O gado permeia toda a vida social e ritual. Alguns exemplos ilustram tal situação: O preço da noiva é pago em gado e cada uma das etapas do casamento é marcada pela transferência e abate de gado. Muitos parentes são aquinhoados com gado recebido como preço de noiva. O status legal de pais e filhos é definido pelos direitos e obrigações em relação ao gado. Grupos locais pastoreiam seu gado em conjunto a fim de melhor atendê-lo. O contato com almas e espíritos é feito através do gado.

"Os Nuer tendem a definir todos os processos e relações sociais em termos de gado. Seu idioma social é um idioma bovino"

(p. 19).

c) A vida política está intimamente associada ao gado. "A atitude dos Nuer para com os povos vizinhos e suas relações com eles são influenciadas pelo seu amor ao gado e desejo de adquiri-lo. Têm profundo desprezo pelos grupos com pouco ou nenhum gado, ... suas guerras contra as tribos Dinka vizavam o roubo de gado e o controle de pastagens. Cada tribo Nuer e suas secções tribais tem suas próprias pastagens e reservas d'água, e a fission política é intimamente associada à distribuição destes recursos naturais, cuja propriedade é geralmente expressa em termos de clãs e linhagens" (p. 16).

O gado se constitui no interesse focal dos Nuer. A tal ponto centralizam interesses no gado que para alguém de fora, parecem obsecados por ele. Este interesse se expressa em fatos como: o gado é constante tema de conversação; com freqüência os homens são chamados pelo nome de seus bois favoritos, têm conhecimento da história de vida e genealogia de cada bovino; há verdadeira convivência da população humana com a bovina. Tal "... obsessão ... é devida não somente ao grande valor econômico do gado mas também ao fato de que os animais estão presentes em numerosas relações sociais" (p. 19).

Seus métodos de criatório são de tal modo eficazes que em seu presente ajustamento ecológico, não podem ser melhorados em qualquer aspecto importante. Graças aos cuidados que recebe é que o gado pode sobreviver nas difíceis condições ambientais do território Nuer. Como a população humana também depende da população bovina para sobreviver, as relações entre homens e bovinos são simbióticas.

Maquet (1955). Trata do papel do gado como instrumento da

casta superior do Reino de Ruanda para a obtenção de poder e reputação e do apreço que ela sente pelo gado. Em síntese diz que:

a) Os pastores Batutsi formam a casta superior; logo abaixo estão os agricultores Bahutu e na base da escala hierárquica se encontram os caçadores Batwa. Representam, respectivamente, 10; 85 e 5% da população.

b) Poder e reputação se constituem nos valores maiores dos Batutsi e os instrumentos para consegui-los são gado e filhos: "O poder é, essencialmente, a capacidade de exercer uma pressão considerável sobre alguém. Em Ruanda, ser poderoso é ser capaz de exigir de outros tributo em trabalho ou em espécie, ou conseguir apoio para as relações destinadas a obter para si alguma vantagem do rei" (p. 266). Tem reputação quem é admirado por seu poder, comportamento e tradição familiar.

c) Os Batutsi obtêm poder tornando-se senhores de Bahutu e mesmo de outros Batutsi, doando a eles algumas reses. Os Bahutu são interessados em se tornarem clientes a fim de desfrutarem das vantagens da posse de gado e de obterem a proteção de seus senhores, contra a fome e o arbítrio dos poderosos, inclusive do rei, para gozar de sua proteção, obter mais gado e assim conseguir mais dependentes. Em Ruanda de tal modo o poder está associado ao gado que mesmo guerreiros que gozavam de grande popularidade dependiam dele para obtê-lo.

d) O gado se constitui em instrumento para a obtenção de reputação porque ele é fonte de poder e por seu leite, que é essencial para receber amigos e manter um estilo de vida nobre. O leite é, por excelência, a bebida da casta superior e considerado um alimento completo. Os verdadeiros Batutsi viveriam só de leite.

e) Os filhos são fonte de poder e prestígio pelas relações que se estabelecem através deles, inclusive para obtenção de mais gado.

f) O gado também era apreciado por seu valor estético. Havia uma categoria de poesia destinada a louvar vacas famosas e as muito bonitas eram consideradas propriedade do rei. Este e grandes chefes eram presenteados com gado em muitas festividades. "Tudo indica que o gado era objeto de intenso interesse e despertava sentimentos de orgulho semelhantes aos associados em algumas subculturas ocidentais com a posse de cães de caça e de carros de luxo. O gado era a posse privilegiada da casta superior, assim como na Europa, na Idade Média, um nobre tinha de possuir alguma propriedade rural" (p. 268).

3.2 - APRECIACÃO

Inicialmente cabe fazer alguns reparos aos trabalhos de Strickon, Goldschmidt e Harris.

A Strickon. Sua afirmação de que "o único vínculo que liga o cowboy ou gaúcho a seu empregador e à terra é o salário" é falsa. Ainda que seus dados levem a isso, o que é difícil de supor (pois ele mesmo reconhece sua mobilização como força armada para a defesa das ambições políticas dos fazendeiros), certamente que isso não se aplica, como sugere, à fazenda de criação em qualquer lugar, entre eles o Brasil. Dentre outros, Moreira Neto (op. cit.) mostra que na região de Pau d'Arco e no nordeste, os fazendeiros usam de diversos expedientes para subjugar vaqueiros, os quais, estrito senso, não podem ser classificados como assalariados.

A Goldschmidt. Uma vez que ele explicita que o modelo não

pretende ser réplica exata da realidade que representa, cabem a seu trabalho os seguintes reparos:

Uma "certa funcionalidade" existe em cada eco-sistema e não apenas naqueles em que o pastoralismo é a atividade econômica principal. Todavia tal "funcionalidade" é apenas parcial. Exemplo disso se encontra nos conflitos provocados pelas falsas declarações de morte de vacas na tribo Pakot, como já visto, e de onde procede parte do material por ele utilizado para construir seu modelo.

Como acaba de ser visto, Strickon e Schneider demonstram que o pastoralismo pode se desenvolver mesmo em áreas onde sem tecnologia avançada, a agricultura é satisfatoriamente praticável.

Atribuir ao pastoralismo, sem outras considerações, o desenvolvimento de elementos como machismo, poliginia, individualismo, patrilineariedade, etc. é simplificar a questão. Tais elementos também ocorrem em sociedades não pastoris.

A Harris. Os reparos a ele são:

Ainda que a *ahimsa* desempenhe as funções que indica, e que faz sentido, é estranho que não faça uma única referência aos outros animais, que, como o gado, também são protegidos pelo mesmo princípio, sem todavia, terem funções econômicas. Em outras palavras, ainda que o complexo do gado na Índia seja mais funcionalmente positivo do que negativo, para usar sua linguagem, certamente que o respeito pela vida do gado e proibição de comer sua carne não podem ser explicadas unicamente por razões econômicas.

Mesmo que a alimentação do gado se componha principalmente

de produtos sem utilização humana é incorreto afirmar que não há competição entre homens e bovinos. A inexistência desta competição é negada pelo próprio autor ao reconhecer que os animais atacam as plantações sem serem molestados. Mesmo que tal não ocorresse é inconcebível se acreditar que as terras ocupadas pelo gado não pudessem ser utilizadas pela população.

Feitos estes reparos cabe uma resenha das principais proposições destes estudos e um comentário sobre elas. Em síntese dizem que o gado:

a) Adapta-se a muitos e variados ambientes naturais e sociais.

b) Sob diversas formas, seu primeiro significado é econômico e quando outros significados lhe são atribuídos, estes derivam daquele.

c) Embora contribua mais indireta do que diretamente para a subsistência, se constitui em segura reserva para enfrentar períodos e situações de dificuldades.

d) Pode se constituir em instrumento de dominação política e econômica.

e) Se constitui, primeiramente, em posse dos que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia social.

f) Os cuidados com ele são mais livres e menos absorventes do que os exigidos pela agricultura, no mesmo ambiente, e cabem principalmente aos homens.

Certamente que isto decorre de peculiaridades do gado e de seu aproveitamento pelos criadores conforme seus interesses e possibilidades.

A análise de uma destas proposições é suficiente para ilustrar tal afirmação. Assim, dando por aceito que a posse do gado num dado grupo seja de interesse geral e considerando-se o demorado crescimento e a grande quantidade de alimentação consumida por ele, estão mais habilitados a possuí-lo aqueles que ocupam as posições mais elevadas na hierarquia social.

Como se verá no capítulo seguinte, as proposições em referência, exceto a do uso do gado como instrumento de dominação política, ocorrem ou ao menos se esboçam no contexto aqui considerado. Como este difere em muito larga medida dos que foram há pouco apresentados, é lícito se pensar que o maior peso para sua ocorrência esteja no manejo de peculiaridades do gado. Por sua vez, no que diz respeito às proposições contidas neste estudo e que não encontram similaridade nos trabalhos apresentados, é lícito se supor que o peso maior para sua ocorrência esteja na exploração do contexto global em que se desenrolam. Obviamente que tanto este manejo como esta exploração são motivados por interesses individuais e grupais.

4 - O GADO

4.1 - GENERALIDADES

4.1.1 - Tipos

A partir da idade e/ou sexo, utilização, desenvolvimento, ser castrado ou não, os minifundiários classificam basicamente seu gado nos seguintes tipos:

Terneiro (a) - macho ou fêmea com até 2 anos de idade.

Novilha - fêmea de mais de 2 anos, antes de haver dado a primeira cria. Como regra isto ocorre aos 3-4 anos. Usam dizer novilha de primeira cria, particularmente para aquelas que procriam antes dos 4 anos.

Vaca - fêmea que já procriou. Usam dizer vaca de primeira e segunda cria.

Tambeiro - macho de 2 a 4 anos, castrado, em processo de doma para tração, ou filho de vaca submetida a ordenha quando ele era *terneiro*. Empregado alternativamente com boizinho.

Tourinho - macho de 2 a 4 anos, não castrado, domado ou não.

Touro - macho não castrado com mais de 4 anos, domado ou não.

Boi - macho castrado com mais de 4 anos, domado. Usam dizer boi manso. Para os efeitos desse trabalho todos os bovinos emprega-

dos como força de tração serão genericamente, designados por boi.

Gado de cria - animais adultos e não adultos, predominantemente fêmeas, destinados à criação. Os bovinos são adultos aos 3 anos de idade.

Gado para matar - animais adultos com, no mínimo, cerca de 80% de seu rendimento potencial máximo de carne nas condições da área. Ideal e predominantemente animais velhos e/ou com algum defeito.

Gado para invernar - animais destinados à produção de carne, mas que não tendo condições de peso para abate imediato, são *invernados*, em boas pastagens para serem abatidos tão logo aquelas condições sejam adquiridas.

Quando a idade é critério para a classificação, o maior ou menor desenvolvimento dos animais pode retardar ou antecipar sua mudança de classe.

4.1.2 - Raça

O gado dos minifundiários, como de resto de toda a área, é predominantemente o chamado gado geral, isto é, de raça não definida, embora o fundo zebu seja dominante. Explicaram a preferência por esse gado devido a sua rusticidade.

4.1.3 - Composição do gado das unidades domésticas

4.1.3.1 - Quanto ao tipo. A presença ou ausência dos tipos básicos de gado reconhecidos pelos minifundiários e sua frequência em cada unidade, depende de suas especificidades e da categoria ou subcategoria que integra.

O gado das unidades de tração é composto, basicamente, de "bois". Com efeito, sendo mínimo entre elas, em qualquer época a

presença de outros bovinos que não os de tração, é possível, lato senso, classificá-los como bois. Esta composição foi explicada, pelos entrevistados na categoria, à base de "com boi se faz menos força para ganhar a vida", "com boi o camarada se enrasca menos", "com boi o ganho é maior do que no pulso", conforme expressões suas e por não possuírem pastagens e recursos para manterem bovinos de outros tipos. Não obstante esta generalidade, há variações nos "bois" que compõem o gado das unidades de tração, conforme as subcategorias que a integram.

As unidades lavradoras possuem bois, estrito senso, e eventualmente, *tambeiros* em processo de doma. Seus bois apresentam características substantivas e, comumente, também adjetivas (ver p. 135) explicam a presença das características substantivas pela necessidade que têm de "boi de verdade e não de boizinho", "boi com que a gente pode contar na certeza, boi que tem força", e "boi que não anda correndo atrás de vaca", conforme expressões de dois lavradores (ver Fig. 11). A presença de características adjetivas é explicada à base do ser mais bonita uma junta formada por bois parecidos. Esta explicação se aplica a todas as unidades que possuem bois, independente de categoria. Solicitados a lembrar alguma junta que tenham possuído, os chefes de unidades de todas as categorias, quase que invariavelmente, lembravam "uma junta bem igualzinha", conforme expressão de vários deles. Uma junta constituída conforme os padrões ideais é objeto de elogiosos comentários gerais e seus proprietários estão sempre prontos a destacar o fato.

As unidades carreteiras possuem bois, em estrito e lato senso, em proporções equilibradas. Mais que características substantivas, especialmente a que diz respeito ao desenvolvimento, seus bois apresentam características adjetivas. Explicam a ausência de

características substantivas à base de não necessitarem de bois muito bons; preferirem adquirir *tambeiros* e tourinhos de média qualidade por serem mais baratos, e, com freqüência, terem de vender uma junta ou um boi. No caso de adquirirem tourinhos, preferem não castrá-los para evitar os riscos da operação.

As unidades carreteiras da beira de estrada possuem bois lato senso, ou mais precisamente, boizinhos, tourinhos, *tambeiros*, e mesmo *tanqueiros*, todos, no geral, de má qualidade, sendo freqüente a presença de características adjetivas (ver Fig. 13). Explicam a ausência de características substantivas, total no que se refere ao desenvolvimento, à base de suas carretas terem pouca capacidade de carga; preferirem adquirir animais inferiores ou bem novos, no geral ainda, não castrados, mais baratos e estarão, quase permanentemente, refazendo suas juntas. Dão a mesma explicação dos carreteiros para não castrarem seus animais.

Os bois destas unidades por serem, às vezes, muito pequenos, expõem seus proprietários a pilhérias e brincadeiras por parte de conhecidos e mesmo desconhecidos. As mais freqüentes são perguntar se as vacas não ficaram berrando pelas crias e segurar as carretas por eles puxadas para ver quem tem mais força.

Embora apresentando variações, o gado das unidades leiteiras e de poupança e investimento é caracteristicamente gado de cria. Explicam esta situação dizendo que possuem os tipos de bovinos que lhes são mais proveitosos. Enfatizam que os bois são possuídos na exata medida das necessidades. Nas expressões de entrevistados nestas categorias, "só se tem os bois de que se tem precisão"; "pra quem tem pouco (gado) e não vive do boi, o mais certo é não ter boi"; "quando o nego tem de pagar pastagem, mais antes pagar pra vaca que prospera e dá leite".

A presença de touros no gado de unidades dessas categorias é eventual. A expressão de um leiteiro, segundo o qual "a gente só tem touro quando tem um bichinho melhor e não precisa vender ele", explica esta situação. A única dessas unidades que nunca possuiu um tourinho nem bois é a de poupança e investimento cujo chefe se auto-classificou como pobre. Segundo ele, "a precisão da gente não dá para esperar dois anos pra vender um machinho e nem preciso de touro meu". Em princípio seus touros também são domados para tração, pois "sempre é mais um recurso que a gente tem" e "o animal não fica devalde", conforme expressões de dois entrevistados.

A maioria de seus bois não são crioulos, isto é, de criação própria. Explicam que isto ocorre porque necessitam negociar seus boizinhos e que "comprando fora é mais fácil de se fazer uma junta caprichada" (com características substantivas e adjetivas).

4.1.3.2 - Quanto ao número. As unidades minifundiárias procuram manter o número máximo de cabeças que lhes é possível, a fim de terem "mais recursos" para utilizar a expressão de diversos entrevistados. Com essa preocupação lotam seus campos com até mais do dobro da densidade média da Depressão Central, que é de 0,71 bovino por ha (Banco Nacional do Comércio, 1969, p. 104) e também, se possível, buscam outras fontes de pastagens, como se verá.

Reconhecem que o número de cabeças que podem manter está diretamente ligado à disponibilidade de pastagens naturais e de mandioca, à maior ou menor necessidade de comercializarem animais para quaisquer finalidades que não a de substituí-los por outros bovinos e à sorte.

Destes fatores, a disponibilidade de pastagens naturais é

vista como o mais crítico, particularmente por parte das unidades que dependem total ou parcialmente de pastagens não próprias, em especial as que pagam pastagem por cabeça (ver p115/7). Na expressão de um entrevistado nesta situação "quem conta com pastagem alheia está sempre no risco de não ter onde botar os bichos".

A disponibilidade de mandioca é considerada como não apresentando maiores problemas, por não haver, via de regra, frustração de safra e por ser possível adquiri-la na área.

A necessidade de comercializar animais para finalidade que não sua substituição está sempre presente. Conforme um entrevistado "o camarada nunca sabe o que vem pela frente. Pode ser obrigado a vender bastante gado para se safar de alguma enrascada ou para fazer aquilo que é do seu gosto".

Quanto ao fator sorte, admitido em todas as unidades pesquisadas, a expressão de um informante, segundo o qual "sem sorte não se faz nada, mas é muito custoso o camarada que vai pra diante ou vem de volta só pela sorte", expressa o sentimento dominante a respeito do assunto.

As unidades cujo número de cabeças possuído por ocasião da pesquisa é inferior em mais de 30% (limite de variação que consideram normal) ao número máximo já possuído em qualquer época, explicam esta variação, fundamentalmente, pela perda de fontes de pastagens, pela comercialização de gado para outras finalidades que não a de substituí-lo e pela falta de sorte. Exceto as que tiveram seu gado diminuído pela perda de fonte de pastagens, as demais vêm como plenamente viável atingirem outra vez o número máximo já possuído. Ver a composição do gado no Anexo 1.

4.2 - AVALIAÇÃO

A partir de suas características físicas, comportamentais e temperamentais, os bovinos são avaliados positiva ou negativamente.

Para evitar repetições desnecessárias e sem prejuízo da informação, é possível apresentar o tema considerando-se, indiferentemente, as características vistas como positivas ou negativas e a partir das quais os animais são avaliados, ficando subentendido a inversão da avaliação pela inversão das características. Assim sendo, as características físicas serão apresentadas pela sua face positiva e as demais pela negativa.

4.2.1 - Avaliação positiva

As características físicas a partir das quais os bovinos são avaliados positivamente podem ser sumarizadas como:

a) Rendimento potencial de carne acima de 200 Kg para machos e de 150 Kg para fêmeas a partir dos 5 anos.

b) Produção mínima de 5 litros diários de leite no período de maior produtividade.

c) Idade inferior a 12 anos. Animais com idade superior a esta são mantidos excepcionalmente e só quando ainda estão "bons dos dentes".

d) Dentes em bom estado, isto é, sem falhas e não muito gastos. Via de regra, os minifundiários examinam os dentes dos animais que adquirem. (ver Fig. 14) Dentes em bom estado é condição necessária para a boa alimentação do animal e conseqüente manu-

tenção de um bom estado geral.

e) Produção de uma cria anual a partir dos 3-4 anos. É considerada prolífera a fêmea que não tenha *falhado* mais do que uma vez durante sua vida produtiva.

f) Animais de boa saúde, isto é, que apresentam bom estado geral, que não adoecem com frequência e que readquirem peso com facilidade.

g) Vacas que soltam o leite com facilidade, *moleira*, sem exigir maior esforço do ordenhador. Esta característica é especialmente valorizada nas unidades leiteiras. Chegam a desfazer-se de boas produtoras de leite por serem excepcionalmente *dureiras*.

4.2.2 - Avaliação negativa

As características comportamentais a partir das quais os animais são negativamente avaliados podem ser sumarizadas como:

a) Entrar em roças para comer as *plantações*. Este comportamento é visto como altamente negativo e os animais que o apresentam são chamados de *roceiros*. Eles não só podem causar consideráveis danos às *plantações* como se constituem em ameaça potencial à harmonia das relações de vizinhança e põem em risco sua própria integridade, já que podem se intoxicar. Animais *roceiros* são afastados logo que se manifestam como tais, o que é menos frequente, ou passam a usar *cangalha* ou um *pau na aspa* para evitar que continuem a entrar na roça. Caso este procedimento se mostre ineficaz, o que ocorre em torno de 10% dos casos, o animal será afastado.

b) Dar *coice*. Por este comportamento são avaliados negativamente só os bois e vacas leiteiras. Animais excepcionalmente *coiceiros*, em princípio são afastados, e procuram evitar que crian-

ças venham a lidar com eles.

c) *Atirar aspas*. Animais com este comportamento procuram atingir com as *aspas* as pessoas que deles se aproximam, para eles valem as mesmas considerações feitas com relação aos *coíceiros*.

As características temperamentais a partir das quais os animais são negativamente avaliados podem ser sumarizadas como:

d) Lentidão e pouca disposição para o trabalho. Por esta característica sô bois são avaliados negativamente. Animais excessivamente lentos podem ser afastados.

e) Excitação. Para animais com esta característica valem as mesmas considerações feitas com relação aos *coíceiros*.

4.3 - AUTORIDADE SOBRE O GADO

4.3.1 - Por parte do marido e da mulher

O poder decisório sobre o gado de cada unidade doméstica é exercido, de modo quase exclusivo, pelo respectivo chefe, independente de quem seja o proprietário. O chefe decide desde cuidados e práticas como vacina, doma, castração até o afastamento definitivo por permuta ou venda, bem como novas aquisições.

Neste quadro a participação das esposas e companheiras resume-se a sugerir ou opinar sobre a conveniência da venda de gado com vistas à obtenção de recursos para finalidades eventualmente julgadas não compulsórias, como: reforma de casa, aquisição de mobiliário e automóvel. Uma vez que as unidades de tração, como regra, só transacionam gado para o atendimento de despesas compulsórias, "sem escape", na expressão de um entrevistado, a participação de esposas e companheiras, neste assunto, somente ocorre nas unidades das outras categorias. Ainda nestes casos a vontade do chefe é dominante, pois, conforme expressão de mulheres "o homem tem mais força", "esse negócio de boi e vaca é com homem", "a mulher conversa com o marido, mas quem resolve estas coisas é ele, que é o dono da casa". A explicação de um homem segundo o qual "a mulher também é dona, ma o homem resolve mais porque entende mais de negócio" retrata a opinião masculina a respeito.

A generalidade das mulheres referiu que seus maridos, com freqüência, vendem gado contra sua vontade, sendo que 5 disseram haver eles vendido animais delas sob a promessa, não cumprida, de reposição. Só foi registrada um caso de venda não concretizada por

oposição da mulher, apesar de já ter sido acertada anteriormente pelo marido sem o conhecimento dela.

Basicamente o gado das mulheres é gado de cria e tem origem em animais que ganharam quando crianças e/ou do marido.

A venda de animais com vistas ao atendimento de despesas compulsórias como enxoval para filhas, inversão em atividades econômicas como aquisição de equipamento agrícola ou de outros animais, liquidação de débitos, o "de acordo" entre o casal é uma constante, ainda que muitas vezes sem o prévio conhecimento da mulher. Explicam isto pelo caráter compulsório da despesa. Na expressão de um informante "não tendo outro jeito de atender o compromisso não precisa discussão. A gente faz o certo procurando o bem da família".

Quaisquer que sejam os motivos e tipos de transações com gado, os detalhes da operação, com exclusividade, cabem aos chefes. Isto porque são eles que têm conhecimentos sobre o assunto. Conforme uma informante "mulher não entende de preço de gado".

Animais pertencentes a filhos menores são manipulados como se fossem do chefe, pois, conforme expressão de uma entrevistada, "enquanto os filhos estão na dependência do pai e da mãe não têm vontade e a gente faz o que é certo pra eles". A comercialização de animais a eles pertencentes é feita com a intenção, o mais das vezes não concretizada, de sua reposição e, muito comumente para atender a gastos com eles.

4.3.2 - Por parte dos filhos

Os filhos passam a exercer autoridade sobre os animais que lhes pertencem quando "começam a mandar na vida deles" (por volta dos 18 anos) como disse a informante recém referida.

4.4 - NOMINAÇÃO

A maioria dos bovinos possui um nome que lhes é posto pela primeira pessoa da unidade doméstica que se interessa por fazê-lo. Os nomes são atribuídos indistintamente quando os animais são *terneiros* ou mais tarde, por ocasião da doma. A prática de dar nome aos bovinos é explicada como sendo um procedimento para facilitar o trato com eles.

4.4.1 - Origem dos nomes

Com quase exclusividade os nomes se referem direta ou indiretamente a alguma característica física dos animais ou combinação delas e/ou acontecimentos a eles ligados.

As características a que os nomes se referem são basicamente, pelagem, estatura, porte, formato das orelhas e dos chifres, temperamento e certas características raciais. Os nomes que se referem à pelagem dominam amplamente.

As referências às características ou acontecimentos são diretas quando as próprias palavras que as designam se constituem em nomes. Por exemplo: Salina, Colorada, Barrosa (referência à pelagem); Cabana (referência ao formato das orelhas); Corneta (referência ao formato dos chifres); Nanica (referência à estatura); Mansinha (referência ao temperamento); Soberbo (referência ao porte); Salininha, Barrosinha (referência a pelagem e estatura); Mocha (referência a característica racial); Presente, Primeiro (referência a acontecimentos).

As referências são indiretas quando os nomes estabelecem uma relação de analogia com as características ou acontecimentos. Por

exemplo: Jardim e Andorinha (referência à pelagem). O primeiro para animal com cores entremeadas, por analogia com as cores de um jardim. O segundo para animal preto e branco, por analogia com a andorinha, pássaro com essa coloração. Gigante (referência à estatura); Rainha (referência ao porte), para animais que mantêm a cabeça levantada, por analogia com a imagem idealizada de rainha. Milagre e Lembrança (referência a acontecimentos). O primeiro para animal que sobreviveu a situação difícil ou que tenha aparecido depois de dado por perdido. O segundo para animal ligado a algum acontecimento que se queira lembrar, como seu local de origem ou sua mãe. Cabrita (referência ao formato dos chifres), por analogia com o formato dos chifres da cabra.

A explicação para a adoção desses nomes é dada na base do costume e/ou por ser mais fácil. Segundo entrevistados "todo o mundo faz assim", "nome de bicho não é que nem nome de gente, não é preciso quebrar a cabeça pra escolher".

A origem dos nomes é explicada como estando nos próprios animais. Segundo um entrevistado "o nome do bicho sai dele mesmo: A brazina é Brazina, o preto é Carvão".

4.4.2 - Freqüência dos nomes

Quanto à freqüência com que são empregados os nomes podem ser classificados em gerais e particulares.

Os primeiros são nomes de uso consagrado, comuns a toda a área e se referem a características dos animais e acontecimentos a eles ligados. Exemplos deles são os nomes anteriormente citados.

Os segundos são nomes de uso não consagrado, empregados em caráter particular e se referem só a acontecimentos ligados aos

animais. Por exemplo: Freguês, para uma vaca que quando *terneira* "roubava" mandioca no galpão e ao ser percebida fazendo isso provocava reações do tipo "a freguês já veio"; "já está a freguês roubando mandioca"; Banco do Brasil, para uma vaca comprada com financiamento deste estabelecimento. Trezentos e Oitenta, para um *terneiro* comprado por Cr\$ 380,00.

4.4.3 - Troca de nomes

Como regra não há troca de nomes. Animais já adquiridos com nome conservam o nome original. Todavia há uma situação de troca institucionalizada de nome: animais que desenvolvem berrugas têm, com freqüência, seu nome mudado para Figueira, como simpatia. Tendo a figueira folhas caducas é esperado que as berrugas desapareçam quando caírem as folhas da árvore.¹

4.4.4 - Nome e sexo

Embora, como regra, os nomes indiquem o sexo dos animais, há nomes que não o fazem, especialmente os que fazem referência indireta a características e acontecimentos. Lembrança, Presente, Cola Branca, Figueira nomeiam indistintamente animais dos dois sexos. Os nomes particulares também podem não considerar o sexo, como os já referidos Banco do Brasil e Freguês.

4.4.5 - Nomes de bois

Como regra, além dos princípios gerais já expostos, obedecem, enquanto **junta a mais** um: os nomes do componentes de uma junta

¹Afora três figueiras foram encontrados dois casos de mudança de nome. Uma vaca adquirida por compra teve o nome de Madrinha mudado para Mansinha, por entender seu novo proprietário ser "Madrinha um nome de respeito, que não fica bem para nome de vaca". Um boi que, quando *terneiro*, por ser magro e feio, recebeu o nome de Calahnbeque teve esse nome mudado para Beque por haver se tornado um boi grande e bonito. Segundo seu proprietário "não convém desmoralizar um boi de serviço".

guardam alguma coisa de comum entre si. Por exemplo: Lampeão e Vagalume referem-se à luz; Luar e Madrugada referem-se a fenômenos da natureza; Cardeal e Sabiã referem-se a pássaros; Ipê e Angico referem-se a árvores, Presente e Presidente possuem a mesma terminação; Camarada e Companheiro por relação de sinonímia. Isto é explicado pela unidade da junta e/ou por beleza e simetria. Conforme informantes: "nem que seja só no nome a junta tem que se parecer", "a parecência do nome é mais bonito", "fica melhor a junta de nome parecido".

4.4.6 - Ausência de nome

Quando os animais não têm nome são referidos por alguma característica própria ou acontecimentos a eles ligado. Por exemplo: *terneiro* de vaca tal; *tambeiro* osco; vaca que comprei de fulano; *tourinho* pampa; *terneiro* das *aspas* fechadas.

Os touros raramente possuem nome e são referidos por touro, pois, conforme um entrevistado, "o touro é um só, se a gente fala em touro já sabe que animal é". Entretanto, sempre que domado para tração, terá nome.

4.5 - MARCA DE PROPRIEDADE

Os minifundiários costumam marcar seus animais com ferro em brasa, a fim de indicar sua posse.

4.5.1 - Desenho e registro das marcas

Via de regras as marcas têm por motivos iniciais dos nomes dos chefes das respectivas unidades, em forma simples ou como monogramas, desenhos representando formas da realidade concreta, tais como coração, estribo e figuras geométricas ou criadas para esta finalidade, cujo único significado é serem a marca do proprietário.²

Das 27 marcas levantadas, 17 eram registradas. Dessas, 8 pertencem a unidades leiteiras, 7 a unidades de poupança e investimento e 2 a unidades lavradoras. Dessas, 12 foram registra-

² Das 35 unidades pesquisadas não havia marca em 9, sendo 3 unidades carreteiras, uma lavradora e cinco carreteiras da beira de estrada. Nas restantes 26 unidades foram levantadas 27 marcas. A única unidade a possuir 2 marcas, uma de seu chefe e outra de sua mãe viúva que morava com ele, era uma unidade leiteira. Das marcas levantadas 15 têm por motivo iniciais de chefes, sendo 9 sob a forma de monograma; 8 têm por motivos desenhos formais, 3 deles originais, já que os outros são reproduções, com pequenas variações, de marcas já existentes; 1 tem por motivo as iniciais da esposa do chefe; 1 tem por motivo iniciais de um avô do chefe; e 2 têm por motivo as iniciais dos maridos de 2 viúvas.

A preferência por marcas tendo por motivo iniciais e desenhos formais é explicada pela facilidade em criá-las. As marcas inspiradas em desenhos de outras são explicadas por sua beleza e/ou para poupar o trabalho de criá-las totalmente novas. A marca com iniciais da esposa do chefe foi explicada pelo fato de ao ser tentado o registro de marca com as iniciais dele ter sido constatado já haver registro de outra com o mesmo desenho. A marca com as iniciais de um avô de chefe é explicada como medida de economia, já que havia uma marca pronta e em desuso devido à morte de seu proprietário original. As marcas com iniciais dos maridos mortos são explicadas por já serem marcas da unidade, sendo desnecessário mudá-las.

das por exigência do Banco do Brasil para a concessão de financiamento mediante penhora de gado do mutuário.

O registro é feito na Prefeitura Municipal ao preço de Cr\$ 12,30 (abril de 1975), mediante a apresentação da marca ou seu "risco" e na inexistência de registro de marca igual.

4.5.2 - A marcação

Com quase exclusividade os animais são marcados no posterior direito, que, na linguagem da área, é *o quarto do lado de laçar*, na sua parte superior, *pícanha*, ou logo abaixo da altura da virilha, na *perna*. Como regra, numa mesma unidade, a marca é assentada aproximadamente no mesmo ponto. A preferência pelo "quarto" é dada na base da facilidade com que a marca é assentada; pela *pícanha* ou pela *perna*, é explicada pela maior visibilidade da marca ou por ficar mais bonita.

A preferência pelo lado direito é total por parte dos minifundiários. Não só todas as unidades pesquisadas que marcam seus animais o fazem deste lado, como todos os informantes consultados a respeito disseram desconhecer algum minifundiário da área que não marcasse neste lado. A explicação para isso, conforme expressão de um entrevistado é "que as coisas feitas pelo lado direito vão melhor, tudo tem o lado certo de se fazer". Essa expressão sintetiza o ponto de vista geral a respeito do assunto. Na expressão de outro, "a gente que tem pouquinho tem de cuidar bem, não é que nem fazendeiro que marca de qualquer lado".

A marcação em outras partes do corpo que não o posterior direito tem caráter de excepcionalidade e serve, também, como indicador de propriedade. Isto ocorre, por vezes, quando pessoas que não têm marca se utilizam, mediante empréstimo, da de outra unidade. Tal também ocorre dentro de uma mesma unidade, por ra-

ções particulares, com animais pertencentes a algum de seus membros que não o chefe. Nestes casos, ambos esporádicos, os animais são marcados no anterior ou na cara, mas ainda no lado direito. Exceto na unidade onde havia duas marcas, todos os animais de uma mesma unidade, independente de quem seja o proprietário, são marcados com a marca do chefe.

Idealmente e como regra os animais são marcados entre os 12 e 18 meses, principalmente no início da primavera e fim do outono, a fim de prevenir o surgimento de bicheiras. Animais adquiridos de outros são marcados, em princípio, dentro de uma semana após sua aquisição, independente de época. Todavia, no caso de gado para invernar ou adquirido de vizinhos e já marcado com sua marca, é comum não haver remarcação ou esta é protelada para época adequada. A explicação para isso é que "não convém judiar do animal por nada", conforme um informante.

Na mesma oportunidade é realizada a castração dos machos "para o animal se desenvolver melhor e não refinar o gado", para usar a expressão de um entrevistado.

Ambas as tarefas são exclusivamente masculinas e exigem a participação de no mínimo duas pessoas, pois, na área, essa prática implica na derrubada e imobilização dos animais mediante o emprego de cordas.

A colaboração de parentes, amigos e vizinhos é regular, nestas oportunidades. Nestas, como em quaisquer outras diretamente ligadas ao gado, essa colaboração é feita à base do princípio da "reciprocidade generalizada".

Em princípio estas práticas se realizam aos domingos ou sábados à tarde, "quando não se tem nada para fazer", conforme um

entrevistado.

Caracteristicamente as práticas com gado que envolvem a colaboração de membros de mais de uma unidade doméstica são encaradas como situações de lazer. Conforme expressões de entrevistados: "a gente vem pra colaborar e pela farra"; "pra dar tombo em gado estou na boca, sempre pronto"; "pra agarrar terneiro a unha pode deixar que é comigo".

Não obstante ser reconhecido que a marcação do gado é eventualmente exigida pelo poder público e outras instituições, todas as unidades que a realizam reconhecem que marcam seus animais pela necessidade de um indicador objetivo de posse, para o caso de roubo ou extravio. Conforme um informante, "a gente marca pra ter no que se agarrar, pra provar que o animal é seu, no caso do animal ser roubado ou se extraviar".

Como regra, só as unidades carreteiras da beira de estrada não marcam seus animais, sob a alegação de não ser necessário. Conforme dois entrevistados desta subcategoria, "os bichinhos da gente tão sempre por perto" e "se for preciso provar o dono não tem problema, se recorre àquele que vendeu o animal".

As unidades que não possuem marcas se utilizam, mediante empréstimo, de marcas de amigos, parentes e vizinhos. Alegam não possuírem marcas por terem poucos animais. Conforme um entrevistado "é lá uma vez que outra que a gente marca um bichinho".

Afora o gado só marcam os cavalos, com a mesma marca utilizada para bovinos.

4.6 - ACESSO A PASTAGENS NATURAIS

Como já indicado anteriormente o acesso a pastagens naturais é o fator mais crítico para a manutenção e posse de gado pelos minifundiários pois não praticam nem concebem a possibilidade de sua manutenção exclusiva ou mesmo predominante através de pastagens cultivadas e/ou de ração de qualquer espécie. A essa hipótese responderam à base do "assim o gado não é negócio" e "desse jeito o gado é que ia viver da gente em vez da gente viver dele", conforme expressões de dois deles.

O acesso a pastagens naturais por parte das unidades minifundiárias se dá mediante o controle efetivo da terra e/ou a obtenção do direito ou apropriação de pastagens propriamente ditas. Aqui entende-se que mantém o controle efetivo da terra aquele que pode decidir, no mínimo, sobre qual e que quantidade da terra que ocupa será utilizada para a agricultura e/ou pecuária.

O controle da terra é obtido mediante sua posse, arrendamento e empréstimo e o acesso a pastagens propriamente ditas se dá através do "pagamento de pastagem por cabeça", sua permuta por trabalho e apropriação de pastagens públicas. Ver o acesso a pastagens no Anexo 1.

A respeito do controle efetivo da terra e tendo em vista os objetivos deste trabalho, cabem as considerações a seguir:

4.6.1 - Mediante a posse da terra

A posse de terra por parte de unidades que não a possuem e de mais "um pedaço", como dizem, por parte das já possuidoras, é meta comum à maioria. A herança e/ou a compra são os meios para

a sua consecução.

Com a preocupação de atingir esta meta, dificilmente abrem mão da possibilidade de herdá-la recebendo outros bens, e mostram-se dispostos a vender gado para comprá-la. Esse se constitui na principal, quando não única, fonte de recursos para tal fim. Com efeito, não só todas as unidades que compraram terra o fizeram com recursos provenientes, na maior parte ou mesmo na totalidade, da venda de gado, como estas e as demais unidades pesquisadas indicaram ser este o recurso principal ou único com que contam para novas aquisições ou para fazê-lo pela primeira vez. A resposta à questão dos recursos para a compra de terra invariavelmente envolvia algo na base de "dando no jeito vendo tudo que é bicho (gado), até os bois" ou "vendo tudo, menos os bois e uma vaca".

Na área, exceto em casos de partilha, a venda de partes de propriedades fundiárias tem caráter de excepcionalidade³. Conforme expressões de entrevistados isto ocorre porque "terra a gente só vende no desespero", "gado a gente vende e faz outro, terra depois de se vender um pedaço não tem mais volta", "a gente já tem pouco, se vende um pedaço só complica".

Isso certamente torna mais elevado o preço da terra, uma vez que inclui instalações e benfeitorias. Durante o período da realização dos trabalhos de campo os chefes de unidades que ocupa-

³A "amostra 72" registrou dois casos de venda parcial de propriedades fundiárias sem se tratar de casos de partilhas. Só um dos vendedores era minifundiário.

vam terras próprias avaliaram suas propriedades a preços que se situavam entre Cr\$ 2.500,00 e Cr\$ 6.000,00 o ha⁴.

4.6.2 - Mediante o arrendamento de terra

Esta via de acesso a pastagens naturais é pouco expressiva e isso porque, na área, além do arrendamento de terra ser prática pouco comum, as terras arrendadas são, fundamentalmente, ocupadas pela agricultura⁵. Isso é explicado pelo fato de que, conforme expressões de entrevistados, "todo o mundo tem pouca terra" e "num pedacinho de terra a planta dá mais que o gado".

Dos casos de arrendamento de terra, na maior parte arrendam-se não propriedades inteiras, mas pequenas frações delas⁶.

⁴Nesse período o pesquisador tomou conhecimento de duas vendas de terra, ambas por motivo de partilha, ao preço de Cr\$ 3.000,00 e Cr\$ 5.000,00 o ha. No primeiro caso tratava-se de 3 ha sem qualquer benfeitoria e no segundo de uma chacrinha de 5 ha, ambas adquiridas por unidades minifundiárias não incluídas entre as selecionadas para serem investigadas. A comercialização de gado forneceu 85% e 80% dos recursos, respectivamente, para a primeira e segunda transações. Os compradores foram: no primeiro caso um vizinho interessado em aumentar sua propriedade; no segundo o arrendatário de uma chacrinha, interessado em se tornar proprietário.

⁵Dos 1.987 ha ocupados pelas unidades residenciais levantadas na "amostra 72", 55 ha eram tomados por arrendamento e dos 1.758 ha por elas possuídos, 41 ha eram cedidos por este meio.

⁶No único caso de arrendamento total de uma propriedade levantada na presente pesquisa, o arrendador é um advogado absentista residente na cidade. Trata-se de uma chacrinha de 7 ha arrendada por Cr\$ 700,00 anuais (1974).

4.6.3 - Mediante o empréstimo de terra

Como no caso anterior esta via de acesso a pastagens naturais é pouco expressiva e pelas mesmas razões⁷.

Tanto na "amostra 72" como na presente pesquisa todos os empréstimos são feitos a filhos (as) casados (as). Esses empréstimos são por tempo indeterminado e se constituem em procedimento para "ajudar o filho (a) que casa a começar a vida", conforme expressão de um entrevistado. Por vezes esses empréstimos acabam por se constituir em antecipação de herança, embora não sejam feitos com tal intenção.

4.6.4 - Mediante o pagamento de pastagem por cabeça

Esta via de acesso às pastagens naturais é prática institucionalizada na área e consiste na colocação de animais em campos alheios mediante um pagamento mensal e por cabeça. Durante o período da realização dos trabalhos de campo, este preço se situou em torno de Cr\$ 5,00 para animais com mais de um ano. Para animais com menos de um ano o preço é a metade. Se utilizam desta via de acesso a pastagens tanto unidades que detêm o controle de pastagens como aquelas que não o fazem. Depois da posse da terra, esta se constitui na principal via de acesso a pastagens na área⁸.

⁷Das unidades residenciais pesquisadas na "amostra 72" ocupavam um total de 17 ha por empréstimo, sendo que uma ocupava 8 ha. 4 emprestavam 54 ha, sendo que uma emprestava 50 ha. Trata-se da maior propriedade levantada naquela pesquisa.

⁸A "amostra 72" registrou que 24% das 75 unidades residenciais que possuíam gado recorriam a esta prática. Das 35 unidades levantadas na presente pesquisa, 7 pagavam pastagem por cabeça no momento da pesquisa e 8 já o fizeram no passado.

Neste sistema o cedente não só se exime de qualquer responsabilidade em relação aos animais que recebe em seu campo como não se compromete a recebê-los por tempo determinado, podendo, conforme seus interesses, determinar a retirada desses animais de seu campo a qualquer momento⁹. Este descompromisso e conseqüente instabilidade das pastagens obtidas por este meio se explica pelo fato de que, como regra, quem "recebe gado por cabeça", como se diz na área, o faz em função de fatores circunstanciais que determinam eventuais folgas de campo, as quais, por princípio, não devem persistir. O recebimento de gado por cabeça visa a dois objetivos: "não deixar campo devalde (sem utilização), pois é sempre um dinheiro que entra", conforme um entrevistado, e permitir que, tão logo seja possível, o cedente possa dispor de seu campo para lotá-lo com animais de sua propriedade.

A fim de assegurar uma certa estabilidade das pastagens assim obtidas os tomadores procuram, como estratégia básica, prestar algum tipo de serviço, remunerado ou não, aos cedentes. Assim um deles assegurou por 8 anos excelentes pastagens de várzea, empreitando durante todo este período, corte de arroz na lavoura do cedente. Outro há 5 anos assegura pastagens reparando, sem remuneração, a chácara de um cedente que se mudou para um município vizinho. Um terceiro há 2 anos mantém gado no campo de um proprietário a quem ajuda, também sem remuneração, a cuidar do gado. Se a prestação de serviço é a estratégia básica para assegurar a estabilidade desta fonte de pastagem, não é única. Por ocasião da pesquisa era comentado na área o caso de uma pessoa que obteve

⁹ Em decorrência da instabilidade desta fonte de pastagens, 9 das já referidas 15 unidades que delas se utilizaram ou se utilizavam por ocasião da pesquisa, tiveram que se desfazer de gado por haverem os cedentes determinado a retirada dos animais.

esta desejada estabilidade hospedando em sua casa a amante de quem lhe cedia pastagem.

Como regra essas relações paralelas não interferem na fixação do preço da pastagem, que é estabelecido pelo cedente. Foi levantado apenas um caso em que o preço cobrado de um tomador de pastagem que prestava serviços ao cedente era inferior ao cobrado de outros que não lhe prestavam serviço.

Os cedentes de pastagem são tanto minifundiários como não minifundiários.

4.6.5 - Mediante a permuta de pastagem por trabalho

Esta via de acesso a pastagens é pouco expressiva¹⁰ e consiste na prestação de trabalho com retribuição parcial ou total em pastagem.

As 3 unidades que por ocasião da pesquisa se utilizavam desta via de acesso a pastagem, prestavam um dos seguintes serviços:

a) Cuidar da chacrinha de um bancário residente na cidade. Neste caso o cuidado consistia em não deixar mexer no arvoredo e na casa existente na propriedade. Em retribuição recebia pastagem para 3 animais.

b) Cuidar de um "pedaço de campo" de um proprietário maior residente uns 2 Km fora da área. Neste caso o cuidado consistia em mantê-lo informado do que se passava no campo, especialmente sobre animais com bicheira. Em retribuição recebia pastagem para

¹⁰A "amostra 72" registrou que 4% das unidades residenciais que possuíam gado se utilizavam desta via de acesso a pastagem. Das unidades investigadas na presente pesquisa, 4 e 3 unidades, respectivamente, já haviam se utilizado e se utilizavam de pastagens obtidas por este meio.

3 animais e permissão para retirar lenha dessa propriedade para seu consumo doméstico. Neste, como no caso anterior, o responsável por estes trabalhos residia próximo à propriedade que cuidava.

c) Cuidar da chácara e gado de um advogado residente em Porto Alegre. Nesse caso o chefe da unidade responsável por esse serviço agia como administrador do estabelecimento e cuidava diretamente do gado aí existente. Em retribuição recebia pastagem para 15 animais, permissão para retirar da chácara lenha para seu consumo doméstico e Cr\$ 50,00 por cabeça de gado comercializada.

Contra a continuidade desta prática começam a surgir as primeiras reservas representadas por potenciais possibilidades de apelos à legislação trabalhista por parte daqueles que prestam esses serviços, com o objetivo de comprovar a existência de vínculos empregatícios nesta relação de trabalho. Ao que tudo indica essa reserva foi desencadeada pela apresentação de uma reclamatória com esse objetivo, em 1972. Embora não tenha sido acolhida, a simples apresentação da reclamatória serviu para despertar reservas em potenciais cedentes de pastagens sob essa forma. Tanto quanto foi possível apurar, a opinião pública da vizinhança se inclinou contra o reclamante, considerando seu procedimento como descabido e que viria a "prejudicar muita gente, que tem pouca pastagem", conforme expressão de uma mulher.

Paralelamente a estas relações de permuta de trabalho por pastagem ocorrem ou se esboçam outras. Assim os 3 chefes de unidades que se utilizavam dessa fonte de pastagem informaram que em casos de dificuldades, especialmente as ligadas à saúde, contavam em receber auxílio de seus associados.

Nestes 3 casos as relações paralelas mais amplas são as mantidas

pelo advogado residente em Porto Alegre e seu associado. Aquele já teve como doméstica nessa cidade uma filha de seu parceiro, da qual foi padrinho de casamento e também comprometeu-se a dar uma morada em sua chácara para outro filho deste que estava com casamento marcado para o final de 1975.

4.6.6 - Mediante a apropriação de pastagens públicas

Esta via de acesso a pastagens naturais consiste na apropriação de pastagens públicas existentes ao longo das margens de rodovias. Na área só é utilizada pelas unidades carreteiras de beira de estrada, as quais têm nelas sua única fonte de pastagem.

A utilização dessas pastagens é feita mediante a soltura dos animais nas estradas ou *invernadas do governo*, como eventualmente se referem a elas. Os animais *se aquerenciam* (se acostumam) ao local não se afastando, como regra, mais de 1 Km da casa das unidades a que pertencem. O *aquerenciamento* é facilitado pelo fornecimento de rações de mandioca, e animais bem acostumados além de não se afastarem, ao entardecer se aproximam das residências de seus proprietários e aí permanecem até o amanhecer.

4.7 - SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

Suplementar a alimentação do gado é prática institucionalizada entre os minifundiários da área e aí é chamada de *trato*. Assim diz-se que os animais são tratados ou estão no trato. E princípio qualquer bovino pode ser tratado e isto é feito visando ao aumento da produção de leite, ao engorde de animais a serem comercializados para abate, à manutenção de bois em trabalho, à recuperação de animais debilitados por moléstias ou subalimentação e a prevenir esta ocorrência. Exceto, eventualmente, para a última finalidade, o trato é exclusiva ou basicamente constituído de mandioca. De modo sistemático só as unidades leiteiras utilizam outras rações.¹¹

4.7.1 - A mandioca

Unanimemente reconhecida como a ração ideal, ao que tudo indica, só não é cultivada pelas unidades carreteiras de beira de estrada, as quais explicam, basicamente, esta situação, pelo fato de não terem acesso à terra para cultivá-la. Em vista disso e por ser a suplementação alimentar de inverno praticamente compulsória, estas unidades compram o produto e também são acusadas de roubá-lo. Com relação a este segundo procedimento há uma genera-

¹¹A utilização de pastagens artificiais é prática pouco difundida e assistemática. Das unidades pesquisadas apenas 12 (5 de poupança e investimento, 6 leiteiras e 1 carreteira) faziam uso delas, sendo que de modo sistemático, só 4 unidades leiteiras. Como regra o uso de pastagens artificiais visa o aumento da produção de leite e a prevenir que animais venham a se debilitar por escassez de pastagens naturais no inverno. São cultivadas pastagens de inverno e as espécies plantadas são azevém e aveia.

lizada suspeição entre cultivadores de mandioca, inclusive com referência a supostos casos concretos que teriam ocorrido. Se isso ocorre, como parece ser o caso, se dá de forma esporádica, envolvendo quantidades modestas e é visto com certa benevolência pelos eventuais prejudicados sob alegação de que seus autores "são uns coitados", conforme expressão de 2 deles. A compra de mandioca por parte das demais unidades é feita, como regra, para complementar a produção própria.

Durante o período de realização dos trabalhos de campo o preço da caixa de mandioca (25kg) na área se situou entre Cr\$ 2,50 e Cr\$ 4,00, fora o frete.

Aos preços vigorantes em outubro de 1974 o cultivo de uma *quadra* (17.424 m²) de mandioca, se cultivada integralmente com mão de obra assalariada e consideradas só as despesas de cultivo propriamente ditas custava em torno de Cr\$ 300,00. Na área considera-se boa a produção a partir de 500 caixas por *quadra*, o que é raro não ocorrer. Uma produção de até 1.000 caixas por *quadra*, está dentro das expectativas dos plantadores, a maioria dos quais não planta mais por falta de mercado para sua colocação. Devido a sua produtividade, de 2 a 3 vezes superior à da mandioca mansa, cultivam sobretudo mandioca braba. É utilizada in natura e exclusivamente na alimentação animal.

A mandioca para tratar o gado é colhida em quantidade suficiente para durar cerca de uma semana e é depositada em galpão ou na rua sob árvores, caso em que, muito comumente, é coberta com terra a fim de favorecer sua conservação. Nos períodos de maior consumo as rações diárias de mandioca por animal adulto se situam em torno de 15 e 8 kg respectivamente, para a manutenção de bois em trabalho e para as outras finalidades há pouco refe-

ridas.

4.7.2 - Para aumento da produção de leite

A suplementação alimentar visando primeira ou precipuamente a esta finalidade é praticada de modo sistemático só nas unidades leiteiras. Nessas unidades, como regra, as vacas em ordenha são tratadas durante todo o ano, sendo que o *trato* varia em quantidade e espécie, fundamentalmente, em função da disponibilidade de pastagens naturais e de mercado para o leite e, também, em função de seu custo e da produtividade dos animais. Assim, uma vez que, como regra, as pastagens naturais escasseiam no período entre fins de outono e início da primavera, ou de maio a outubro e que o mercado para o leite é menor no período de janeiro/fevereiro, esses são, respectivamente, os períodos de *trato* mais abundante e restrito.

No período de maio a outubro as vacas em ordenha nas unidades leiteiras são tratadas, como regra, com mandioca e farelo de arroz e, eventualmente com pastagens cultivadas e rações balanceadas, sendo estas distribuídas só às vacas mais produtivas. Quando o preço do farelo "se pára uma loucura", conforme expressão de muitos, seu fornecimento é suspenso ou diminuído "para a vaca não comer o lucro da gente", conforme disse um leiteiro. As vacas são tratadas 2 vezes por dia: pela manhã durante o processo de ordenha, e no fim da tarde. No segundo período, de novembro a abril, são tratadas quase exclusivamente com mandioca e uma vez por dia, sendo que nos meses de janeiro e fevereiro, dependendo do mercado para o leite o *trato* pode ser suspenso. Todavia se houver escassez de pastagens naturais por motivo de seca, o *trato* é intensificado, recebendo as vacas além de mandioca, papuã (*Brachiaria plantaginea*) e milhã (*Panicum sanguinalis*), gramíneas que se desenvolvem espontânea e abundantemente nas roças e mui-

to apreciadas pelo gado, farelo de arroz e folhas de milho verde, reconhecidas como excelente alimento. Não obstante isso e sua relativa abundância há, na área, uma certa relutância em fornecê-las ao gado, "pra não deixar os bichos roceiros", conforme expressão de um entrevistado.

Exceto no caso de vacas em ordenha, nas unidades leiteiras que via de regra comem em *cochos*, as rações são colocadas diretamente no chão.

Embora cabendo predominantemente a adultos masculinos, as tarefas de tratar o gado competem a todos os integrantes das unidades fisicamente aptos, sendo que crianças a partir dos 10-12 anos participam ativamente destas tarefas. Um adulto, em qualquer caso, não gastará mais de 2 horas para tratar de todos os animais que recebem suplementação alimentar em uma unidade.

4.7.3 - Para engorde de animais a serem comercializados para abate

Mais do que precipuamente tratar seus animais visando a este objetivo, as unidades leiteiras, de poupança e investimento e lavradoras, já que as demais não comercializam gado para abate ou só o fazem em situação de emergência complementam seu engorde a partir de situações favoráveis. Com efeito, animais com comercialização prevista para entre outubro/abril, e setembro/outubro podem, respectivamente, receber algum *trato* ou ter intensificada a suplementação alimentar de inverno. No primeiro caso visam a tirar proveito da abundância de pastagens no período e no segundo do quase compulsório *trato de inverno*. Em ambos os casos a ração é constituída exclusivamente de mandioca.

4.7.4 - Para manutenção de bois em trabalho

Como regra bois submetidos a intenso regime de trabalho, is-

to é, acima de 6 horas diárias e por mais de uma semana, são tratados sempre que não dispõem de abundantes pastagens, o que depende tanto da época como dos locais de trabalho. Uma vez que a maioria dos trabalhos mais intensivos com eles realizados se concentram de junho a setembro, isto é, no período de pastagens naturais mais escassas, e que mesmo no período de pastagens abundantes são levados a realizar trabalhos intensivos e em locais onde elas escasseiam, pode-se dizer que são poucas as oportunidades em que eles são intensivamente exigidos sem serem tratados.

Os bois são tratados com mandioca e, também, eventualmente com folhas de milho verde, sendo que essas, como regra, são fornecidas a bois de unidades carreteiras e carreteiras de beira de estrada quando em viagem para fora da sede municipal. Bois em regime intensivo de serviço são tratados 3 vezes ao dia: no início da manhã, ao meio dia e no fim da tarde.

Por conveniência de exposição este tema será retomado quando se tratar da utilização da força de tração bovina.

4.7.5 - Para recuperação de animais debilitados

Animais muito debilitados podem ser tratados em qualquer época do ano e seu número dificilmente ultrapassa a 3 por ano em cada unidade. O volume da ração e o tempo pelo qual os animais são tratados depende do estado e da resposta de cada animal à suplementação alimentar que lhe é fornecida. A ração para esses animais consiste basicamente em mandioca, sendo que dependendo da época, do tipo e estado dos animais eles podem, também, ser tratados com papuã, milhã, folhas de milho verde e mesmo rações balanceadas, pois se for "um bicho bom a gente procura recuperar ele, mesmo se gastando alguma coisa", conforme um entrevistado.

4.7.6 - Para prevenir a debilitação por escassez de pastagens

Fornecer *trato de inverno* ao gado, como é chamada na área a suplementação alimentar visando a essa finalidade se constitui, por assim dizer, em prática compulsória para todas as unidades minifundiárias.

Este *trato* apresenta-se como compulsório por dupla razão: a acentuada diminuição das pastagens naturais em decorrência de condições climáticas e a relativa superlotação dos campos, como já visto. O problema da superlotação, como regra, se apresenta mais agudo nas unidades que se utilizam do sistema de pagamento de pastagem por cabeça. A natureza, por assim dizer, compulsória do *trato de inverno* pode ser perfeitamente caracterizada pela expressão de um entrevistado, segundo o qual "se a gente não trata (no inverno) perde quase a metade dos bichos". O *trato de inverno* é fornecido, de maio a setembro. Segundo 3 entrevistados "o dado é tratar de 15 de maio a 15 de setembro".

Embora varie, obviamente, o número de bovinos que em cada unidade recebe o *trato de inverno*, seu percentual sobre o número total de cabeças existentes em cada uma delas, dificilmente será inferior a 30%. Isso só ocorre em anos de inverno excepcionalmente benigno e precedido de chuvas favoráveis. Como termo médio pode-se situar esse percentual em torno de 50%. Nas unidades que se utilizam do sistema de pagamento por cabeça para manter a maior parte de seu gado este percentual pode chegar a 100%.

O *trato de inverno* é constituído de mandioca e/ou, eventualmente, de pastagens cultivadas de azevém e aveia. Como regra os animais recebem 2 rações diárias de mandioca e, se também tratados com pastagens, são postos a pastar nelas umas duas horas por

dia. Eventualmente animais em bom estado podem ser tratados só com pastagens cultivadas.

4.8 - INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS LIGADOS AO GADO

As instalações e equipamentos básicos para o criatório e utilização do gado por parte das unidades minifundiárias podem ser apresentados na maneira a seguir:

4.8.1 - Instalações.

4.8.1.1 - Cercas. Visam a impedir o acesso de bovinos e também outros animais às lavouras e mantê-los dentro dos limites das áreas a eles reservados.

As cercas contêm 3 ou 4 fios de arame e, excepcionalmente 5 fios, lisos e farpados, distribuídos eqüidistantemente no espaço de sua altura, em torno de 1,40 m, e fixados por meio de grampos a moirões de madeira. Estes são fixados distantes uns dos outros de 3 a 6 m, sendo esta distância inversamente proporcional ao número de fios de arame da cerca. É feita nítida distinção entre cercas de *cercado*, isto é, roças, e de *potreiros*, isto é, áreas de pastagens. As primeiras são consideradas como temporárias já que a cada 2 anos se processa, como regra, o rodízio das terras sob cultivo, o que quase necessariamente implica em mudar cercas. Caracteristicamente essas cercas são construídas com moirões de *madeira branca*, isto é, sem cerne, e com duração aproximada de dois anos, com 3 fios de arame e sem maiores preocupações técnicas. Em geral seus arames são velhos, emendados, pouco resistentes e seus moirões tortuosos, de bitolas variadas e fixados sem maior simetria. Na expressão de um entrevistado "se a cerca ataca os bichos de entrar na roça ela é boa".

As cercas dos *potreiros* são consideradas permanentes, cons-

truídas com mais apuro técnico e estético, comumente com 4 fios de arame e moirões de cerne, com duração superior a 5 anos. Com esporádica e superficial manutenção sua durabilidade pode chegar aos 10-12 anos. Todavia, como os cuidados de manutenção não passam de "tapeações", conforme disse um entrevistado, elas são, em geral "feias" e ruins, sendo freqüente a presença de moirões apodrecidos, arames arrebatados, frouxos e mesmo com falta de pedaços. Conforme um entrevistado "cerca de potreiro a gente faz e se esquece". Quando quase completamente deterioradas são demolidas e reconstruídas com cuidado e a preocupação de aproveitar ao máximo o material da cerca anterior.

Se construída exclusivamente com material novo e mão de obra assalariada o custo de uma quadra de cerca, 132 m, se situava em outubro de 1974 em torno de Cr\$ 500,00 e 350,00, respectivamente para cercas de potreiros e de cercados.

A construção de cercas e das demais instalações a serem a seguir consideradas, mais do que tarefa de especialistas faz parte das habilidades gerais dos homens. Exceto pelas unidades carreteiras de beira de estrada, todas as unidades pesquisadas possuem cercas. Na área, como de resto é padrão no Estado, as pastagens privadas e lavouras são cercadas.

4.8.1.2 - Mangueiras (currais). São construídas de arame e/ou, particularmente, de madeira, e ocupam áreas entre 50 e 150 m². Os custos de construção, (outubro 1974), se construídas inteiramente com material comprado (o que é pouco comum no caso da madeira) e mão de obra assalariada se situavam entre Cr\$ 200,00 e 600,00. Se construídas com madeira de cerne sua durabilidade é superior a 5 anos. Sua conservação é equivalente à das cercas (ver Fig 15).

Ver no Anexo 1 a presença desta instalação e das que se se-

guem.

4.8.1.3 - Brete. É um curral estreito com cerca de 5 metros de comprimento, um verdadeiro corredor que se projeta da mangueira e dá passagem a um animal por vez (ver Fig. 15). É construído em madeira. Os minifundiários dele se utilizam **fundamentalmente** para a imobilização de animais a serem vacinados. Na maioria dos casos passou a ser possuído pelas unidades minifundiárias a partir de 1968, com a obrigatoriedade da vacinação contra a febre aftosa. Seu custo (outubro 1974) se situava em torno de Cr\$ 100,00. Sua durabilidade e conservação equivalem às da *mangueira*.

4.8.1.4 - Galpões. São de 2 tipos: o galpão propriamente dito e *galpão de leite* ou *estábulo* (ver Fig. 15). O primeiro se destina à guarda de materiais diversos, especialmente aqueles ligados ao gado, como carretas, charretes, arados, e o segundo à ordenha das vacas e recolhimento de suas crias. Nas unidades em que há *mangueira* um deles é sempre a ela ligado (ver Fig. 16); havendo *estábulo* a ligação será com ele. Tal ligação visa a facilitar o acesso das vacas ao *estábulo* e/ou o recolhimento dos *terneiros* aos *chiqueiros*, setor do *estábulo* ou galpão onde permanecem desde o fim da tarde até a hora da ordenha na manhã seguinte, para evitar que venham a mamar. Nas unidades não leiteiras, como regra, as vacas são ordenhadas na *mangueira* e, por vezes, em dias de chuva, no galpão.

A área dos galpões se situa entre 15 e 40 m². Ambos são construídos em madeira e com cobertura de zinco e/ou telhas. O piso é de chão batido ou, como regra no caso dos *estábulos*, assoalhado com tijolos. Aos preços de outubro de 1974 o custo máximo do m² de área construída se situava em torno de Cr\$ 25,00 e 35,00, respectivamente, para galpão propriamente dito e *estábulo*. Se bem

construídos, como em regra o são, têm durabilidade superior a 20 anos, com mínimos reparos.

4.8.2 - Equipamento

4.8.2.1 - Carrocinha do leite ou charrete. É empregada no transporte de leite para a cidade. É um carro com tolda, montado sobre 2 rodas pneumáticas e tracionado por um cavalo (ver Fig.17). Sua capacidade de carga se situa ao redor dos 250 Kg e seu custo (outubro 1974) era de Cr\$ 2.500,00.

Ver no Anexo 1 a presença deste e dos demais equipamentos a serem a seguir considerados, exceto o vasilhame para o leite.

4.8.2.2 - Vasilhame para o leite. Vasilhame especial para o leite, tarros e baldes, são possuídos só pelas unidades leiteiras. Sua quantidade varia conforme o volume do produto que comercializam. Em janeiro de 1975 o valor deste equipamento para o que poderia ser classificado como um estabelecimento de tamanho médio se situava ao redor dos Cr\$ 300,00. Todas as unidades leiteiras possuem este equipamento. Nas não leiteiras usam para o leite vasilhame utilizado, também, para outras finalidades.

4.8.2.3 - Cavalos. Porque nas unidades minifundiárias os cavalos são basicamente mantidos em função do gado, resolveu-se considerá-los como "equipamento".

Como nas unidades de criação os cuidados com o gado e sua utilização dispensam o uso de cavalos, sua presença se limita, quase que exclusivamente, às unidades leiteiras e de poupança e investimento. Nas primeiras é utilizado principalmente para tracionar a carrocinha do leite e, nas últimas para tanger e cuidar o gado.

Exceto pela eventual presença de algum potrilho e de ani-

mais muito velhos que perderam a condição de trabalho, via de regra os minifundiários mantêm cavalos na estrita medida de sua utilidade imediata. Explicam isto pelo fato de "cavalo comer por 2 reses", como disseram muitos deles; porque o gado é mais rendoso; por não haver maiores dificuldades em adquirir cavalos quando isso se torna necessário.

A partir de 1965, quando um comprador de cavalos para abate (em estabelecimento localizado no sul do Estado), estabeleceu na área o que aí chamam de "depósito de cavalo velho", a manutenção pelos minifundiários de cavalos que perderam a condição de trabalho está se tornando cada vez mais rara. Desde essa época sua expectativa final em relação a seus eqüinos, que era a de que vissem a morrer por velhice, está sendo cada vez mais, a de comercializá-los para aquele fim. A expressão de um entrevistado, segundo o qual "assim o animal não fica penando no campo e a gente não perde", serve para explicar a visão que têm da situação.

Como na área e sua periferia há poucos reprodutores eqüinos e os minifundiários se preocupam em manter cavalos só na estrita medida de sua utilidade imediata, a maioria de seus eqüinos são adquiridos por compra e, com menor freqüência, permutados por gado. A maior parte de suas aquisições provém de fazendas situadas fora da área. No caso de animais para tração é freqüente adquiri-los de carroceiros da cidade. Preferentemente adquirem animais jovens, porém já domados. No primeiro semestre de 1975 o preço de um eqüino adulto se situava entre Cr\$ 1.000,00 e Cr\$ 1.400,00.

Porque dificilmente possuem mais de 3 cavalos e, via de regra, não ficam com cada um deles menos de 10 anos, as aquisições desses animais são esporádicas.

A presença de muares entre os minifundiários, como de resto

em toda a área, tem caráter de excepcionalidade. Alegam que o cavalo é mais vantajoso, que serve tanto para tração como para montaria, enquanto o mular, aí, só seria utilizado para tracionar carroças. Sua utilização para montaria se constituiria em motivo de hilaridade geral. Das unidades investigadas nenhuma possuía mular. No passado uma já havia possuído um desses animais.

4.8.2.4 - Arado. É o mais difundido dos equipamentos agrícolas tracionados por bovinos. Toda a terra preparada para cultivo agrícola é lavrada. Seu custo (outubro de 1974) era de cerca de Cr\$ 500,00.

4.8.2.5 - Grade. Depois do arado é o mais difundido destes equipamentos. Consiste de um triângulo equilátero de madeira, aproximadamente 1,30 m de lado, no qual são fixados cerca de 30 grampos de ferro com uns 18 cm de comprimento. Se destina a emparelhar a terra depois de lavrada e cobrir as sementes semeadas. O preparo da madeira, sua montagem e fixação dos grampos são feitas no âmbito doméstico.

4.8.2.6 - Disco. É o menos difundido dos equipamentos agrícolas tracionados por bovinos. Isto é devido a seu custo, que consideram elevado, e também porque "trabalhando com capricho a grade quebra o galho", conforme um entrevistado. Preferentemente adquirem discos já usados, em especial de plantadores de arroz, que à medida que mecanizam suas lavouras, se desfazem de discos para tração animal. É considerado indispensável para o adequado preparo de terra bem gramada. Seu preço (outubro de 1974), se situava em torno de Cr\$ 800,00 e Cr\$ 1.500,00, respectivamente, para discos usados e novos.

4.8.2.7 - Cultivador ou capinadeira. De tais equipamentos, este é o mais recente na área. Ao que tudo indica passou a ser u-

utilizado no início da década de 50. Desde então seu uso vem se difundindo, pois se constitui na única alternativa que têm para minimizarem a falta de mão de obra para as capinas e/ou o que consideram seu alto custo. Conforme expressões de informantes "sem ela não dá pé"; "a capinadeira é uma mão na roda". Seu custo (outubro de 1974) se situava em torno de Cr\$ 350,00.

4.8.2.8 - Carreta (carro de bois). Na área é montada sobre 2 rodas raiadas circundadas por um aro de ferro. A capacidade de carga das maiores se situa entre 600 e 800 Kg e a das menores entre 200 e 300 Kg e seus custos oscilavam (outubro 74), respectivamente, entre Cr\$ 2.000,00 e Cr\$ 400,00. Entre esses extremos situam-se modelos intermediários em capacidade de carga e custo. Caracteristicamente as unidades lavradoras, de poupança e investimento e leiteiras possuem modelos grandes e médios, as carreteiras possuem modelos médios e pequenos e as carreteiras de beira de estrada só possuem modelos pequenos (ver Fig. 12).

4.8.2.9 - Tombeira ou carreta tombeira. A *tombeira* é uma carreta basculante destinada ao transporte de terra, com capacidade de carga situada em torno de $0,70 \text{ m}^3$ e seu custo (outubro 1974) se situava ao redor de Cr\$ 1.200,00.

Um procedimento comum é a utilização de um mesmo rodado para sobre ele ser montada a carroceria da *carreta* propriamente dita ou da *tombeira*.

4.9 - A DOMA

Na área emprega-se indistintamente domar ou amansar como sinônimo de adestrar. Assim, os animais são domados ou amansados para ordenha ou tração, as únicas finalidades para as quais adestram bovinos.

4.9.1 - Para ordenha

Para esta finalidade são amansadas todas as vacas de uma unidade. O processo de doma tem início logo no segundo ou terceiro dia após a primeira parição e consiste em imobilizar a vaca e ordenhá-la, após ter sido *apojada*, isto é, o *tenneino* haver mamado um pouco em cada teto para descer o leite. À medida que ela vai se acostumando à ordenha procuram fazer com que mantenha a perna direita recuada a fim de deixar o ubre livre para o ordenhador, pois a ordenha é realizada por esse lado. Essa operação se realiza, após a ordenha das vacas em regime regular de produção e se repete, sempre no mesmo lugar "para o animal parar melhor", conforme um entrevistado.

O animal é considerado manso quando não mais reage à ordenha, ainda que exigindo alguma imobilização, toma o lugar que lhe é reservado para ser ordenhado e recua a perna direita à voz de "arruma", acompanhada de uma batida com a mão na parte superior dessa perna, para ser submetido àquela operação. O período de doma raramente ultrapassa a 10 dias.

A doma para ordenha é tarefa do chefe da unidade ou dele e de sua esposa. No segundo caso cabe ao homem a imobilização do animal e à mulher a ordenha propriamente dita. Não havendo homem adulto na unidade é solicitada a colaboração de parentes ou vi-

zinhos.

4.9.2 - Para tração

Para esta finalidade são domados exclusivamente machos, escolhidos em função das possibilidades e interesses das unidades a que pertencem conforme as categorias e subcategorias que integram, como já visto. Não obstante isso todas as unidades, independente de categoria, reconhecem que a junta ideal, "de luxo", conforme um carreteiro de beira de estrada, é a que apresenta características substantivas e adjetivas. Reconhecem que possuem características substantivas as juntas formadas por bois bem domados, com rendimento potencial em carne não inferior a 200 kg aos 5 anos, com mesma estatura e força. Vêem como possuindo características adjetivas as juntas formadas por animais com semelhanças em pelagem, silhueta, formato dos chifres e também nomes. Estas características adjetivas se constituem nos únicos aspectos *rituais*, no sentido de Leach (1965, p. 13), ligados ao gado.

Como preliminar do processo de doma os animais são *despontados* e *furados*. Isso consiste, respectivamente, em serrar-lhes as pontas dos chifres e furá-los a uns 3 cm das extremidades e perpendicularmente a seu corpo. A orientação dos furos visa torná-los mais resistentes. Os furos são feitos com pua e cauterizados com ferro quente no caso de haver sangue e medem cerca de 1 cm de diâmetro. Animais com chifres pouco desenvolvidos são submetidos a esta operação posteriormente. O desponte visa a prevenir danos maiores em pessoas e animais no caso de eventuais chifradas e os furos a permitir que os bois sejam *ajoujados* pelas *aspas*.

Embora haja ocorrência de variações, o processo de doma propriamente dito compreende os seguintes procedimentos:

"Costeio de ajoujo" - Os animais em processo de doma são

ajouçados juntos ou a bois mansos conforme a disponibilidade destes e o comportamento daqueles, por um período de 3 a 5 dias "para se acostumarem a andar juntos".

"Arrastar o pau" - Logo que concluída a etapa anterior, os componentes da nova junta são *cangados* (atrelados) juntos e postos a arrastar um pau com cerca de 100 kg (ver Fig. 15). Essa operação se repete por 2 ou 3 dias consecutivos e visa a *firmar a canga*, isto é, habituar os animais a ela.

"Passear com a carreta" - Uma vez firmada a *canga* os animais são levados a *passear com carreta*, isto é, puxar uma carreta sem carga, por período em torno de uma hora e, como regra, em dias consecutivos. Após uns cinco passeios podem ser utilizados como força regular de tração, para cargas. Se empregados com regularidade, dentro de uns três meses podem puxar o arado.

Animais que oferecem maior resistência à doma, o que é raro em se tratando de *tambeiros*, primeiro *arrastam o pau* e/ou *passeiam com a carreta* tendo por parceiro um boi manso, para só depois serem *cangados* com seus futuros companheiros.

No caso de doma de animais isolados com vistas à recomposição de juntas, eles são domados em companhia dos bois com os quais formarão novas juntas.

Durante o processo de doma devem ser tomadas certas precauções a fim de não prejudicar o futuro desempenho dos animais como força de tração. Assim procuram evitar que os animais venham a ficar *ressabiados da canga*, *ressabiados da ca-*

beça, com o pescoço sentido e orelhas queimadas¹².

Os animais são domados para puxarem em uma ou nas duas extremidades da canga. No primeiro caso diz-se que *puxam ou são domados só de um lado* e no segundo que *puxam ou são domados dos dois lados*. Como regra quase invariável os bois das unidades leiteiras, de poupança e investimento e lavradoras são domados só de um lado e os das duas subcategorias carreteiras dos dois lados. A doma de um só lado é explicada como sendo um procedimento para facilitar o processo de *cangã-los* e levá-los a obedecer melhor o comando do condutor. Conforme informantes, boi. que *puxam dos dois lados* "fica se amarrando feito mosca tonta na frente da carreta sem saber o que fazer", "a gente fala com ele e ele não vem com prontidão", "não firma a verga", isto é, não lavram em linha reta. Bois que *puxam num lado só*, se bem domados, ao serem *cangados* se colocam no lado certo, baixam a cabeça para receber a canga, chegando mesmo, com freqüência, a colocar o pescoço sob ela.

A doma nos *dois lados* é praticada pelas duas subcategorias carreteiras e é explicada como um procedimento visando a proporcionar maiores alternativas de uso dos bois. Conforme entrevistados "dá mais um recurso", "favorece mais pra arranjar um com-

¹²Tornam-se *ressabiados da canga* ou temerosos de animais muito castigados com relho ou *guilhada*. Estes animais procuram fugir à *canga gaviando*, isto é, disparando ao serem procurados para o trabalho. Tornam-se *ressabiados da cabeça* animais que apanham na cabeça. Estes animais são potencialmente perigosos, pois procuram evitar que lhes toquem na cabeça ao serem postos e retirados da *canga*, *atirando as aspás*. Ficam *sentidos do pescoço* sensíveis à *canga*, os animais forçados a puxar por muito tempo e/ou fazer demasiado esforço. Animais *sentidos do pescoço* temem ou mesmo se negam a fazer força, chegando a se atirar ao chão quando forçados a puxar. Ficam com as *orelhas queimadas* ou excessivamente sensíveis animais feridos pela *rifeira*. Estes animais deixam de obedecer à *rifeira* quando puxados por sentirem dor.

panheiro, qualquer lado tã certo". Com efeito, as unidades que integram estas subcategorias, com freqüência, desfazem suas juntas vendendo ou trocando um de seus componentes, o que implica em arranjar um novo parceiro para aquele que ficou, a fim de restaurá-la.

Quando domados de um lado são a escolha do lado em que cada animal vai puxar é feita a partir de características dos componentes das juntas a serem formadas. Assim, os animais mais fortes e/ou voluntariosos são domados no lado da verga, de tocar, ou ainda de dentro, isto é, do lado direito da junta. Na lavração o lado da verga, sulco deixado pelo arado, é o mais pesado; além disso o boi que trabalha por este lado caminha com certa dificuldade, pois pisa em terreno irregular, recém lavrado. O lado de dentro é o lado pelo qual o condutor toca, dirige os bois. Assim seu contato é mais direto com o boi que está deste lado.

A tarefa de domar é exclusivamente masculina e predominantemente de adultos. A participação de não adultos, quando ocorre, tem caráter secundário.

O período regular de doma se estende de setembro a maio, com concentração maior na primeira metade do período. Esta situação é explicada por um lado pela abundância de pastagens e por outro pela sistemática da substituição de bois. Sendo as pastagens abundantes os animais não se debilitam excessivamente em decorrência da doma nem se torna necessário suplementar-lhes a alimentação. A sistemática de substituição de bois conduz à concentração das domas na primeira parte do período, com vistas à obtenção de maiores vantagens. De fato, uma vez que para todas as unidades de tração e com freqüência para as demais, a substituição de bois implica na prévia comercialização dos que devem ser

substituídos para possibilitar a aquisição dos substitutos, a realização da doma na primeira parte do período se acomoda aos interesses gerais, pois este é também o período de menor uso da força de tração bovina. Assim é possível comercializar os animais a serem substituídos, sem maiores prejuízos e preparar os substitutos, para as próximas atividades, inclusive a lavração, cujo adestramento é mais demorado.

Os animais são domados no âmbito das unidades a que pertencem ou são "dados para domar" fora dela. "Dar (e também receber) bois para amansar" é prática institucionalizada na área. Por meio dela pessoas carentes total ou parcialmente de animais para tração podem obtê-los por espaços de 6 meses a 2 anos, mediante o trabalho de amansá-los e as que não podem ou não têm interesse em fazê-lo, os cedem para serem amansados em troca do direito de serem usados pelos domadores naquele período. Enquanto durar a cessão/tomada de animais para doma, a manutenção dos animais corre inteiramente por conta dos domadores, os quais estarão livres de quaisquer responsabilidades em caso de morte, acidente ou extravio dos referidos animais. Todavia se isto ocorrer por desleixo evidente, em especial em relação a suplementação alimentar, o proprietário protesta. Em qualquer caso não lhe assiste direito a qualquer indenização.

A doma para fora é feita com regularidade pelas unidades carreteiras e, com menor frequência, pelas unidades de poupança e investimento e lavradoras¹³.

¹³ Das unidades pesquisadas todas a carreteiras, 4 de poupança e investimento e 3 lavradoras já domaram para fora. Durante o período de trabalho de campo 2 unidades carreteiras e 1 de poupança e investimento realizavam este serviço.

Como regra as unidades carreteiras domam para fora quando ficam sem condições de substituir seus bois. Em geral recebem para este fim animais de unidades minifundiárias da área e de sua periferia e se satisfazem em ficar com eles por períodos inferiores a um ano. As unidades lavradoras e de poupança e investimento domam para outros particularmente quando interessadas em trabalhar com mais de uma junta, de modo especial na prestação de serviços. Na generalidade domam animais de fazendeiros e plantadores de arroz de fora da área para os quais costumam fazer lavrações, e não aceitam ficar com os animais por menos de um ano.

Não obstante a facilidade de obter animais para domar nessas condições os domadores preferem, sempre que possível, manter animais próprios pois "boi alheio sô quebra galho" e "com boi da gente o camarada tem mais recurso", conforme informantes.

Os carreteiros de beira de estrada não realizam este tipo de doma por serem vistos sem condições para tal e não merecerem a confiança de eventuais cedentes. Conforme dois destes "a estrada não é lugar de criar boi" e "esses carreteirinhos da beira da estrada sô sabem judiar dos bichos".

As unidades leiteiras não domam para fora fundamentalmente por não terem necessidade de recorrer a este procedimento.

4.10 - CUIDADOS COM A SAÚDE

Os cuidados com a saúde dos bovinos são preventivos e curativos.

4.10.1 - Cuidados preventivos

4.10.1.1 - Vacinação contra a febre aftosa. Até 1968 quando foi tornada obrigatória pelo Ministério de Agricultura a vacinação contra a febre aftosa esta prática era caracteristicamente eventual na área, já que só por ocasião de surtos da doença é que um maior número de unidades costumava vacinar seus animais¹⁴. A alegação geral dos que assim procediam, ou mesmo nem nessas ocasiões vacinavam seus animais era de que a possibilidade da doença causar maiores prejuízos era limitada, pois, conforme expressões de informantes "chega a passar 3 anos sem aparecer a peste", "animal que come mandioca pesteia menos", "bicho estragado da peste vai pro açougue".

O uso sistemático da vacina, antes de 1968 era justificado pelos que assim procediam por verem a vacina como um instrumento eficaz para defender a saúde dos animais e assim evitar prejuízos. Conforme expressões de entrevistados "a vacina é barreira", "quem diz que bicho que come mandioca não pesteia é bobalhão", "quem vive do leite não pode correr o risco".

¹⁴ Antes de sua obrigatoriedade o uso de vacina por parte das unidades pesquisadas era o seguinte: a vacinação sistemática era praticada por 6 unidades leiteiras e 4 de poupança e investimento. De modo eventual, por ocasião de surtos, pelas restantes unidades destas categorias e por parte de 3 unidades carreteiras e 2 lavradoras.

Após 1968 o uso da vacinação contra a febre aftosa tornou-se prática sistemática para quase todas as unidades. Para tanto, certamente, concorreu de modo significativo a mecânica de sua implantação. Foram estabelecidos na área 5 postos de vacinação, em propriedades que dispõem de *brete e mangueira*, onde a cada 3 meses, em domingos marcados na oportunidade anterior são vacinados os animais de todos os que preferem aí vaciná-los. Como regra levam seus animais para serem vacinados nestes postos os que não possuem equipamentos (aparelho de injeção e de refrigeração para conservar a vacina) e/ou instalações (*brete e mangueira*) para eles mesmos vacinarem seus animais, e ainda os que possuem menos de 20 cabeças, já que as vacinas são apresentadas em frascos de no mínimo 20 doses. Como regra, estes são os mesmos que não possuem equipamentos e/ou instalações.

Até dois anos após o início do programa, a vacinação nesses postos era da responsabilidade de equipes de vacinadores que vinham da cidade trazendo o material necessário para o trabalho. Após aquele período, considerado de implantação pelos responsáveis pelo programa, tal tarefa passou a ser da responsabilidade dos dois "fiscais da vacina", como dizem na área e que aí residem. Nessas oportunidades todos os presentes mostram-se dispostos a colaborar, sendo que muitos conduzem seus animais em conjunto. Nos postos situados próximo a vendas, a oportunidade é aproveitada para tomarem uns tragos de cachaça.

Os que não recorrem aos postos de vacinação também devem vacinar seus animais nos mesmos dias em que aqueles operam. Vacinam seus animais fora dos postos os que possuem instalações e equipamentos para tal ou que se utilizam das instalações e equipamentos de vizinhos e parentes. Os que possuem condições preferem vacinar seus animais "em casa", como dizem, a fim de evitarem

deslocá-los pelas estradas. Particularmente os leiteiros enfatizaram a conveniência de vacinar "em casa" a fim de não prejudicar a produção de leite. Os que devem recorrer aos postos, vizinhos ou parentes para vacinarem seus animais optam por uma ou outra alternativa considerando fundamentalmente a questão da distância. Conforme expressão de um deles "a gente vai no mais perto"¹⁵.

O controle da vacinação é feito pelos já referidos fiscais através de cadastro, mantido razoavelmente atualizado, da composição do gado de cada proprietário das zonas sob sua fiscalização e da nota fiscal da vacina que deve ser exibida por aqueles que não se utilizam dos postos de vacinação, sempre que solicitada.

Tanto quanto se pode apurar, a resistência à vacinação sistemática foi inexpressiva e, conforme expressão de um dos já referidos fiscais, devida "à ignorância e preguiça de uns poucos". Ainda segundo ele, alguns opunham resistência à imunização de vaca *amojada* (próxima a dar cria) por temerem prejudicar a cria. Isso todavia só ocorreu na etapa de implantação do programa. Por preguiça alguns compravam a vacina só para o efeito de terem a nota fiscal, já que não a aplicavam. De acordo com o fiscal recém referido e outros residentes na área isso ainda ocorre.

Este, como os demais cuidados com a saúde do gado, são tarefas quase que exclusivamente masculinas, exceto pela benzedura e simpatia nas quais as mulheres também têm participação ativa.

¹⁵ Das unidades pesquisadas vacinavam em casa 8 unidades leiteiras e 5 de poupança e investimento; em postos vacinavam 1 unidade leiteira, 2 de poupança e investimento, 3 lavradoras, 4 carreteiras e 3 carreteiras de beira de estrada; com vizinhos ou parentes vacinavam 1 leiteira, 2 de poupança e investimento, e 2 lavradoras não vacinavam 1 carreteira, 2 carreteiras de beira de estrada e 1 de poupança e investimento. Em outubro de 1974 o custo de uma dose da vacina era de Cr\$ 0,75, tanto nos postos de vacinação como no comércio e o do mais barato aparelho para sua aplicação se situava em torno de Cr\$ 70,00.

4.10.1.2 - Vacinação contra o carbúnculo. A vacinação contra o carbúnculo, tanto do tipo sintomático, que se manifesta em animais de até 2 anos, como do tipo hemático, que se manifesta em animais de qualquer idade, é prática pouco difundida entre os minifundiários¹⁶.

A alegação geral dos que não vacinam contra esta doença para assim procederem é de que ela se manifesta de modo esporádico e que "não vale muito a pena se preocupar com ela", conforme expressão de um entrevistado. Como a demonstrar o acerto de tal procedimento alguns se comprazem em dizer que nunca perderam animais pela *mancha*, como aí também é conhecido o carbúnculo ou que as perdas por ela provocada são raras. Os que vacinam seus animais justificam seu procedimento à base do "quem tem pouco não pode correr o risco de perder", conforme expressão de um informante.

4.10.1.3 - Vacinação contra a brucelose. Não praticada na área e praticamente desconhecida aí até 1974, quando foi tornada obrigatória pelo Ministério da Agricultura, a vacinação contra a brucelose é aplicada pelos "fiscais da vacina" nos postos de vacinação. São vacinadas só fêmeas com idade entre 6 meses e 2 anos, uma só vez e por ocasião da vacinação contra a aftosa. Os animais vacinados são marcados com ferro em brasa na cara, com um círculo de cerca de 5 cm de diâmetro. A vacina custava Cr\$ 1,00 em fevereiro de 1975 e a reação a ela foi inteiramente favorável.

4.10.1.4 - Prevenção de bicheiras ou miíases. Com a preocu-

¹⁶ Das unidades pesquisadas vacinavam seus animais contra o carbúnculo 5 unidades leiteiras e 4 de poupança e investimento, sendo que 3 em cada categoria vacinavam só contra o tipo sintomático e as restantes contra os 2 tipos. Para ambos os tipos o poder imunizatório das vacinas é de 12 meses. Em outubro de 1974 o custo de uma dose de vacina era pouco mais de Cr\$ 0,10.

pação de evitar e minimizar o desenvolvimento de bicheiras ou miíases procuram não realizar práticas como castração e marcação que, como feitas na área, provocam lesões inevitáveis, em períodos de temperatura elevada, quando sua incidência é mais alta.

4.10.1.5 - Prevenção de intoxicação alimentar. A intoxicação é sistematicamente prevenida evitando-se fornecer rações em quantidade excessiva e iniciando-se com quantidades pequenas, progressivamente aumentadas, a suplementação alimentar com mandioca, a fim de que os animais se tornem tolerantes ao ácido cianídrico que ela contém.

4.10.1.6 - Prevenção de engasgamento. O engasgamento é sistematicamente prevenido cortando-se obliquamente a seu eixo e em pequenos pedaços, a cana de milho e, particularmente, a mandioca fornecida como ração ao gado.

4.10.2 - Cuidados curativos

4.10.2.1 - Tratamento de bicheiras ou miíases. É o mais sistemático e generalizado cuidado com a saúde dos animais, pois exceto por pequenas *bicheiras* localizadas em pontos que o animal afetado possa limpar com a língua, se não tratadas acabarão por provocar-lhe morte. O tratamento das *bicheiras*, por meios seculares que, até cerca de 10 anos era feito quase que exclusivamente com creolina, atualmente é feito à base de vários produtos de uso específico, com prolongada ação residual e apresentado em embalagens dotadas de vaporizador, o que simplificou o tratamento. De fato, não só as feridas cicatrizaram mais rapidamente, como em muitos casos tornou-se dispensável a derrubada de animais para tratá-las.

As *bicheiras* também são tratadas por meio de benzeduras. Estas são feitas tanto para complementar como para substituir prá-

ticas seculares. O primeiro caso, como regra, ocorre em presença de *bicheiras* particularmente difíceis de cicatrizarem e o segundo na falta de produtos específicos para tratar as lesões, quando se trata de animais que se encontrem afastados da residência de seus proprietários ou responsáveis ou cuja imobilização seja difícil ou não recomendável. Ainda que com freqüência variada, a totalidade das unidades pesquisadas admite que recorrem a benzeduras para combater *bicheiras*. O pensamento de um entrevistado a respeito da eficácia da benzedura, segundo o qual "umas vezes adianta e outras não", caracteriza a opinião dominante sobre o assunto¹⁷.

Embora a generalidade dos adultos saiba benzer, em casos mais difíceis é freqüente ser solicitada a colaboração de um (a) benzedor(a) "afamado" (a), o(a) qual só em casos excepcionais receberá alguma compensação direta. Quando tal ocorre é sob a forma de presentes, tais como uma carteira de cigarros, uma lata de doce, uma galinha.

4.10.2.2 - Combate aos bernes. O combate aos bernes é prática esporádica. Mais do que manipular um animal exclusiva ou predominantemente para tal fim, aproveitam sua manipulação para outras finalidades, como ordenha, marcação, curar *bicheiras*, para livrá-lo das larvas. Embora o uso de produtos específicos esteja em expansão nas unidades leiteiras e de poupança e investimento, os bernes são fundamentalmente combatidos por meio de pres-

¹⁷ Uma versão da mais comum benzedura contra *bicheira* é a que se segue. Após fazer o sinal da cruz o executante pronuncia as seguintes sentenças: aos 9, aos 8, aos 7... a 1 peço que caiam todos os bichos desta *bicheira* e que não fique nenhum. Com o nome de Deus e da Virgem Maria. Faz o sinal da cruz no fim. A cada sentença traça com a mão direita uma cruz no ar. Todo o procedimento é repetido por 3 vezes.

são feita com os dedos e mediante a qual são expelidos. Explicam a pouca preocupação em combatê-los por sua incidência não ser grande e por julgarem que não representam maiores problemas para os animais afetados e prejuízos para seus proprietários.

4.10.2.3 - Combate aos carrapatos. Os carrapatos são sistematicamente combatidos banhando-se os animais afetados em uma solução de água com carrapaticida ou pulverizando-os com um pó formicida comercialmente conhecido como "gamerial".

Uma vez que devido a seu custo, cerca de Cr\$ 15.000,00, os minifundiários não possuem *banheiros*, aqueles que preferem banhar seus animais recorrem a *banheiros* de fazendeiros da área (aí há 3 destas instalações) ou periferia, pagando (janeiro 1975) Cr\$. 0,40-0,50 por animal banhado, sendo os *terneiros* contados a 2 por 1. Os banhos são mais freqüentes no verão, sendo cada animal, em média, banhado de 4 a 5 vezes por ano, a intervalos raramente inferiores a um mês. Como regra os animais são banhados aos domingos, "pra aproveitar o dia de folga", conforme expressão de um entrevistado. Aos domingos é freqüente haver 2 e mesmo mais tropas ou *pontas de gado*, como também se diz na área, esperando que o banheiro seja desocupado a fim de serem banhadas. Seguidamente estas *pontas de gado* são compostas por animais pertencentes a mais de um proprietário, vizinhos ou parentes, que levam em conjunto seus animais para banhá-los. Como regra os tropeiros aproveitam a oportunidade para tomarem uns tragos de caçahaça em alguma venda.

Os que preferem combater os carrapatos com "gamerial" pulverizam-no com uma bomba de compressão manual, em alguns casos a mesma utilizada para dar combate às formigas. Em janeiro de 1975 o custo destas bombas se situava ao redor de Cr\$ 50,00 e o pó para pulverização total de um animal adulto custava cerca de Cr\$. 0,50. As pulverizações são feitas com a mesma freqüência dos ba-

nhos, sendo comum os animais serem pulverizados sô nas partes visivelmente afetadas. A pulverização é feita com os animais em pé, imobilizados no *brete* ou com corda na cabeça. No caso de vacas em ordenha é usual serem pulverizadas enquanto comem a ração, no estábulo. Não há um dia preferencial para ser realizada a pulverização.

4.10.2.4 - Tratamento de engasgamento. Os engasgamentos são ocorrências esporádicas, em geral provocados por mandioca e como regra tratados por meio de simpatias. As mais usuais consistem em virar uma brasa no fogão; virar uma faca na bainha; cravar no chão, atrás do animal afetado, a faca com que foi cortada a mandioca que provocou o engasgamento. Qualquer pessoa, mesmo criança, pode realizar a simpatia.

Caso persista o engasgamento recorrem a meios seculares. Os mais usados consistem em forçar o animal a engolir misturas diversas, basicamente compostas por água, querosene, banha e terra ou então procuram desobstruir-lhe a traquéia com um talo de folha de bananeira, em movimentos de vai e vem.

4.10.2.5 - Tratamento de mamites. As mamites sô são tratadas nas unidades leiteiras e assim mesmo sô as que se manifestam em vacas boas produtoras de leite. Conforme entendimento geral não é conveniente investir dinheiro e tempo para tratar mã produtora. Os medicamentos para tal podem atingir custo elevado e os cuidados se prolongar por mais de 3 semanas. As mamites são tratadas com produto da medicina veterinária.

4.10.2.6 - Tratamento de olho grande ou mau olhado. Quando animais sadios e bonitos adoecem sem razão aparente o fato geralmente é atribuído a olho grande e combatido por meio de ben-

zedura¹⁸. Embora a suposição de ocorrência de mau olhado seja pouco freqüente, a crença nele e na eficácia de sua benzedura é amplamente generalizada. Particularmente os bois são considerados como mais sujeitos a serem vítimas de olho grande. Via de regra, mesmo os que não se utilizam de benzedura para outras finalidades, crêem em mau olhado e na eficácia de sua terapia. Os benzedores (benzedeiros) contra mau olhado são em muito menor número do que aqueles (as) que benzem contra *bicheiras*. Talvez isso seja devido à maior incidência destas.

A recompensa para estes dois tipos de benzedura são do mesmo gênero. Todavia registrou-se o caso de uma benzedeira que ganhou dois sacos de arroz de um grande plantador deste produto, por haver curado do mau olhado uma "junta de bois que ele queria muito".

4.10.2.7 - Tratamento de outras doenças. Outras doenças, conhecidas ou desconhecidas são tratadas com chás caseiros e, cada vez mais, com produtos veterinários. Os princípios básicos que determinam a aquisição de medicamentos são seu custo e as chances de recuperação dos animais afetados. Assim, exceto em casos excepcionais, particularmente de bois e vacas considerados de boa qualidade, não investem no tratamento importância superior a 5% do valor do animal afetado e só adquirem medicamentos para animais com razoáveis chances de recuperação.

4.10.3 - Consultas a especialistas. Como regra mais do que

¹⁸A benzedura a seguir é uma das mais difundidas contra olho grande. Após fazer o sinal da cruz o executante pronuncia a sentença: "pelo nome de Deus e da Virgem Maria eu benzo e curo como Jesus benzeu e curou seu bento filho". Após faz o sinal da cruz. Todo o procedimento é repetido 3 vezes. Ninguém soube explicar sobre o "filho de Jesus". Esta benzedura também é feita para pessoas.

veterinários os minifundiários consultam proprietários e atendentes de casas de produtos veterinários. Ao que tudo indica tal fato se deve a que: a) Os veterinários, como regra, são vistos como menos competentes do que proprietários e atendentes. Supostos ou reais equívocos de veterinários são objetos de freqüentes críticas. Sem endossá-las cabe referir um desses equívocos presenciados pelo autor. Em janeiro de 1975 o touro de um leiteiro sofreu um grave corte no pênis e fez uma grande *bicheira* nesse corte. Dado o valor do animal e a gravidade da lesão seu proprietário, em companhia do autor, apressou-se em consultar um veterinário na cidade. Este, por julgar que o animal acabaria por morrer devido à lesão, recomendou que fosse sacrificado. Porque julgou que o touro poderia sarar e ser comercializado para abate, seu proprietário resolveu tratá-lo. Devidamente curado foi vendido em junho por Cr\$ 1.850,00. b) Os proprietários e atendentes dessas casas mais encontráveis que os veterinários. De fato, como estes atuam principalmente fora da sede municipal, é difícil serem encontrados aí durante o dia. c) Os proprietários e atendentes sempre recebem gratuitamente, o mesmo não ocorrendo com os veterinários, ainda que pertencentes ao serviço público. Estes, com freqüência variável, atendem gratuitamente ou sob a alegação de que o atendimento particular não faz parte de suas atribuições como servidores públicos, costumam cobrar cerca de Cr\$ 50,00 por consulta na cidade e Cr\$ 150,00 por visitas na área. Consultas a veterinários se dá só por parte de unidades leiteiras, de poupança e investimento, e muito mais raramente, pelas lavradoras. A solicitação de visitas é acontecimento raro e só ocorre em relação a vacas e bois de boa qualidade.

Como regra, os únicos produtos mantidos permanentemente em casa, para tratar da saúde dos animais, são os destinados a combater

as *bicheiras*. Os demais são adquiridos à medida que se tornam necessários.

Desde a década de 30 o município é servido por uma inspetoria veterinária da Secretaria da Agricultura do Estado. Em março de 1975 residiam na cidade 4 veterinários em exercício, sendo 3 pertencentes ao serviço público. Na mesma ocasião havia aí 5 casas de produtos veterinários.

4.11 - O LEITE

Como regra todas as unidades que possuem vacas as ordenham para comercialização e/ou consumo doméstico. Só não ordenham suas vacas as unidades que as mantêm em campos afastados de suas respectivas residências. Todavia tal ocorrência é rara.

4.11.1 - Consumo doméstico

Os minifundiários consomem leite quase que exclusivamente in natura. Embora reconheçam seu alto valor nutritivo, em particular para as crianças, e lhes seja agradável ao paladar, seu consumo é pequeno. Mesmo havendo disponibilidade potencial do produto, o consumo diário per capita não ultrapassa a 1/2 litro. É freqüente, desde que não haja mercado para ele, não ordenharem todas as vacas em lactação ou deixarem mais leite para as crias.

4.11.2 - Comercialização

A comercialização do leite é a prática institucionalizada na área. Com maior ou menor freqüência, com maior ou menor peso na renda das unidades, ao longo do tempo o leite tem sido objeto da comercialização pela maioria das unidades que possuem vacas. Por ocasião da pesquisa, afóra, obviamente, as unidades leiteiras, 5 unidades de poupança e investimento produziam leite para o mercado, e outras 4, também desta categoria, já foram unidades leiteiras. Deixaram de sê-lo para se dedicarem a atividades "de mais futuro" e porque "quem vive do leite está sempre no compromisso" (de fornecê-lo), como informaram. Em Princípio, qualquer unidade que tenha vaca "dando no jeito vende um leitinho", conforme um entrevistado. Dá no jeito quando há produção suficiente, comprador e preço julgado satisfatório pelo produtor.

O mercado para o leite da área é fundamentalmente a sede municipal, com um consumo estimado pelo maior e um dos mais antigos produtores de leite da área em torno de 2.200 a 1600 litros diários, respectivamente para os períodos de maior (outubro/abril) e menor (maio/setembro) consumo. A área e particularmente suas unidades minifundiárias se constituem na sua principal fonte fornecedora do produto¹⁸.

O maior ou menor consumo de leite na cidade depende tanto da oferta quanto da demanda do produto. De outubro a abril o consumo é maior porque há mais oferta, em função da abundância de pastagens nativas e por estarem as vacas, no geral, na primeira metade do período de lactação; a demanda também é maior devido à produção de gelados à base de leite. A industrialização do leite sob esta forma é relevante para o relativo equilíbrio entre oferta e demanda no período, particularmente em janeiro e fevereiro quando considerável parcela da população se afasta para temporadas em balneários marítimos. Na expressão de um produtor de leite "no forte do verão a nossa sorte é o picolé". Mesmo assim neste período a oferta excede a demanda em torno de 20%. De maio a setembro o consumo é menor porque a oferta fica aquém da demanda, devido a escassez de pastagem natural e por estarem as vacas, em geral, no fim do período de lactação.

À exceção de mínimas quantidades vendidas na área, o leite produzido pelas unidades não leiteiras chega ao mercado da cidade através de unidades leiteiras que adquirem sua produção "na

¹⁸ No dia 28 de janeiro de 1975 entraram na cidade provenientes da área 37 *charretes* transportando 1.457 litros de leite. Desse total 876 litros foram produzidos por unidades minifundiárias, sendo 297 litros oriundos de unidades de poupança e investimento e adquiridos "na porta" para revenda na cidade.

porta" para posterior revenda na cidade. O preço do leite "na porta" oscila em torno de 60-70% do preço de revenda. As unidades que vendem leite "na porta" explicam este procedimento a base da irregularidade e insuficiência de sua produção para justificar sua venda na cidade e por não pretenderem se envolver muito na comercialização do leite considerado "um meio de sustento muito dificultoso e de pouco lucro", conforme um informante.

Embora, desde que haja possibilidade para sua colocação, todos os leiteiros se interessem em adquirir leite para revenda, os maiores interessados em adquiri-lo são os menores produtores. Alegam que não paga a pena mandar a *charrete* diariamente à cidade para levar menos de 20 litros. A venda/compra de leite para revenda é feita unicamente à base de interesses econômicos das partes, podendo ser suspensa a qualquer momento e por qualquer delas. Não obstante isso, via de regra, a suspensão da venda ou compra é precedida de um aviso não inferior a 2 dias.

O preço do leite na cidade é indiretamente estabelecido pela SUNAB, pois os leiteiros tomam por base o preço por ela fixado para o produto pasteurizado em todo o Estado. Estabelecem para seu produto um preço em torno de 10% inferior àquele. Esta defasagem tende a se manter estável de abril a outubro e a aumentar de novembro a março, particularmente em janeiro e fevereiro, "quando os leiteiros brigam pela freguezia". Em janeiro de 1975 o preço oscilava entre Cr\$ 1,40 e 1,70.

A ordenha, iniciada por volta das 5,30h, e a distribuição do leite são realizadas quase que exclusivamente com mão de obra doméstica. Na ordenha a participação masculina e a feminina se equivalem e na distribuição a dominância masculina é absoluta. Das 37 carrocinhas entradas na cidade no dia 28/1/75 apenas 2 (sendo

uma pertencente a uma unidade pesquisada) eram dirigidas por mulheres. Estas informaram que distribuíam o leite por não haver em suas unidades homens em condições de fazê-lo. A opinião generalizada dos homens é que esse trabalho pode ser feito por mulheres, mas que "é mais serviço para homens" na expressão de um deles. A partir dos 12-13 anos as pessoas podem ter participação plena nos processos de ordenha e distribuição (ver Fig. 18).

O leite é transportado para a cidade em tarros, na charrete e entregue de porta em porta para freguezia certa, o mais das vezes. Os leiteiros saem de casa por volta de 6,30 h e retornam no máximo até às 10,30 h. No retorno costumam parar, em grupos, especialmente os chefes de unidades para "conversar, tomar um trago e comer alguma coisa", na expressão de um deles.

Na produção de leite para o mercado está se configurando um fato novo na área: desde 15 de janeiro de 1975 uma camioneta percorre a área procurando adquirir o produto "na porta" para uma indústria de laticínios de Santa Cruz do Sul. A isso os produtores reais e potenciais reagem negativamente no momento e mantêm uma cautelosa expectativa favorável para o futuro. No momento não aceitam o preço oferecido, Cr\$ 0,70 por litro e temem desorganizar seu processo de comercialização, por não terem certeza da continuidade das compras por parte da companhia. Se com o passar do tempo o preço melhorar e houver regularidade nas compras, inclusive mediante contrato, como desejam, mostram-se dispostos a vender toda a produção para ela e mesmo fazer a aquisição de vacas mais produtivas. Nesta hipótese, 5 das unidades de poupança e investimento pesquisadas se transformariam em unidades leiteiras. O motorista da camioneta e agente da companhia também percebe essas reações. No dia 28 de janeiro conseguiu adquirir na área 120 litros de unidades leiteiras, que não tinham outro mercado

para o produto. Em outubro suas aquisições se situavam em torno de 200 litros diários.

De qualquer modo, muito breve, se quiserem continuar a vender leite para fora da área não poderão mais fazê-lo na forma atual. Rio Pardo está por ser atingida pela determinação federal que proíbe a venda de leite não pasteurizado, nas localidades que possam ser abastecidas com o produto tratado. A companhia em referência, que no momento já lhe fornece 200 litros diários de leite pasteurizado, pretende aumentar consideravelmente este fornecimento. A Cooperativa Pastoril de Rio Pardo Ltda que atualmente não opera com leite, também se mostra interessada em operar com o produto, inclusive para o abastecimento da cidade. Ao que tudo indica a maioria da população dá preferência ao leite não pasteurizado, por ser mais barato e conter maior índice de gordura.

De todas as finalidades dominantes para as quais os minifundiários aqui estudados reconhecem que mantêm gado, a da produção de leite para o mercado é a que exige mais recursos econômicos. De fato, enquanto pelos valores médios e considerando-se em cada categoria e subcategoria a unidade pesquisada que tem menos capital investido em função daquelas finalidades, tem-se que a unidade carreteira de beira de estrada tem cerca de Cr\$ 1.800,00 investidos; a carreteira, cerca de Cr\$ 8.000,00; a lavradora, cerca de Cr\$ 15.000,00; a de poupança e investimento, cerca de Cr\$ 3.500,00 e a leiteira cerca de Cr\$ 33.000,00²².

²² Estábulo Cr\$ 900,00; charrete Cr\$ 2.500,00; cavalo Cr\$ 1.200,00; terra Cr\$ 20.000,00; vacas Cr\$ 8.000,00; outros Cr\$ 400,00.

4.11.3 - Produtividade

Em relação às técnicas de produção praticadas pelos dois maiores produtores da área, ambos são minifundiários e com produção conjunta superior a 400 litros diários, as unidades leiteiras minifundiárias são "atrasadas". Não controlam a época de cobertura das vacas, que como regra, são cobertas logo que entram em cio, em geral na primavera e verão. Em decorrência disso coincide para a maioria de suas vacas a fase de lactação. Isso ocorre para acentuar a variação da média diária de produção ao longo do ano e agravar as sazonais super e sub-ofertas do produto em relação à demanda. O fornecimento de rações verdes, eficaz para o aumento da produção de leite é pouco considerado. Informaram que assim agem porque este procedimento se adapta bem a sua situação de pequenos produtores, que o "sistema dos outros (os grandes proprietários) só dá certo se feito em grande vulto", para usar a expressão de um deles.

A média diária de produção por vaca para o conjunto das unidades leiteiras pesquisadas é de 3,5 e de 1,5 litros, respectivamente para os períodos de maior e menor produtividade. Explicam esta baixa produção, por eles assim considerada pela ausência de mercado que justifique a aquisição de vacas de alto preço e porque "nem dá para correr o risco de perder um animal desses, que Deus me livre", como disse um leiteiro. O máximo que admitiriam pagar por uma vaca é Cr\$ 4.000,00, se ela produzir uns 10 litros diários.

Como meio de aumentar a produção "entram no leite dos terneiros", isto é, ordenham todo o leite pela manhã e os separam das mães por volta das 16 horas. A mortalidade de *terneiros* nas unidades leiteiras é de cerca de 40% mais elevada do que nas unidades de poupança e investimento. Morrem principalmente da "pes-

te do canecão", eufemismo que empregam para dizer que os animais se debilitam e morrem por falta de leite.

4.11.4 - Industrialização

Só foi registrado um caso de industrialização do leite, tanto para consumo doméstico como para comercialização. Trata-se da esposa de um bodegueiro que faz quitanda de queijo. Sua produção, cerca de 7 quilos semanais é totalmente adquirida por um residente da cidade. Os demais ao serem inquiridos porque não industrializavam ao menos o leite excedente responderam, conforme expressões suas, à base do "não compensa, dá uma trabalhadeira e não tem quem compre"; "nunca é muito certo o leite que sobra"; "mais antes deixar pro terneiro".

4.12 - UTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRACÇÃO BOVINA

A força de tração bovina é utilizada tanto em serviços das unidades a que pertencem como de outras.

4.12.1 - Em serviços das unidades a que pertence

Em serviços das unidades a que pertencem os bois são utilizados no preparo da terra para cultivo e limpeza de plantações e/ou no transporte de cargas e pessoas.

4.12.1.1 - Preparo de terra para cultivo e limpeza de plantações. No preparo da terra os bois são empregados na lavração e discagem e/ou gradação. Na limpeza de plantações para tracionar as capinadeiras ou cultivador.

Para o cultivo de pastagem a terra é preparada em abril/maio. Para a produção agrícola este preparo se dá em 3 oportunidades: a) Se a terra a ser preparada for *nova*, isto é, não cultivada há no mínimo 2 anos e, portanto, bem gramada, deve levar dois *ferros*, quer dizer, ser lavrada 2 vezes, sendo a primeira em junho/julho. b) Se a terra a ser preparada for *hortada*, isto é, sem ser cultivada no máximo há um ano e, portanto, com pouca grama, é lavrada só uma vez, em agosto/setembro, época em que também se dá o segundo ferro na terra *nova* e se faz a gradação e/ou discagem. Em se tratando de terra *nova* a discagem é julgada indispensável para o seu adequado preparo, "para apodrecer bem a grama". c) Preparo de terra para o cultivo de *milho do tarde*, sempre em terra *hortada*, é feito em novembro/dezembro. A limpeza de plantações ou *passar a capinadeira* se dá em torno do mês de maio após o plantio. Dependendo do desenvolvimento da lavoura o cultivador poderá ser passado mais uma vez. Seu uso não dispensa totalmente a capina

manual. O plantio ocorre tão logo a terra esteja preparada, desde que haja umidade considerada adequada. Caso contrário será realizada depois de chover.

O preparo de uma *quadra* leva 4-5 e 9-10 dias, conforme se trate de terra *hortada* ou terra *nova*, respectivamente. A capina-deira é passada, ainda por *quadra*, em 2 dias e só é empregada em plantações de milho e mandioca e agora, também, de fumo. A responsabilidade por estas tarefas cabe primeiramente aos chefes de unidade e, secundariamente, a um filho com idade não inferior a 17 anos. Das unidades que possuem bois, só as carreteiras de beira de estrada não os empregam em qualquer destas tarefas, por não cultivarem a terra.

Destas tarefas, só para passar a *capinadeira* há, em princípio, força de tração alternativa, representada pelo cavalo. Todavia seu emprego é esporádico. Preferem manter bois para tal trabalho por sua maior adequação, por possuírem mais força, obedecerem melhor ao comando do condutor, além de serem de fácil comercialização e porque "boi está sempre agarrando mais preço", conforme um entrevistado.

4.12.1.2 - Transporte de carga. Os bois são empregados para transportar cargas que se destinam tanto ao uso e consumo das unidades como à comercialização. O transporte das primeiras, praticado por todas as unidades que possuem bois, compreende cargas comuns a todas as unidades, como lenha para o consumo doméstico e mandioca para tratar o gado; cargas especializadas, em conformidade com as especificidades das categorias e subcategorias, como rações para as vacas em ordenha nas unidades leiteiras e cargas esporádicas em conformidade com as especificidades das uni-

dades, como porcas a fim de serem postas em cobertura em pontos afastados de suas respectivas unidades e bovinos impossibilitados de caminharem por debilitados ou qualquer outra razão, que são conduzidos para próximo da residência de seus responsáveis a fim de receberem cuidados intensivos.

Para essas tarefas as unidades admitiram não possuírem força de tração alternativa, em sentido absoluto, ou possuírem-na de modo insatisfatório. As unidades leiteiras indicaram que não podem usar o cavalo e a carrocinha do leite, pois antes de tudo eles devem atender à entrega do leite. Além disso a carrocinha tem limitada capacidade de carga, não pode andar em qualquer terreno como a carreta, nem pode levar cargas que venham a sujá-la. Assim sua utilização como alternativa para essas tarefas, limita-se praticamente em aproveitar suas viagens diárias à cidade para de lá trazer pequenas cargas. Nas unidades que possuem veículos automotores, o seu emprego regular em qualquer dessas tarefas se restringe praticamente a trazer cargas da cidade, nas oportunidades de idas a ela, em geral por outras razões. Isso é explicado à base do alto custo dos combustíveis e da inadequação destes veículos à maioria dessas tarefas. Ver no anexo 1 a presença de veículos automotores.

4.12.1.2.1 - Nas unidades carreteiras e carreteiras de beira de estrada. As unidades carreteiras e carreteiras de beira de estrada têm nos bois sua única força de tração e com ela transportam suas quitandas. Quitandeiam de porta em porta ovos, galinhas, mandioca, frutas cítricas, bananas, melancias, melões, abóboras, carvão e, fundamentalmente, lenha para o consumo doméstico. As atividades de quitandear são conduzidas pelos chefes de unidade, que, via de regra, se fazem acompanhar por algum filho com idade em torno de 12 anos, "para ir aprendendo", como disse-

ram muitos. No impedimento do chefe esta tarefa pode ser conduzida por algum filho com idade não inferior a 15 anos. Fundamentalmente são estas as características comuns no procedimento comercial das unidades que integram as duas subcategorias carreteiras.

As unidades carreteiras quitandeiavam produtos de produção própria e adquiridos para posterior revenda. As carreteiras de beira de estrada sã fazem revenda. As primeiras exploram o mercado da cidade, de Pantano Grande, povoado distante uns 35 Km da área e em plena expansão demográfica e econômica, no distrito de Capivarita²⁰, e de cidades vizinhas situadas num raio de até 50 Km.

Fora da sede municipal vendem principalmente melancias e, depois dela, o mercado mais procurado é o de Santa Cruz do Sul.

As viagens para a sede municipal são feitas em um dia. Para fora, ida e volta, em 4-8 dias. A maior ou menor duração da viagem é tanto em função da distância como do tempo de colocação das mercadorias.

Para viagens a locais que não à cidade de Rio Pardo, as *carretas* recebem toldas, feitas de capim santa fé, zinco e, recentemente e cada vez mais, de material plástico de embalagem de arduos. As toldas visam à proteção das cargas e dos condutores, os quais, quando chove ou faz frio dormem dentro dos veículos. As viagens para fora da sede municipal jamais serão feitas por *carretas* isoladas. Em geral formam comboios de 3 a 5 veículos. Isso

²⁰ O distrito de Capivarita é o mais próspero do município, sendo responsável pela maior parte de sua produção agro-pecuária. É caracteristicamente uma área de grandes propriedades. Nele, particularmente em Pantano Grande, se localizam importantes indústrias de calcáreo.

é explicado como sendo um procedimento de proteção e de companheirismo. Conforme entrevistados "nunca falta alguém pra fazer uma malvadeza", "qualquer problema a gente conta com o companheiro", "é bom ter um companheiro pra se conversar". Para fora do município consideram boa a viagem que rende acima de Cr\$ 300,00, o que, segundo calculam, ocorre em torno de 60% dos casos. Para a cidade Cr\$ 40,00 por viagem é considerado um bom resultado, o que só excepcionalmente deixa de ocorrer. Para fora da cidade fazem, por unidade, o máximo de 4 viagens por ano, e para ela, a média de 3-4 viagens por semana ao longo do ano.

Os carreteiros de beira de estrada exploram, como regra, o mercado da cidade, pois, conforme reconhecem, seus bois e *carretas* não têm condições de fazer viagens longas. Excepcionalmente vão até Pantano Grande. Sua média semanal de viagens ao longo do ano é a mesma da dos carreteiros. Consideram Cr\$ 30,00 por viagem um bom resultado, o que, como regra, ocorre.

Os dois tipos de carreteiros fazem suas quitandas na parte da manhã. Entram na cidade entre às 7-9 h e saem entre às 9-12h.

As unidades que se dedicam à venda de quitandas, particularmente as carreteiras de beira de estrada, estão se dedicando cada vez mais à comercialização de lenha para o consumo doméstico, destinada quase que exclusivamente ao mercado da cidade. Isso é explicado pela crescente concorrência que lhes fazem outros comerciantes em relação aos outros produtos. Na cidade esta concorrência é representada por estabelecimentos abastecidos com produtos iguais ou similares provenientes de outros municípios e mesmo de outros Estados e pelos leiteiros que até há uns 15 anos praticamente não vendiam quitandas juntamente com o leite como fazem agora, já que a distribuição era feita a cavalo. Nos mer-

cados de fora da cidade a concorrência é com pessoas que se utilizam de veículos motorizados para abastecê-los com melancias oriundas de diversos pontos, inclusive da área objeto da pesquisa.

Em relação ao "mercado externo" soma-se outro obstáculo ao desenvolvimento das atividades comerciais das unidades em referência: o asfaltamento de estradas para Santa Cruz do Sul e Pantano Grande, pois nelas é proibido o trânsito de veículos com aro metálico. O que ainda possibilita que explorem esses mercados é o fato do asfaltamento das estradas ter implicado na retificação de seus traçados. Assim os quitandeiros percorrem as estradas antigas, as quais, em muitos trechos são cortadas pelas novas. Os patrulheiros rodoviários se mostram cada vez mais firmes em impedir-lhes o trânsito. Conforme um entrevistado "cada vez fica mais arrochado caminhar na faixa".

Em função disso, como já indicado, os quitandeiros estão se concentrando cada vez mais na lenha para uso doméstico que não obstante o consumo de gás continua a ser largamente consumida na cidade.

A partir de sondagem feita na cidade com donas de casa pertencentes, por assim dizer, às chamadas classes alta, média e baixa parece que a persistência do fogão a lenha se explica por 3 razões básicas: a) Tradição cultural firmemente estabelecida. Julgam que certos pratos ficam mais saborosos se cozidos em fogão a lenha. Isso se aplica a todas as classes. Conforme uma informante "não tem como carne frita e feijão feito em panela de ferro e fogão a lenha". b) Fonte de aquecimento. No inverno o fogão a lenha é concebido também, como aquecedor ou lareira, especialmente nas classes inferiores. Conforme uma entrevistada "no inverno a gente pãra mais na cozinha, às vezes até a televisão vem pra cá". O *chimarrão*, de uso largamente difundido, é preferen-

temente tomado junto ao fogão de lenha, especialmente pela manhã e em todas as classes. c) Economia. Embora as despesas com lenha e gás sejam consideradas equivalentes, a primeira pode ser comprada na exata medida de sua necessidade imediata. Na expressão de um informante "pra comprar gás tem que juntar trinta e cinco cruzeiros e pra comprar lenha 1 ou 2 cruzeiros já chega". Ao que parece, mais de metade das residências de qualquer classe possui um fogão a gás e outro a lenha.

Como as unidades que quitandeiavam lenha não possuem matas ou, no caso de algumas unidades carreteiras, as possuem em quantidades mínimas, trabalham com lenha que adquirem de outros. Seus fornecedores são, pela ordem de importância, "fazendoleiros" e outros minifundiários da área e periferia. O preço de uma carga, uma *carreta* cheia, varia conforme a capacidade do veículo, mas seu preço relativo é bastante uniforme, em todos os fornecedores. Assim uma carga de Cr\$ 7,00 (a mais freqüente entre os carreteiros) depois de cortada em tamanho adequado para o fogão, ou *picada*, como dizem, dá 18-20 *talhas* (80 paus) e uma carga de Cr\$ 5,00 (a mais freqüente entre os carreteiros de beira de estrada), dá 12-14 talhas. Em julho de 1975, quando foram tomados estes preços, a talha de lenha era vendida na cidade por Cr\$ 1,50-2,00.

Um adulto pica 20 talhas em cerca de 4,30 h. Essa tarefa é executada por todos os elementos masculinos da unidade fisicamente aptos. Os meninos têm participação efetiva a partir dos 12 anos. A lenha é cortada em casa e preferentemente trazida do mato no retorno da cidade.

4.12.1.2.2 - Nas demais unidades. No transporte de cargas a tração bovina é utilizada pela maioria das demais unidades, principalmente na entrega de mandioca cuja venda já foi acertada, co-

brando o frete em separado. Este é cobrado por caixa (25 Kg) e varia em função da distância. Em 1974 oscilava entre Cr\$ 1,00 e 2,50, para distâncias de até 12 Km, já que para além dessa distância é transportada por veículos automotores e sob a responsabilidade dos adquirentes. Como regra, a entrega de mandioca para cada comprador é feita uma vez por semana, sendo freqüente a existência de freguesia certa, isto é, compradores que ao longo dos anos adquirem o produto de fornecedores fixos. Sempre que possível os vendedores procuram fazer a entrega, pois "é mais um ganho que se tem", conforme um deles.

Das unidades pesquisadas que possuem bois, as únicas que têm força de tração alternativa para realizar o transporte de mercadorias a serem comercializadas são a unidade de poupança e investimento que possui camioneta e as leiteiras que aproveitam as idas diárias da carrocinha do leite à cidade a fim de vender alguma quitanda, como já visto²¹. Em termos de aproveitar oportunidade cabe referir que os encostadores de barro e de lenha, a serem em breve considerados, aproveitam, se possível, a oportunidade da realização dessas tarefas para venderem melancias no local. Entendem eles que "fazer quitanda de porta em porta é coisa

²¹ A unidade de poupança e investimento que possui camioneta utiliza tração bovina na comercialização de seus produtos em caráter suplementar. A generalidade de suas entregas são feitas com a camioneta, especialmente melancias, vendida para municípios localizados num raio de até 80 Km, e sempre por atacado. A unidade que possui caminhão transporta suas cargas destinadas ao mercado neste veículo, ou mais freqüentemente "dá o frete" para algum vizinho que tenha carreta. A única unidade de poupança e investimento cuja principal fonte regular de renda é a quitanda transporta suas mercadorias num *tuque*, uma carroça uns 20% maior do que a carroça do leite e também com rodado pneumático, puxada por um cavalo. Suas quitandas são vendidas no Pantano Grande, de 2 a 3 vezes por semana.

pra carreteiro que vive disso", como declarou um deles. Admitem fazer isso só em último caso.

4.12.1.3 - Transporte de pessoas. Sendo a área servida por diversas linhas regulares de ônibus a utilização de força de tração bovina para o transporte de pessoas está se transformando em ocorrência esporádica.

4.12.2 - Em serviços que não os da unidade a que pertence. Nestes serviços os bois são utilizados mediante seu empréstimo e contrato de prestação de serviços envolvendo o fornecimento de força de tração bovina por parte dos contratados.

4.12.2.1 - Utilização por empréstimo. Os serviços executados sob esta forma serão considerados no item 4.14.1.1.

4.12.2.2 - Utilização por contrato. O mercado para prestação de serviço envolvendo o fornecimento de tração bovina por parte dos contratados, *trabalho ou serviço com boi*, como se diz na área, situa-se nela e especialmente fora dela, com atividades sazonais. Estes serviços, conforme linguagem da área, são: *encostar barro, tirar ou encostar lenha, lavração, encostar arroz e fazer açude*.

Com maior ou menor frequência esses serviços são prestados por unidades lavradoras, de poupança e investimento e leiteiras, sendo que a participação de unidades das duas últimas categorias é maior quando delas fazem parte filhos com idade superior a 18 anos. As unidades carreteiras e carreteiras de beira de estrada não prestam tais serviços por não terem condições e/ou não se interessarem, conforme reconhecem.

De modo quase invariável a prestação destes serviços obedece aos mesmos princípios gerais: são contratados verbalmente, realizados por empreitada, o ritmo e a duração da jornada de traba-

lho são determinados pelos executantes, os quais no geral estão cobertos por seguro contra acidentes do trabalho, a quantidade total de trabalho a ser executada fica em aberto podendo ele ser suspenso a qualquer momento e por qualquer das partes²².

Na visão geral dos contratantes destes serviços (excluídos os que contratam o preparo de terra para o cultivo de *planta do seco*, os que prestam os serviços, conforme expressões daqueles "são uns malandros", "não querem saber de serviço pesado", "são quem viver do pescoço do boi". Um deles declarou que: "do mesmo modo que se diz que fazendeiro é gigolô de vaca, se pode dizer que lavrador é gigolô de boi, pois nenhum dos dois faz força para viver"

A prestação desses serviços pode ser sumarizada como segue:

4.12.2.2.1 - Encostar barro. Consiste em transportar barro em *carreta tombeira* na olaria existente na área. Esta atividade se concentra entre fins de novembro e princípios de março. Em outubro de 1975 era remunerada à razão de Cr\$ 1,80 por viagem, situando-se em torno de 25 o número máximo de viagens diárias por *tombeira*, "isso se o camarada cutucar", conforme um encostador. De todos os trabalhos com boi este é o menos apreciado pelos que prestam tais serviços porque "judia da gente e dos bois", conforme a expressão de um deles. Os encostadores de barro reclamam do preço e das condições do trabalho que inclui a escavação a pã. Mes-

²² De modo regular estes princípios, e assim mesmo parcialmente, só não se aplicam a dois casos: a) *encostar arroz*, sendo contratado por dia tem a duração da jornada de trabalho pré-determinada e o seu ritmo controlado pelo contratante e; b) preparar a terra para o cultivo de *planta do seco* (a ser considerado dentro da lavração), em que a quantidade de trabalho a ser executada é fixada e o lavrador não está coberto por seguro contra acidentes do trabalho.

mo assim uma "pegada na olaria", como dizem, para aproveitar folgas de tempo e/ou equilibrar o orçamento está nas cogitações dos que têm condições para tal.

Das 14 *tombeiras* da área que encostaram barro em fevereiro de 1975, 9 eram de unidades lavradoras, 3 de unidades de poupança e investimento e 2 de unidades leiteiras.

Segundo o proprietário da olaria "no verão sempre tem lugar para mais uma carreta e nunca falta gente. Se aproveita a época mais seca para estocar barro". A olaria também opera com *tombeiras* próprias (5 em fevereiro) para "não ficar só na mão desse pessoal", conforme seu proprietário, embora reconheça que o trabalho contratado lhe é mais econômico.

4.12.2.2.2 - Tirar lenha. Consiste em transportar de *carreta* para fora do mato, lenha cortada por outros, a fim de ser empilhada em pontos de onde será carregada por caminhões. Esta atividade se desenvolve principalmente de outubro a março, quando há maior disponibilidade de mão de obra para o corte e seu consumo também é maior. Esta lenha se destina, sobretudo, à geração de calor para indústrias (padarias, fornos de cal, olarias) e de energia a vapor para a irrigação de lavouras de arroz.

Este serviço é prestado, via de regra, na área e no distrito de Capivarita. É contratado por m^3 transportado. Em outubro de 1975 o preço na área oscilava entre Cr\$ 2,00 e 2,50 e em Capivarita entre Cr\$ 3,00 e 3,50. A produção diária de um homem se situa ao redor dos $25m^3$. Neste serviço é usual a participação ativa de meninos a partir dos 12 anos de idade. A produção de um adulto e um menino não é inferior a $30 m^3$ diários. Outro procedimento usual neste tipo de trabalho é um ou mais filhos encostarem lenha enquanto o pai se dedica ao corte. Na área os maiores

contratantes deste serviço são um grande proprietário e a colaria que, em conjunto, possuem mais de 2.000.000 de pés de eucalipto e acácia em regime de corte quase permanente.

4.12.2.2.3 - Lavração. Este serviço consiste essencialmente na lavração de terras para o cultivo do arroz irrigado, já que a lavração para outras culturas ou *plantas do seco*, como se diz na área, é considerada irrelevante pelos lavradores em comparação com aquela.

A lavração para o cultivo de *plantas do seco*, como regra, destinadas primeiramente à subsistência é, na quase totalidade, realizada dentro dos limites da área e contratada por unidades minifundiárias. Juntamente com a lavração propriamente dita, também contratam os trabalhos complementares de preparo da terra realizados com tração bovina, isto é, gradear e/ou discar. Ainda que contratados por empreitadas estes serviços proporcionam uma renda diária em torno de Cr\$ 25,00 (setembro 1975), se todo o equipamento utilizado no serviço for fornecido pelo contratado. No caso do contratante fornecer algum equipamento o valor em referência diminui entre 10 e 20%

Ainda que, necessariamente, tais trabalhos sejam realizados nas mesmas épocas em que os contratados preparam as terras para suas próprias *plantações* não há dificuldades em contratá-lo. Sua solicitação é pequena e "a gente sempre dá um jeito de servir um conhecido", conforme um entrevistado.

A lavração para o cultivo de arroz é contratada fundamentalmente por médios e grandes *empresários* ou *lavoureiros* como se diz na área. Af consideram-se como média as lavouras com superfície entre 15 e 40 *quadras* e grandes as com superfícies superiores a 40 ha. Por ocasião da pesquisa a maior *empresa* da área tinha 70

quadras.

Este serviço é realizado em junho/julho, e empreitado por *quadra*. Em 1975 os preços por *quadra* se situaram entre Cr\$ 110,00 /140,00 e Cr\$ 160,00/180,00, respectivamente, na área e fora dela. Uma *quadra* é lavrada entre 3,5 e 4,5 dias. Os preços de referência para esse serviço são estabelecidos de modo quase formal pelos lavoureiros, os quais, com esse fim, mantêm inclusive encontros na Cooperativa Agrícola de Rio Pardo Ltda.

Quando o preço é julgado insatisfatório ou há informações de que outros plantadores estão pagando mais, os lavradores lavram menos, pressionam para ganhar mais ou mesmo deixam o serviço. Em 1973 mais ou menos a metade dos lavradores abandonou o serviço na maior lavoura da área porque o proprietário se negou a subir o preço anteriormente ajustado. Todavia, em especial na área, o poder de pressão dos lavradores é limitado pois, segundo um deles, "tem muito morto de fome que se sujeita a trabalhar por *micharia*".

Não obstante o alto índice de mecanização da lavoura de arroz no Estado e no município e este se situar em sua principal zona orizícola como já visto, a lavração com força de tração bovina persiste no município e em áreas vizinhas, mesmo nas lavouras mais mecanizadas. Isso é explicado por várias razões, todas eminentemente econômicas. As terras não receberam os necessários cuidados de nivelamento e drenagem de modo a possibilitar a plena mecanização da lavoura. Em vista disso, na época da primeira lavração (via de regra os médios e grandes plantadores fazem 2 lavrações), junho/julho, as terras destinadas ao cultivo do arroz estão muito úmidas ou mesmo alagadas e nessas condições a lavração com trator se torna muito difícil ou mesmo impossível, si-

tuação agravada ainda pela presença de taipas que dificultam suas manobras. Nestas condições a lavração tem que ser realizada com bois. Entendem os *empresários* que lhes é mais conveniente fazer uma primeira lavração a boi do que realizar vultuosos investimentos em serviços de drenagem e nivelamento. A realização de 2 lavrações reduz à metade o uso de adubos pela mais completa decomposição dos elementos vegetais da terra lavrada. Conforme expressão de um plantador "uma primeira lavração com boi equivale a uma adubação mais barata". A primeira lavração torna mais fácil e econômica a segunda e o preparo final da terra, com gradeação e discagem, que se realiza em setembro/outubro e fundamentalmente a trator, já que nesta época as terras estão suficientemente enxutas para permitir seu pleno uso.

A contratação deste serviço é acertada direta e predominantemente por arroteiros e lavradores ou através de agentes dos primeiros. No primeiro caso os lavradores mais freqüentemente procuram os contratantes. No segundo caso os agentes procuram os lavradores. Como regra os lavradores procuram arroteiros da área e periferia ou que residam na sede municipal, e são procurados ou mandados procurar por aqueles que aí não residem e plantam em locais afastados. Estes contatos ocorrem predominantemente em maio.

Os plantadores mandam procurar lavradores por meio de agentes profissionais, de algum empregado seu ou de lavradores já contratados. Na maioria dos casos esses lavradores já lavraram para os contratantes que lhes solicitam fazer isso, mediante uma pequena compensação. Conforme um deles "a gente faz isto na *camaradagem* e no fim do serviço se ganha mais uma quadra". Os lavradores/agentes não têm qualquer responsabilidade em relação ao desempenho dos lavradores que conseguem, embora haja a preocupação de "arrumar gente boa, que se sabe vai fazer tudo certo pra

não se sujar com o dono da lavração", como disse um lavrador.

Como regra amigos e parentes formam verdadeiras equipes de lavradores, e estes preferem, particularmente os integrantes de unidades lavradoras, trabalhar ao longo do tempo nas mesmas lavouras. Segundo entrevistados "é melhor trabalhar com gente conhecida", "o patrão agarra confiança na gente e a gente agarra confiança nele", "a gente e os bois se acostumam no lugar certo". Os contratantes também preferem lavradores conhecidos, pois "o lavrador conhecido já foi testado, conhece o sistema da lavoura", "com lavrador conhecido a chance de fazerem mal o serviço é menor, mas mesmo assim não podem ficar à vontade. Aí só fazem uma riscalhada e não lavram nada", conforme disseram. Os lavradores são fiscalizados pelos contratantes ou, mais freqüentemente, por seus capatazes.

Como já indicado o serviço de lavração é prestado na área e fora dela, neste caso, particularmente no distrito de Capivarita. A distância mais longa atingida pelos lavradores *a passo de boi* se situa em torno de 50 Km, não obstante eles preferirem não trabalhar em locais situados a mais de um dia de viagem por este meio, ou seja cerca de 35 Km. Deslocando-se em caminhão atingiram distância de até 80 Km, já fora do município, o que, no entanto, não é comum. Embora recente e pouco relevante no momento, esta forma de deslocamento deverá se expandir, **ao que tudo indica**, se persistir este tipo de lavração com bois²³.

²³ O primeiro caso de deslocamento de lavradores por caminhão foi detectado em 1972. Tratava-se de um grupo de 5 lavradores contratados para trabalharem no município de São Jerônimo, numa lavoura distante cerca de 75 Km da área. Foram transportados por este meio 5 arados, 10 bois, madioca para tratá-los por

Quando se deslocam a *passo de boi* vão de *carreta*, na qual transportam o arado, mandioca para os bois e pertences pessoais. Sendo o deslocamento para fora da área formam caravanas, para tornar a viagem mais agradável e por segurança, especialmente no retorno. Conforme um deles "seguido escapa gente da cadeia em Porto Alegre e esses bichos vêm causando dano. Quando se vêm do serviço sempre se traz um dinheirinho bom".

Se o local do trabalho se situa até cerca de 6 Km de suas casas os lavradores, como regra, voltam para dormir. Se situado além dessa distância vêm à casa nos fins de semana para "buscar mandioca e fazer um pão", conforme expressão empregada por 3 deles.

Quando lavrando em distâncias de até 20 Km preferem vir à casa com a *carreta* para retornarem com ela carregada de mandioca. Se trabalhando em locais situados além dessa distância preferem retornar à casa de ônibus ou de carona, se cotizando para contratarem um caminhão ou camioneta para buscar mandioca em suas lavouras, retornando ao local de trabalho nestes mesmos veículos. Se possível também adquirem mandioca aí, o que, todavia, ocorre com pouca freqüência pela falta de oferta e/ou por seu alto custo. Nos casos em que retornam às suas casas em fins de semana de-

uma semana, os lavradores e seus respectivos equipamentos pessoais. As razões alegadas para o emprego deste tipo de deslocamento foram duas: a distância e a restrição ao trânsito de veículo com rodados de aros metálicos em rodovias asfaltadas.

Este transporte, ao que tudo indica, até o momento só foi realizado pelo chefe da unidade de poupança e investimento pesquisada que possui caminhão. Informou ele que em 1973 e 1974 transportou, respectivamente, 10 e 12 lavradores e equipagem para Capivarita e que para 1975 já tinha entrado em conversações para realizar este tipo de transporte. O frete tem sido pago pelos contratantes.

Os lavradores manifestam-se favoráveis ao deslocamento por caminhão pois, "não se judia dos bois e ainda se ganha um dia", conforme expressão de um deles.

xando os bois nos locais de trabalho é estabelecido um sistema de rodízio entre os lavradores: um ou dois deles permanecem no local para tratar dos animais, pois, conforme um entrevistado "boi que lavra no inverno não pode ficar sem trato". Caso a renovação dos suprimentos de mandioca se torne difícil e/ou muito onerosa abandonam o serviço.

Uma das razões que levam os *lavouneiros* a contratarem a lavração nesta forma em vez de fazê-la com bois próprios é exatamente o fornecimento de mandioca aos animais. Esta situação foi colocada por um deles nos seguintes termos: "nós plantamos arroz e não mandioca e comprar mandioca não paga a pena. Boi de campo (não tratado) não tem força, trabalha sempre se mijando, não aguenta o serviço. O boi do lavrador é como um atleta perto de um não atleta". As razões são o empate de capital em animais e terra e problemas de pessoal²⁴.

Além de chefes de unidades e filhos com idade não inferior a 17 anos, eventualmente outras pessoas atuam como lavradores na condição de empregados ou associados de chefes de unidades. Explicitando: chefes de unidades, particularmente os que recebem bois para domar, dispondo de mais de uma junta ou não tendo condições ou interesse em participar diretamente de lavrações, fornecem bois e arados para outras pessoas lavrarem mediante uma diária à base do salário mínimo regional, acrescida de, no máximo, uns 20% ou mediante a divisão em partes iguais da renda obtida

²⁴Os *lavouneiros* mantêm umas poucas juntas, bois de casa como dizem, para fazer serviços complementares, entre eles a lavração de pequenos trechos, "nesgas de terra difíceis de medir", conforme expressão de um deles ou que não convém lavrar com tração.

com a lavração.

Nos locais de trabalho os lavradores ficam em galpões e, idealmente, se fazem acompanhar de algum filho com idade entre 12-14 anos, "para ir aprendendo, esquentar uma água para o chimarrão e tratar dos bois", conforme um entrevistado.

4.12.2.2.4 - Encostar arroz. Este serviço consiste em recolher arroz cortado por outros e transportá-lo em *carretas* para a trilhadeira a fim de ser trilhado e, também, com menor frequência, transportar o arroz já trilhado para pontos onde será recolhido por caminhões. Este trabalho se desenvolve de março a maio e é contratado por dia. Em 1975 os preços oscilaram em torno de Cr\$ 25,00-30,00 e Cr\$ 30,00-35,00, respectivamente na área e fora dela. As mesmas considerações feitas com relação aos lavradores e bois que fazem a lavração para o plantio de arroz se aplicam ao presente caso. Mesmo não sendo período de inverno os bois devem ser tratados com mandioca, uma vez que se desgastam muito por trabalharem em terrenos em geral muito úmidos e mesmo alagados, em razão do que fazem muito esforço e dormem molhados e surtos de barro e também por terem pouco tempo para pastar, já que trabalham de 8 a 10 horas por dia.

Em função do crescente emprego de colheitadeiras auto-motrizas e de trator para o recolhimento do arroz trilhado, a utilização de bois no processo de colheita entrou em fase de declínio. Conforme um *lavouneiro* "aos poucos a gente vai se despegando do boi. É só esgotar bem os quadros, que as colheitadeiras e tratores fazem todo o serviço". Mesmo plantadores que não possuem colheitadeira auto-motriz podem dela se utilizar mediante a contratação do serviço.

4.12.2.2.5 - Fazer açudes. De todos os serviços com boi a-

qui considerados este é o mais especializado e o mais afetado pela mecanização, estando em fase de desaparecimento. Consiste em escavar terra, transportá-la em *carreta tombeira*, depositá-la no local onde será erguida a taipa e "cruzar por cima dela pra cá e pra lá com *tombeira* pra socar bem a terra", conforme um construtor de açude. Este trabalho é realizado de novembro a maio e é contratado por viagem. Como nos últimos 3 anos nenhum dos entrevistados realizou este serviço, não tiveram condições de informar sobre preços, mas indicaram que só aceitariam realizá-lo por diária não inferior a Cr\$ 25,00 e Cr\$ 35,00, respectivamente, na área e fora dela.

Este serviço é contratado, de modo quase exclusivo, por médios e pequenos plantadores de arroz, e, eventualmente, por minifundiários, destinando-se os açudes, respectivamente, à irrigação e ao abastecimento do gado.

4.13 - COMERCIALIZAÇÃO E PERMUTA

4.13.1 - Comercialização

Comercializar seus animais é a expectativa final dos proprietários em relação a qualquer deles. A não concretização desta expectativa é pouco freqüente e decorre, com quase exclusividade, da morte dos animais. As outras ocorrências que impedem a concretização desta expectativa são sua perda definitiva por extravio ou roubo, seu abate para consumo próprio e sua doação para fora do âmbito da unidade doméstica do doador. Todas estas ocorrências são pouco freqüentes e mesmo excepcionais.

Comercializam seus animais para abate, cria, invernar, tração e eventualmente para produção de leite, com vistas à obtenção de dinheiro e/ou para substituí-los por terem alguma deficiência.

A comercialização obedece a regras bem definidas conforme os animais comercializados e/ou as finalidades para e pelas quais são transacionados.

Com vistas à obtenção de dinheiro comercializam, preferentemente, animais menos produtivos, "com menos futuro", dispensáveis ou, pela ordem, boizinhos não domados, fêmeas velhas, animais de má qualidade ou com algum defeito. Na ausência desses ou de mercado para eles, sendo premente a necessidade de dinheiro, comercializam qualquer animal para o qual haja mercado. Nesta hipótese os bois mansos serão os últimos animais de que lançam mão, o que chegando a ocorrer, tem caráter de excepcionalidade, exceto para aqueles que integram as duas subcategorias carreteiras. Todavia, antes de lançarem mão de animais que pretendem

conservar, recorrem a empréstimos de amigos e parentes. Na expressão de um informante, "por questão de umas poucas semanas ninguém vende um bicho bom".

O preço dos animais é genericamente estabelecido em função de seu rendimento em carne, real ou estimado. O rendimento real é aferido através da pesagem das carcaças e o estimado, pela observação dos animais vivos. No primeiro caso se diz venda ou compra *a peso* e no segundo *a olho*. Exceto para animais comercializados para abate imediato na área e cujo rendimento é efetivamente aferido ou estimado, para todos os demais aplica-se só o segundo critério. Não há na área nem nas imediações balanças para a pesagem do gado em pé.

A utilização de um ou outro critério para avaliar o rendimento dos animais comercializados para abate imediato na área depende de acordos entre vendedor e comprador, sendo que a venda ou compra *a olho* é preferida e às vezes imposta por aquele que se julga em condições de sub ou superestimar o rendimento a seu favor. Por suspeitarem da balança dos marchantes (a pesagem é sempre nelas realizada) muitos relutam e mesmo se negam a fazer vendas *a peso*, ainda que para marchantes legalmente estabelecidos, já que as vendas para os marchantes clandestinos são quase que exclusivamente *a olho*. A experiência geral faz com que o rendimento estimado e o real se aproximem e mesmo coincidam amiudadamente. No caso de ocorrer maiores discrepâncias não assiste qualquer direito à parte prejudicada. Neste caso "o nego tem que agüentar firme, pra não ficar mais chato pra ele", disse um marchante legalizado.

Mesmo animais comercializados para finalidade que não o abate têm seu preço estipulado a partir do respectivo rendimento

potencial estimado. Nestes casos o preço estabelecido é o valor do rendimento estimado ou este acrescido de, no máximo, uns 30%. Ou em outras palavras, o valor "das qualidades" de qualquer animal não excedem de uns 30% o valor de seu rendimento em carne.

O preço do gado na área acompanha, em linhas gerais, a cotação do gado para abate no Estado. As variações são antes para mais do que para menos. Quando do início dos trabalhos de campo o kg era cotado a Cr\$ 6,00 e no seu término a Cr\$ 8,00. Assim em outubro de 1975 o preço para fêmeas e machos com no mínimo 5 anos de idade e situados no limite inferior do que consideram "boa qualidade" era, respectivamente, de Cr\$ 1.200,00 e Cr\$ 1.600,00. As transações são caracteristicamente realizadas a vista.

Por princípio, os animais deficientes são afastados, sendo o dinheiro apurado com sua comercialização aplicado, parcial ou totalmente, na aquisição de outros, se não estiver comprometido para outras finalidades. No caso de substituição é usual que a venda de um só se concretize estando acertada a compra de outro. Em se tratando de boi manso é excepcional o caso de ser comercializado sem já haver ou estar previsto substituto.

A disponibilidade de gado para comercialização com vistas à obtenção de dinheiro é básica para, certamente, a totalidade dos minifundiários. É a sua principal e com freqüência única fonte para enfrentar custeio de lavoura, frustração de safra, desequilíbrios no orçamento doméstico, gastos maiores com serviço médico, conserto e aquisição de equipamentos agrícola, aquisição de terra. Isto é tanto mais relevante porque corrobora informações de um fiscal do Banco do Brasil que atuou muitos anos na área. Segundo ele as unidades minifundiárias quase só se interessam por

financiamento para aquisição de equipamento agrícola, vacas leiteiras e bois mansos. A generalidade tem receio de fazer financiamento, especialmente para custeio de lavoura e manutenção familiar, por temer dificuldades para liquidá-lo. Na expressão de um poupante-investidor, para o qual "ficar engatado no banco é boca braba", certamente se encontra o sentimento geral a respeito do assunto. Muitos desdenham do financiamento para manutenção familiar, alardeando auto-suficiência. Um lavrador disse que "graças a Deus não preciso do banco para comer"²⁵.

Cabe ressaltar que o gado se constitui no principal instrumento e credencial para a obtenção de crédito. Uma vez que a concessão de crédito se dá mediante garantia real ou de suposição de capacidade para saldá-lo e que os minifundiários basicamente satisfazem essas condições com gado, é patente sua relevância para tal. Em termos de garantia real o gado não só se constitui quase que na única garantia que oferecem, por preferência ou impossibilidade de oferecerem outras, como também tal garantia invariavelmente é aceita. No que diz respeito à suposição de capacidade para saldar empréstimos, quem possui gado é considerado como tendo condições para tanto.

Exceto por um poupante-investidor, cuja principal fonte re-

²⁵ Das unidades pesquisadas fizeram financiamentos bancários: 7 unidades leiteiras, 5 de poupança e investimento e 1 lavradora. Esses financiamentos foram para: aquisição de vacas leiteiras (6 unidades leiteiras e 1 de poupança e investimento); implantação de cultura do fumo (4 leiteiras e 1 de poupança e investimento); aquisição de bois (1 de poupança e investimento); aquisição de implementos agrícolas (2 de poupança e investimento e 2 leiteiras); custeio de lavoura (3 de poupança e investimento, 1 leiteira e 1 lavradora); reforma de estábulo (1 leiteira); aquisição de um caminhão (1 de poupança e investimento). Destas unidades 4 fizeram 3 financiamentos; 4 fizeram 2 e 5 fizeram 1.

gular de renda é sua bodega, todos os chefes das demais unidades pesquisadas ressaltaram o papel do gado como reserva financeira. Quase que invariavelmente ao serem inquiridos a respeito do assunto referiam situações por eles enfrentadas e cuja única ou melhor solução foi encontrada na venda de gado. Um lavrador depois de discorrer a respeito das vantagens do gado declarou, "pode contar no seu livro que o gado é o bordão do pobre".

A comercialização de gado destinado às finalidades já indicadas pode ser sumarizada na maneira seguinte:

4.13.1.1-Para abate. Deste setor do mercado de gado participam, como ofertantes regulares, ainda que com freqüência variada, as unidades de poupança e investimento, leiteiras e lavradoras, sendo estas com participação fundamentalmente cíclica. Explicitando, a cada 8 - 10 anos, período de vida útil de uma junta de bois, estas unidades oferecem uma junta para abate, a fim de substituí-la. Este ciclo só é quebrado na eventualidade da posse de outros tipos de bovinos e por alguma ocorrência que as levam a comercializar bois antes de transcorrido o período de sua vida útil. Estas ocorrências são fundamentalmente, acidentes ou doenças que afetam a capacidade de trabalho de um ou ambos os componentes da junta e o desenvolvimento de comportamento negativo, também por um ou ambos, bem como a morte de um deles.

No caso destas ocorrências o animal diretamente afetado será, em princípio, comercializado para abate, a menos que sua deficiência venha a ser ocultada, o que além de por vezes não poder ser feito, não é, via de regra, tentado, pois segundo dois entrevistados "não convém o camarada se sujar" e "certos bichos só matando mesmo, dá raiva na gente o boi que dá em roceiro e artilador de aspa". O sentimento de hostilidade em relação a qual-

quer bovino que venha a revelar características negativas de comportamento é generalizado. O companheiro do animal que deve ser afastado e o sobrevivente também são, via de regra, comercializados para abate pela quase inexistência de outra faixa do mercado para ele. Por princípio, quando uma junta é desfeita, por qualquer razão, mais do que refazê-la, formam uma nova, o que, ocorrendo, implica, necessariamente, na comercialização do boi desparceirado para não ficar ocioso ou, mais freqüentemente, para possibilitar a aquisição dos *tambeiros* que formarão a nova junta.

O princípio da formação de nova junta mais do que a reconstituição da que foi desfeita, é explicado à base de que seria difícil encontrar um parceiro "já feito", com as mesmas características, pois "uma junta de boi é que nem irmão, um tem que conhecer o outro", conforme um informante, e também devido a seu preço. O que seria classificado como um "bom boi" custa o equivalente a uma "boa junta de *tambeiros*" (algo em torno de Cr\$ 2.400,00).

A recomposição de juntas por parte destas unidades, ainda que pouco freqüente, também ocorre. Isso se dá quando não há tempo de preparar uma nova junta e no caso de condições favoráveis para a aquisição de um novo parceiro.

Estas informações a respeito dos bois das unidades lavradoras são válidas para os bois das unidades leiteiras e de poupança e investimento.

A comercialização de boi desparceirado para abate por parte de unidades de poupança e investimento, leiteiras e lavradoras de corre do fato de que o princípio que leva à formação de nova junta, segundo percebem os informantes, vigora não só na área, mas

também nas redondezas. Assim não há, como regra, outra faixa de mercado para ele.

A participação das unidades carreteiras como ofertantes de gado para abate é esporádica e se dá através dos animais que se tornam deficientes, já que para elas não vigora o princípio da comercialização do boi desparceirado, nem seus bois atingem o limite de vida útil, pois são vendidos antes e preferentemente para tração, como se verá.

As unidades carreteiras de beira de estrada não ofertam gado para abate, antes de mais nada porque seus bois não chegam a adquirir as condições mínimas de peso para tanto.

A aquisição de gado para abate por parte das unidades minifundiárias tem caráter episódico. Isso foi explicado à base de não necessitarem fazê-lo por possuírem animais próprios e as que não os possuem, por falta de recursos.

A comercialização do gado para abate, não havendo urgência, é realizada preferentemente antes da entrada (junho) e na saída (setembro/outubro) do inverno. A comercialização no primeiro período visa a aproveitar o bom estado geral adquirido pelos animais com a abundância de pastagens no período e a aliviar a lotação dos campos e suplementação alimentar no inverno. O preparo de animais destinados à comercialização neste período consiste em colocá-los em boas pastagens uns 3-4 meses antes de serem comercializados e também, no caso de vacas, em desmamar-lhes as crias no máximo até março e providenciar para que venha a ficar prenhas. Ambos os procedimentos visam a facilitar-lhes o engorde. Eventualmente pode haver alguma suplementação alimentar à base de mandioca. A comercialização no segundo período visa a tirar proveito da quase obrigatória suplementação alimentar de inverno e

da cotação mais elevada do gado nesta época, em decorrência da geral escassez de animais em boas condições de abate.

Não obstante o já referido fechamento em 1972, dos matadouros que operavam na área, os quais absorviam, pode-se dizer, a totalidade do gado comercializado para abate pelas unidades minifundiárias aí localizadas, este continua a ser primordialmente adquirido por marchantes nela instalados. Com efeito, em decorrência daquele episódio se instalaram na área 6 marchantes clandestinos, voltados primeiramente para o mercado da cidade e 2 legalizados para o abastecimento da população local, os quais também abastecem a cidade. Efetivamente, por trabalharem só com carne fresca e serem os preços da carne na área inferiores, em torno de 25%, aos da cidade, consumidores nela residentes realizam consideráveis aquisições nestes açougues.

Os clandestinos, embora eventualmente apanhados pela fiscalização tributária, operam de modo bastante regular. Um deles, vizinho do autor quando da realização dos trabalhos de campo, e o que atua com maior regularidade, começou em 1973 abatendo 1 cabeça por semana e em abril de 1975 já abatia de 2 a 3 cabeças por semana. Informou que não encontra maiores dificuldades em levar a carne para a cidade pois, "encho o fuca e me arranco na certeza de não ter fiscal na ponte e, se tiver também não é mistério; pago a multa e continuo matando pra tirar o dinheiro dela". É opinião corrente na área de que "esta turma (os marchantes clandestinos) não tem problemas porque "soltam o objeto misterioso", (suborno) conforme expressou um informante. Não obstante essa opinião também circular na cidade o autor não apurou nada de positivo a respeito. Os clandestinos abastecem açougues, restaurantes e com menor freqüência particulares.

Dos 6 marchantes que tiveram seus estabelecimentos fechados, 5 mostram-se dispostos a reabri-los, se isso for permitido. A-guardam com interesse o resultado da tramitação no Congresso Na-cional de um projeto, de deputado do Rio Grande do Sul, possibi-litando a reabertura dos chamados pequenos matadouros.

O fechamento dos matadouros acrescentou um novo elemento ao mercado para gado de abate: o corretor de gado. Com efeito, a me-dida da qual resultou o fechamento daqueles matadouros, atingin-do do mesmo modo perto de 700 outros na mesma situação em todo o Estado, centralizou o abate em grandes estabelecimentos. Em fun-ção disto 2 agentes de um frigorífico instalado fora do municí-pio de Rio Pardo percorrem a área à procura de gado para abate. Na expressão de um informante, de julho a setembro estes correto-res "vão quase de porta em porta".

Estes por seu lado, informaram que procuram adquirir gado em áreas de minifúndio porque os grandes criadores do município sendo, em geral, associados à Cooperativa Pastoril de Rio Pardo Ltda., preferem comercializar seu gado através dela.

Os minifundiários reconhecem que para eles, no que diz res-peito ao mercado para o gado, o efeito maior do fechamento dos matadouros foi o de reduzir-lhes a antes ampla possibilidade de barganha e mesmo de imposição de preço, já que os matadouros não podiam deixar de abastecer os açougues da cidade, com os quais tinham compromisso, e lhes reduzir também, a facilidade de co-mercializar gado para abate. Na expressão do proprietário de um destes matadouros "até 72 o pessoal da vizinhança vendia um ani-mal em menos de meia hora e no inverno botavam o preço". Por oca-sião de seu fechamento, estes matadouros, em conjunto, abatiam cerca de 60 animais por semana. Ainda que, obviamente, a maior

parte de seus suprimentos de gado proviesse de fora da área, davam preferência a animais daí, pelo problema de distância.

No que diz respeito ao abastecimento da população local, o fechamento dos matadouros refletiu-se especialmente nas camadas pobre e mais pobre. Havia, até então, ampla oferta de partes pouco valorizadas, como cabeça, patas, pescoço, buchada. Na cidade a carne encareceu mais ou menos uns 20%.

4.13.1.2 - Para invernar. Deste setor do mercado de gado participam só as unidades leiteiras e de poupança e investimento. Como ofertantes sua participação é regular, ainda que com variada freqüência; como adquirentes sua participação é eventual.

O período regular de comercialização deste tipo de gado vai de outubro a maio, e, sem exclusão de outras finalidades, sua oferta por parte dos minifundiários, visa, com freqüência, à obtenção de recursos para o custeio e/ou a compensação de eventuais fracassos de lavouras. Os compradores (invernadores) preferem fazer aquisições na primeira metade do período a fim de poder revender os animais antes do inverno.

Ideal e preferentemente os minifundiários oferecem para esta finalidade boizinhos não domados e animais velhos, estes em menor número, já que preferem eles mesmos inverná-los. Na expressão de um entrevistado, "antes de dar ganho pra outro a gente mesmo engorda o animal e ganha uns trocados". Para isso dão preferência aos animais com mais peso. É excepcional venderem bois mansos para invernar.

Comercializam este tipo de gado particularmente com não minifundiários, da área e fora dela, neste caso, via de regra através de corretores de gado residentes na área. Estes, em geral mi-

nifundiários, sendo dois deles chefes de unidades pesquisadas, se dedicam a esta atividade de modo esporádico e têm nela uma fonte suplementar de renda. Agenciam gado para proprietários maiores de fora da área mediante uma recompensa por cabeça assim comercializada.

A aquisição deste tipo de gado por parte dos minifundiários tem caráter eventual e se dá em decorrência de situações particulares, como preço, abundância de mandioca e/ou excepcional folga de campo.

4.13.1.3 - Para cria. A este setor do mercado de gado se aplicam as mesmas considerações feitas para o tipo anterior, com algumas ressalvas. Assim, a participação das referidas unidades minifundiárias como adquirentes tem caráter regular e não eventual. Adquirem este tipo de gado para substituir animais afastados por deficientes e, também, como forma de poupança e investimento; e comercializam gado de cria em situação de emergência e/ou na falta de outro tipo de gado e em qualquer época.

Deve ser destacado que depois da terra, o gado, especialmente o de cria, se constitui no investimento favorito dos minifundiários. É percebido como investimento seguro e rendoso. Expressões como "gado é ficha quente"; "gado só vai pra frente"; "gado dá bom resultado" são comuns. Para ilustrar a vantagem de criá-lo um carreteiro contou o caso de um estrangeiro recém chegado ao Brasil e que antes de se decidir a qual ramo de atividades ia se dedicar, resolveu fazer uma sondagem para descobrir quais os melhores negócios possíveis de fazer aqui. Obteve como resposta que "o melhor negócio é criar gado em campo bom; o segundo é criargado em campo mais ou menos; o terceiro é criar gado em campo ruim". É ilustrativo o caso de um poupante-investidor (e também

bodegueiro), que em 1972 ganhou Cr\$ 12.000,00 na loteria. Como não encontrou terra para adquirir comprou 12 cabeças de gado de cria, depositando o restante do dinheiro na Caixa Econômica Federal. Não adquiriu mais gado por falta de pastagem.

4.13.1.4 - Para tração. Este é o único setor do mercado de gado do qual participam unidades de todas as categorias e subcategorias, como ofertantes e/ou adquirentes.

Como adquirentes a participação de unidades leiteiras, de poupança e investimento e lavradoras é caracteristicamente cíclica pois, por princípio, mantendo seus bois por todo o período de vida útil (8-10 anos), só adquirem gado de tração com a finalidade de substituí-los. Este ciclo, como regra, só é quebrado pelas ocorrências que determinam a dissolução de juntas e no caso excepcional destas unidades comercializarem bois (junta) antes do transcurso de sua vida útil.

Estas unidades adquirem *tambeiros*, boizinhos mansos e eventualmente, bois desparceirados. Preferentemente fazem aquisições na área e sua periferia. Como regra os *tambeiros* são adquiridos a unidades minifundiárias e não minifundiárias; os boizinhos são adquiridos a unidades que integram as duas subcategorias carreteiras e os bois são adquiridos a unidades carreteiras.

As aquisições para a formação de novas juntas ocorrem preferentemente de setembro a maio sendo isso explicado, fundamentalmente, pelas mesmas razões que explicam o período regular de doma. Cabe acrescentar que os boizinhos devem ser "ajeitados pelo gosto do dono" conforme expressão de um informante e que os animais adquiridos no término do período serão tratados no inverno para serem ajeitados ou domados a partir de setembro. As

aquisições para recomposição de juntas se dão em qualquer época, sendo isso explicado pelas razões que levam a esta recomposição.

As unidades carreteiras e carreteiras de beira de estrada fazem aquisições a intervalos que dificilmente ultrapassam os dois anos para as primeiras e um ano para as segundas, período máximo que, como regra, ficam sem vender boi. As primeiras adquirem *tambeiros*, tourinhos e boizinhos e as segundas, além destes e, com menor freqüência, *terneiros*. Suas aquisições, em geral, são feitas a minifundiários da área e sua periferia, sendo que as unidades carreteiras adquirem boizinhos de outras unidades carreteiras e, principalmente, das carreteiras de beira de estrada. Estas também os adquirem dentro da subcategoria. Cerca de 20% das aquisições das unidades destas subcategorias visam à recomposição de juntas. Suas aquisições embora concentradas de setembro a maio, ocorrem com regular freqüência, fora deste período.

A oferta de gado para tração por parte das unidades lavradoras é episódica já que procuram conservar seus bois durante todo o período de sua vida útil pois, conforme entrevistados, "olavrador faz boi pra ele trabalhar e não pra andar vendendo que nem carreteiro", "boi bom é de se conservar até a hora de ir pra o açougue". Assim, como regra, só vendem uma junta em boas condições para o trabalho "se der uma olada (boa oportunidade) muito da especial" ou "no caso de última precisão". Nestes casos seus bois são adquiridos por fazendeiros e mais ainda por plantadores de arroz, ambos, em geral, de fora da área.

Uma vez que as unidades leiteiras e de poupança e investimento vêem seus bois por este mesmo tipo de ótica, suas ofertas de gado para tração se resume a *tambeiros*, tourinhos e *terneiros*, sendo que as ofertas por parte das unidades leiteiras são menos

relevantes. Isso se explica pela geral preocupação destas unidades em vender machos com idade em torno de um ano a fim de poderem manter maior número de vacas pela disponibilidade de pastagem e pela elevada mortalidade e pouco desenvolvimento de seus *terneiros* devido à *peste do canecão*.

As unidades carreteiras de beira de estrada são ofertantes regulares de gado para tração já que, como regra, as primeiras não passam mais de dois anos e as segundas mais de um ano sem comercializarem total ou parcialmente suas juntas para tal fim. Esta situação é explicada por se constituir a comercialização destes animais, basicamente, na única alternativa destas unidades para equilibrar o orçamento regular e fazer frente a despesas extraordinárias. Conforme entrevistados "na entalada o jeito é negociar os bois", "quando a coisa fica osca o recurso é vender boi", "no aperto o recurso da gente tã no boi".

Assim a comercialização de seus bois a períodos curtos, é prática institucionalizada e ocorre conforme se manifestem as necessidades. Uma vez que estas unidades não podem ficar sem bois, já que sua principal fonte regular de renda provém da comercialização de produtos realizada com seu concurso, à medida que vendem uns adquirem outros para substituí-los. A possibilidade de equilibrarem seus orçamentos regulares e enfrentarem despesas extraordinárias reside exatamente nesse processo de substituição, pois, os substitutos são sempre animais de menor preço. A diferença de preço entre os animais vendidos e os adquiridos para substituí-los decorre da diferença dos respectivos rendimentos potenciais em carne e/ou do fato dos segundos não serem domados. Esta diferença se situa entre 30 e 40% o que, em termos de dinheiro (janeiro de 1975), significa importâncias em torno de Cr\$ 500,00 e Cr\$ 300,00 para 1 animal e o dobro para 1 junta, res-

pectivamente para as unidades carreteiras e para as carreteiras de beira de estrada.

Embora preferindo vender seus bois em juntas não hesitam em vender um só dos seus componentes se necessário for, pois, conforme entrevistados "a precisão da gente que é pobre não dá pra esperar" e "não tem mistério desmanchar uma junta". Contudo calculam que 80% de seus bois são vendidos em juntas.

Afora os já mencionados adquirentes, os bois dessas unidades também são adquiridos por minifundiários de outras áreas do município, especialmente de Rincão del Rei, distante cerca de 17Km da área da pesquisa, a meio caminho entre as cidades de Rio Pardo e Santa Cruz do Sul. Este distrito é de colonização alemã, não possui tradição pecuária e tem no fumo a sua principal cultura para o mercado.

4.13.1.5 - Para produção leiteira. De todos os setores do mercado de gado do qual participam os minifundiários aqui considerados, é neste que eles têm participação mais restrita, quer como ofertantes, quer como adquirentes. Como ofertantes sua participação é mínima, tanto pela modéstia da produtividade de suas vacas como porque considerável parcela das unidades de poupança e investimento também produz leite para o mercado, como já visto. Assim os interessados em adquirir gado visando diretamente à produção de leite fazem, como regra, modestas aquisições fora da área. Suas aquisições deste tipo de gado se concentram no período de maio a agosto, quando a produção de leite é menor pela escassez de pastagens e/ou por estarem a generalidade das vacas no fim do período de lactação.

4.13.2 - Permuta

Além da comercialização propriamente dita os minifundiários

realizam permutas com seus animais. Permutam bovinos com bovinos ou por outros animais como porcos, galinhas, cavalos e objetos, envolvendo ou não retorno em dinheiro. Permutam pelo interesse direto no que é objeto da permuta e/ou como meio de obterem vantagens. Exemplo disso foi a permuta realizada por um entrevistado que tendo reservado uma vaca para comercializar a fim de obter dinheiro para custeio de lavoura e não tendo ela adquirido boas condições de peso para abate, permutou-a por um *tambeiro*, recebendo Cr\$ 150,00 de volta. Comercializando o *tambeiro* para abate apurou Cr\$ 800,00, aproximadamente o mesmo que apuraria se vendesse a vaca para abate nas condições do momento.

4.14 - EMPRÉSTIMOS E DOAÇÕES

Empréstimos e doações de gado são práticas regulares na área e podem ser sumarizadas como segue:

4.14.1 - Empréstimos

São objeto de empréstimos bois mansos, touros e vacas leiteiras.

4.14.1.1 - De bois. O empréstimo de bois se dá entre vizinhos e parentes e exceto em casos de empréstimo de pais para filho, em que os animais podem permanecer em poder dos tomadores por períodos prolongados, como regra os que tomam bois por empréstimo o fazem eventualmente, para atividades específicas, com duração raramente superior a 2 ou 3 dias.

O caráter particular dos empréstimos de pais para filhos encontra explicação no código moral da área que determina que os pais devem ajudar os filhos. Em função disso aqueles para quem a aquisição de bois próprios se constitui em algo mais oneroso, postergam tal aquisição enquanto podem contar com animais emprestados pelos pais.

A explicação para o padrão geral do empréstimo de bois é dupla: a) Pelo código moral da área não é recomendável a recorrência amiudada a empréstimos. Em decorrência disso aqueles que utilizam bois com regularidade devem possuir animais próprios ou obtê-los em troca de sua doma, como já visto. b) Só possuem bois aqueles que deles se utilizam com regularidade e na exata medida de suas necessidades. Assim emprestá-los com frequência e/ou por períodos prolongados viria em prejuízo de seus proprietários, o que não é tolerável. A expressão de um informante, segundo o qual

"quem quer boi pra todo o dia que arrume boi seu", expressa a opinião geral a respeito do assunto.

Em razão disso aqueles que dispõem de bois (cedidos pelos pais, próprios ou obtidos em troca da doma) pagam por essa força de tração, dela não se utilizam ou o fazem esporadicamente. Por isso, e como regra, mais do que aqueles que permanentemente não dispõem de bois, recorrem a seu empréstimo aqueles que estão com falta eventual, que deles não dispõem em quantidade suficiente ou com condições para realizarem determinadas tarefas.

Por ser um bem muito valioso e útil para os minifundiários, conforme expressões de dois deles "boi a gente só empresta e pede pra camarada" (muito amigo), "só se empresta boi pra quem cuida bem dele". Como regra, os minifundiários tomam e cedem bois por empréstimo entre si; já que suas relações mais íntimas se situam aí.

Os empréstimos de bois não envolvem qualquer recompensa específica ou em prazo determinado, já que se dão de acordo com os princípios da reciprocidade generalizada. Uma forma de retribuição por parte daqueles que não possuem bois para reciprocarem é dar preferência ao trabalho do cedente. Uma mulher disse que seu marido só emprestava bois para um vizinho pobre porque este retribuía trabalhando para ele a Cr\$ 12.00 por dia, enquanto para outros trabalhava a Cr\$ 15,00.

4.14.1.2 - De touros. Uma vez que, como já visto, a presença de touros na composição do gado dos minifundiários é esporádica, com freqüência eles se utilizam de touros obtidos por empréstimos. Como se dá com o empréstimo de bois, o de touros também ocorre entre vizinhos e parentes. Os reprodutores são emprestados tanto para permanecerem períodos tão longos como um ano nos

campos dos tomadores, como especificamente para realizarem a cobertura de uma vaca em cio. O primeiro caso ocorre, como regra, quando se trata de tomadores com mais de 4 fêmeas em condições de cobertura próxima e de cedentes com touro ocioso. Durante o período do empréstimo todos os cuidados com os animais emprestados cabem aos tomadores, os quais estão antecipadamente isentos de quaisquer responsabilidades em caso de morte ou de acidentes com os animais mantidos por empréstimos. O interesse mais geral dos cedentes é desobrigar-se da suplementação alimentar de inverno dos animais cedidos. Estes empréstimos não têm duração fixada e podem cessar a qualquer momento, por iniciativa de qualquer das partes. O segundo caso ocorre, via de regra, com proprietários de até 3 fêmeas em condições de cobertura imediata. Ainda que haja possibilidade de conseguirem um touro por tempo indeterminado, os proprietários preferem levar as fêmeas em cio a um touro ou trazê-lo a elas, a fim de não comprometerem suas pastagens e se eximirem da suplementação alimentar de inverno para o reprodutor. Em tal situação, como regra, os animais deslocados não permanecem mais do que um dia fora dos campos de seus respectivos proprietários.

Os minifundiários se utilizam primeiramente de reprodutores cedidos por outros minifundiários. E, em menor escala, de touros emprestados por "fazendoleiros". Os fazendeiros se negam a emprestar touros ou o fazem de má vontade. Segundo um deles "se a gente começa a dar cria pra esse pessoal não tem mais touro que chegue"; "eu compro touro bom é pra botar nas minhas vacas e não pra cobrir vaca de todo o mundo".

A recompensa pelo empréstimo de touros obedece aos mesmos princípios da recompensa pelo empréstimo de bois.

4.14.1.3 - De vacas leiteiras. Empréstimo destes animais é pouco freqüente. Com quase exclusividade, são cedidas de pai a filhos. Excepcionalmente, pode haver cedência entre irmãos. Como regra estes empréstimos ocorrem por ocasião do casamento dos filhos ou quando estes têm crianças pequenas. Com freqüência o empréstimo de vacas visa a garantir leite para netos pequenos dos cedentes.

Pode receber vacas por empréstimo não só quem não as possui, como quem não as tem em fase de lactação. São objeto de empréstimo só animais em produção. Assim quando uma vaca deixa de produzir, sendo possível e necessário, é substituída por outra. O leite produzido por vacas emprestadas se destina quase exclusivamente ao consumo doméstico.

As considerações a respeito de responsabilidade sobre touros tomados por empréstimo se aplicam em relação às vacas nesta situação.

4.14.2 - Doações

Como regra são objeto de doações *terneiros e terneiras*, sendo as doações feitas por padrinhos/madrinhas para afilhados de ambos os sexos e por pais para filhos. Presenteiam com animais não adultos por lhes ser menos oneroso. Conforme um informante "é difícil pra quem tem pouco dar bicho feito".

As doações de padrinhos/madrinhas para afilhados (as), quando ocorrem, se dão com quase exclusividade, nos casos em que os afilhados (as) são netos (as) ou sobrinhos (as) de seus padrinhos/madrinhas e estes são poupante-investidores ou leiteiros. Na área é largamente aceito que o melhor presente que os padrinhos podem oferecer a seus afilhados é um *terneiro* (a). Conforme um informante "o padrinho que quer cooperar com o afilhado dá um bi-

chinho pra ele". Como geralmente padrinho/madrinha é casal, o presente é dos dois. Assim, como regra, os afilhados são presenteados com um animal. Eventualmente, em casos de padrinhos/avós bem situados economicamente ou "folgados", como dizem, os afilhados podem receber um bovino de cada um deles.

Os animais presenteados são entregues na época do batismo ou tão logo haja um animal disponível para isso.

Ao que parece e assim também é percebido na área, a prática de padrinhos doarem gado a afilhados está em declínio²⁶. Provavelmente tal fato se deve à diminuição dos rebanhos individuais em decorrência do processo de fracionamento da terra.

As doações de pais para filhos (as) são mais frequentes do que as de padrinhos para afilhados (as), e visam a dois objetivos. O primeiro é construir um patrimônio para os filhos e despertar seu interesse pelo gado. Conforme expressão de um informante "a gente dá algum bichinho pra os filhos pra um recurso deles e pra influenciar eles no gado". O segundo é tirar proveito da sorte dos filhos para o gado.

Tendo em vista o primeiro objetivo, cada filho, enquanto residindo com os pais, pode receber até 5-6 animais, dependendo das possibilidades dos pais e da iniciativa dos filhos em pedir animais para si. Conforme expressão de um informante "quem pede mais ganha mais". Comumente as crianças pedem animais recém nascidos ou por nascer. As doações com vistas ao primeiro objetivo têm lu-

²⁶ Dos 45 chefes ou esposas afilhados (as) de avós/tios levantados nas unidades pesquisadas, 15 foram presenteados (as) com gado por seus padrinhos. Dos 73 de seus filhos, afilhados de avós/tios, 19 foram presenteados (as) da mesma maneira.

gar quando os filhos são crianças e, com menor freqüência quando adultos, particularmente quando estão por casar.

Ainda que por razões óbvias, essas doações sejam mais freqüentes nas unidades leiteiras e de poupança e investimento, por serem caracteristicamente nominais também ocorrem em unidades de tração e são vistas por muitos como destituídas de sentido prático.

Tendo em vista o segundo objetivo, menos freqüente que o primeiro, os filhos que são considerados como tendo "sorte para o gado" são mais presenteados por seus pais.

Ainda que os filhos sejam desigualmente aquinhoados por estas doações, os desfavorecidos não manifestam maiores contrariedades com o fato. Certamente que isso é explicado pelo caráter acentuadamente nominal desta posse. Todavia, se os pais não lançam mão dos animais pertencentes aos filhos antes que estes se tornem adultos, os mais presenteados poderão ser efetivamente beneficiados. De fato, à medida que os filhos vão se tornando adultos, sua posse sobre o gado vai se tornando efetiva.

5 - CONCLUSÕES

5.1 - GERAIS

Antes de serem apresentadas as conclusões que especificamente dizem respeito aos objetivos deste trabalho, cabem algumas considerações de ordem mais abrangente. Com elas se pretende mostrar que muito do que ocorre no universo aqui considerado encontra similitude em outros universos de pequenos produtores rurais cuja produção é voltada primeiramente para a subsistência. Assim, tem-se que a população considerada no presente estudo:

a) Constitui-se em camada intermediária entre fazendeiros e trabalhadores sem terra.

Queiroz (1973, ps. 10-11), citando outros autores, diz que o pequeno agricultor, o caipira, se enquadra na camada média da população rural brasileira. Andrade (1963, p. 152) diz que no Agreste "... os pequenos proprietários formam, inegavelmente, uma classe média rural que tem nível de vida bem inferior ao dos grandes e médios proprietários, mas uma situação econômica e social bem superior à dos trabalhadores sem terra".

b) A fim de complementar sua produção de bens e serviços, estabelecem relevantes contatos entre si e, mais ainda, fora da área, inclusive em zonas bem afastadas.

Wolf (op. cit., p. 50 e ss.) mostra, em várias regiões, es-

ses contatos dentro e fora da aldeia. Queiroz (op. cit., ps. 12-14 e 34-36), mostra a mobilidade espacial do sitiante em várias regiões de São Paulo.

c) Desempenha outras atividades para complementar a renda obtida com a exploração da terra.

Peluso Jr. (1970, p. 12) diz que em Santa Catarina, em torno das cidades, o minifúndio se caracteriza pelas atividades fora da propriedade a fim de complementar a renda insuficiente da terra..." Andrade (op. cit.), diz que no Agreste os pequenos proprietários têm "... geralmente, um ofício de pedreiro, marceneiro, carpinteiro, mecânico, etc., que lhes garante uma renda certa" (p. 152) e que o "sitiante complementa seu orçamento trabalhando de alugado (grifo de Andrade), ... , para grandes e médios proprietários vizinhos, ou emigram no estio para a área açucareira a fim de trabalharem nas usinas em moagem ..." (p.153).

d) Se constitui em reserva de mão de obra para grandes empreendimentos agro-pecuários.

Moreira Neto (op. cit. p. 21) diz que nos campos do Pau d'Arco, no Pará, as fazendas têm reserva de mão de obra para vaquejadas e outras atividades periódicas na população que vive principalmente da pequena agricultura nas matas ciliares e da criação de animais domésticos". Furtado (1967, ps. 129-130) diz que no processo de transição do trabalho escravo para o assalariado, no Brasil, o agricultor de subsistência se constituía em reserva de mão de obra dos grandes proprietários rurais. A última citação de Andrade também serve para ilustrar esta situação.

e) Abastece a cidade a preços mais baixos do que os grandes produtores.

Porque o arroz produzido pelo camponês paraense-maranhense chega ao Rio por baixo preço e por isso é consumido pela classe de menor poder aquisitivo, Velho (1972, p. 125) escreve que "poderíamos dizer, então, que teríamos os pobres do campo produzindo para os pobres da cidade; ..."

Criticando plano da administração federal que, visando a melhoria do abastecimento das cidades em gêneros alimentícios, pretenderia reduzir a participação camponesa, diz ainda Velho (In Visão, 1974, p. 62): "O camponês só considera trabalho o trabalho na terra. O comércio é visto por ele como prolongamento natural da atividade agrícola. Assim como não contabiliza o desgaste da força de trabalho familiar, para a fixação do seu preço, também não contabiliza a atividade comercial, com exceção dos gastos em transporte". Na mesma página diz Sigaud que "uma vez entregue o comércio às tradig companies, ... , é de se esperar que a comercialização seja computada no preço do produto. Logicamente, os preços não serão, em nenhuma hipótese, inferiores aos oferecidos pelo camponês".

f) Devido à concorrência de produtores e fornecedores tecnicamente mais avançados está perdendo, cada vez mais, relevância no abastecimento da cidade.

Diz Wolf (op. cit. p. 27) que a industrialização representa uma ameaça para o camponês "por exigências de excedentes ou pela competição, que podem torná-lo economicamente inútil". Queiroz (op. cit. 34/35) com base em estudos de Fukui, mostra que os sítiantes dos sertões de Itapecirica e Juquitiba, nas proximidades de S. Paulo, perderam, com o desenvolvimento da industrialização, as condições de contribuir para o seu abastecimento.

g) Pratica a policultura visando ao melhor aproveitamento

da terra e a garantir uma relativa auto-suficiência alimentar.

Albershein (1962, p. 71) diz que no vale do Itajaí em Santa Catarina, "o regime da policultura surgiu como uma decorrência da pequena propriedade: em primeiro lugar, pela própria necessidade do colono produzir tudo o que consumia, em virtude da falta de mercados próximos e, em segundo lugar, pela impossibilidade de sobrevivência no regime de monocultura, numa propriedade pequena e com o sistema de agricultura extensiva, adotado pelos colonos..." Andrade (op. cit. 153) diz que no Agreste "... o pequeno proprietário, preocupa-se com auto-abastecimento, procurando nas exíguas áreas de que dispõe plantar algumas 'covas de roça' - macaxeira (aipim) e mandioca - um pouco de milho, sempre associado ao feijão e à fava e criar alguns animais."

h) Ocupa áreas de menor fertilidade relativa.

Antônio Cândido (1964, p. 81), confirmando Prado Jr. por ele citado, diz que a pequena propriedade tende a se localizar em áreas menos férteis. Muller (op. cit. p. 27) apresenta o esgotamento de terras pelo cultivo do café como um dos fatores para o surgimento do pequeno produtor em São Paulo, a partir dos fins do século passado.

i) Tem reduzida participação em associações de produtores.

Solari (1968, p. 90) afirma que na América Latina "nas classes baixas rurais encontramos uma escassa ou nula organização, sendo praticamente inexistentes as associações agrícolas constituídas para a defesa dos interesses dessas classes". Referindo-se ao cooperativismo para os pequenos agricultores, Velho (in Visão, p. 65) diz que "até hoje, o cooperativismo no Brasil tem sido, em geral, ritualmente utilizado como recurso para manter a

boa consciência.

Obviamente que a explicação para tais similitudes se encontra nas peculiaridades estruturais do universo do pequeno produtor rural que produz primeiramente para a sua subsistência.

5.2 - ESPECÍFICAS

Aqui se pretende ressaltar as razões pelas quais o gado se constitui em estratégia econômica para os minifundiários considerados neste estudo. Pelo que foi visto conclui-se que isto ocorre porque:

a) O gado não exigindo maiores atenções, permite às unidades domésticas dedicarem a maior parte de seu tempo a outras atividades para a obtenção da subsistência.

De fato, não só a generalidade dos cuidados dispensados ao gado podem ser acomodados de modo a não interferirem com outras atividades, como o mais exigente destes cuidados, a suplementação alimentar, é suavizado por caber, em princípio, a todos os integrantes de cada unidade doméstica e por se concentrar no período em que as atividades agrícolas estão praticamente suspensas.

b) É de manutenção barata e os gastos com ele são compensadores.

Excluída a suplementação alimentar e pagamento de pastagem por cabeça, os gastos regulares com cada animal não ultrapassam a Cr\$ 10,00 anuais. Estes gastos referem-se a cuidados com a saúde, particularmente vacinação contra a febre aftosa, combate a carrapatos e tratamento de bicheiras. Os eventuais casos de maiores gastos com a saúde dos bovinos são, via de regra, compensados, porque se restringem a animais com razoáveis probabilidades de recuperação.

Para o baixo custo de sua manutenção também concorre o fato de investimentos em cercas e currais serem reduzidos e mesmo dispensáveis. Tal se dá porque todos os animais, sendo mansos e não roceiros, não forçam cercas e currais; os bovinos mantidos em pastagens à beira de estradas se acostumam a permanecer soltos próximos às residências de seus proprietários; e é possível a utilização de currais de outros, mediante empréstimo.

A suplementação alimentar além de barata é compensadora. Barata pela grande produtividade da mandioca e por ser basicamente cultivada com mão de obra doméstica. Isso é relevante porque, como já visto, os bovinos convertem em carne somente 1/20 do alimento que consomem. Compensadora para minimizar os riscos de morte dos animais e só ser fornecida a animais produtivos ou destinados à comercialização para abate próximo. O pagamento de pastagem por cabeça também é compensador porque igualmente só pagam pastagem para animais produtivos ou destinados à comercialização para abate próximo.

Pelos valores médios a manutenção de uma vaca (como de qualquer bovino adulto) para a qual é paga pastagem por cabeça, custa cerca de Cr\$ 70,00 por ano dos quais Cr\$ 60,00 correspondem à pastagem e Cr\$ 10,00 a cuidados com saúde. No caso de ser tratada no inverno o custo da pastagem diminui Cr\$ 15,00-20,00, já que no período em que é tratada não há, como regra, despesa com pastagem, pois o animal é levado "para casa" do proprietário. Essas despesas são compensadas basicamente pelas crias que valem de Cr\$ 300,00 a Cr\$ 500,00 com um ano de idade. No caso de outros animais a despesa é compensada pelo seu aumento de peso.

c) Os riscos de perda são reduzidos.

Os casos de roubo ou extravio definitivo são ocorrências ex-

cepcionais e os casos de morte são reduzidos pelos cuidados com a saúde dos animais e pela sistemática comercialização dos animais débeis ou que estão envelhecendo. Os riscos de perda por inutilização de animais para finalidades que não o abate são igualmente reduzidos porque, seu custo de aquisição não excede o valor de seu rendimento potencial em carne acrescido de no máximo 30% desse valor e, em princípio, todo o animal é comercializável para abate ou invernare por preço correspondente a seu peso.

d) O preço do gado é defendido por detentores do poder econômico e político.

Como é sabido, a quase totalidade da produção destinada ao mercado por minifundiários (incluídos os aqui considerados), tem seu preço controlado e aviltado por aqueles que lhe manipulam o mercado. Todavia, uma vez que, como é notório, no país como um todo e no Estado em particular, o criatório se constitui em objetivo econômico relevante e mesmo principal para setores da população econômica e politicamente poderosos, que defendem o preço do gado, os minifundiários aqui considerados são diretamente beneficiados. Isso ganha especial relevância, porque como diz Wolf (op. cit. p. 68) "... a posição camponesa (no mercado aberto) é determinada não somente por... relativa falta de flexibilidade em ajustar sua produção às mudanças de preços, mas também pelas relações cambiantes que os preços de seu produto conseguem em relação aos também oscilantes preços dos demais produtos. Essa regra funciona dentro de sua órbita regional imediata e, de forma mais importante, num mercado mais amplo que em outras regiões e áreas mundiais lidam com produtos específicos do camponês. Essas relações de preço mudarão com o tempo, causando freqüentemente uma lacuna entre o preço do produto agrícola que o camponês vende e os outros produtos e serviços que ele precisa adquirir. Esse 'desen-

contro de preços' afeta intimamente a posição econômica do campeonato". Contudo os pequenos produtores aqui considerados ao comercializarem seu gado escapam à endêmica exploração a que, sem excluir outras, estão sujeitos os pequenos produtores rurais ao colocarem sua produção no mercado. Vão nas águas dos poderosos. Desse modo, ainda que se vejam forçados a vender gado, não se vêem compelidos a vendê-lo por qualquer preço.

Quanto aos preços se formarem extrinsecamente ao sistema econômico parece, ao menos para os não dogmáticos, suficientemente demonstrado por Dobb (1973).

e) Há amplo mercado para o gado.

Uma vez que na área o gado é objeto de constante comércio e os minifundiários transacionam seus bovinos para diversos fins, não há falta de mercado para sua colocação.

f) Constitui-se em segura e rendosa forma de poupança e investimento.

Porque os riscos de perda com gado são reduzidos, por ser ele facilmente manipulável de modo a só manterem animais produtivos, por ser de manutenção barata e pouco exigente e porque seu preço tende a compensar a desvalorização da moeda, o gado se constitui em segura e rendosa forma de poupança e investimento. Esta faceta do gado é tanto mais relevante porque se constitui, na prática, na única oportunidade de poupança e investimento com estas características aberta à generalidade dos minifundiários.

g) Se constitui no principal instrumento e credencial para obtenção de crédito.

Em termos de garantia real o gado não só se constitui quase

que na única garantia que oferecem, por preferência ou por impossibilidade de oferecerem outras, como também, tal garantia é invariavelmente aceita. No que diz respeito à suposição de capacidade para saldar empréstimos, quem possui gado é considerado pelos financiadores como tendo condições para tanto.

h) A disponibilidade de força de tração bovina se constitui em instrumento para assegurar maiores oportunidades de trabalho e remuneração.

Isto se dá por duas razões. Porque os que dela dispõem podem ter maior participação no mercado de quitandas. E porque as oportunidades de trabalho com o fornecimento de força de tração bovina por parte do trabalhador são, no mínimo, tão freqüentes como as outras oportunidades de trabalho abertas aos residentes na área e seu padrão de remuneração é superior ao delas. Assim os que possuem bois desfrutam de melhores condições para participarem do mercado de trabalho.

i) Há razoável mercado para o leite.

A existência de um mercado acessível para o leite torna possível para muitos terem na venda do produto sua principal fonte regular de renda e a outros uma fonte de renda complementar.

j) Se constitui em importante instrumento para o trabalho por conta própria.

Uma vez que o gado é básico para a montagem de negócios, para a exploração e aquisição de terras e outros bens de produção, para a comercialização e/ou produção de quitandas, entre elas o leite, que tornam possível a obtenção da subsistência com a dispensa total ou parcial do trabalho assalariado e que os serviços com bois caracteristicamente se constituem em prestação de serviço, é pa-

tente a relevância do gado para o trabalho por conta própria. Isso é particularmente significativo porque os minifundiários, em regra, vêm com desagrado a condição de assalariado permanente.

l) Se constitui em relevante fator de segurança econômica-social.

Uma vez que, como regra, as despesas maiores, previstas ou não e os desequilíbrios do orçamento doméstico ordinário são satisfeitos e compensados com recursos provenientes da comercialização de gado e/ou de créditos com ele garantidos, o gado se constitui no mais relevante fator de segurança econômica e social. Isso é particularmente relevante porque a população aqui considerada conta, fundamentalmente, com seus próprios recursos para fazer frente a tais situações.

m) Se constitui em instrumento necessário para a compra de terra.

Sendo a terra um bem de alto custo, e mais do que qualquer outra, a posse mais desejada pelos minifundiários e sendo o gado a sua principal, senão única reserva econômica, invariavelmente lançam mão dele para cobrir, no mínimo, uma parcela significativa de seu custo. O papel do gado como instrumento para compra de terra é tanto mais relevante, porque a maioria das propriedades, ainda que parcialmente, são adquiridas por compra.

Depois de apontadas tantas razões para mostrar que a posse de gado pelos pequenos produtores rurais considerados neste trabalho se constitui em estratégia econômica, cabe uma reflexão a respeito da racionalidade da opção pelo gado. Realmente se trata de uma opção entre outras alternativas e não de escolha aleatória casualmente bem sucedida. É uma opção que visa e possibilita uma

vantajosa combinação de suas potencialidades com as do meio global que os envolve. Vejamos:

Uma vez que as unidades de produção e consumo de que trata este trabalho, como se dá em todo o universo de pequenos produtores rurais, só parcialmente produzem os bens e serviços de que se utilizam, necessitam adquirir de outros aquilo que não produzem. O principal meio de que dispõem para consegui-lo é o dinheiro, que por sua vez, em muito larga escala, provém direta ou indiretamente do gado. Cabe ressaltar também que muito do que produzem é feito com a participação do gado. Claro está que a relevância deste como fonte de dinheiro varia no tempo e, mais ainda, com as especificidades de cada unidade e da categoria ou subcategoria que integra.

As outras alternativas, em princípio, abertas à maioria desta população para a obtenção de dinheiro, oferecem possibilidades limitadas. Basicamente tais alternativas são agricultura, comércio, trabalho assalariado e criação de pequenos animais. Consideremos cada uma delas, no contexto local.

Agricultura. Tal atividade está sujeita a grandes riscos sem possibilidade de controle por parte dos agricultores. Estes também não dispõem de mão de obra e capital suficiente para ampliá-la.

Comércio. (venda) A pequena população da área, seu modesto poder aquisitivo, sua relativa auto-suficiência e a proximidade da cidade lhe reduzem as possibilidades.

Trabalho assalariado. As oportunidades de emprego na área e sua periferia são limitadas. O padrão salarial é baixo.

Criação de pequenos animais (aves, suínos, ovinos, caprinos).

A criação destes animais envolve consideráveis riscos, enfrenta falta de mercado e, em relação ao gado, é de manutenção mais dispendiosa, especialmente os dois primeiros.

É claro que não se pretende dizer que sô com o gado obteriam resultados equivalentes. O que se quer dizer é que sua posse e utilização se constitui em estratégia econômica para os minifundiários porque, como já foi dito, possibilita uma vantajosa combinação de suas potencialidades com as do meio global que os envolve. Também não se pretende negar racionalidade às suas outras práticas econômicas, pois "todo o processo de produção constitui, . . . , uma seqüência ordenada de operações cuja natureza e encadeamento se fundam nas condições às quais se submetem para obter o produto final esperado. Essas operações se desenrolam, portanto, na base de um modo natural e de realidade sociais dadas que constituem as restrições às quais está submetido o sistema tecnológico de produção, restrições que 'limitam' e determinam as 'possibilidades' do sistema, sua eficácia" (Godelier, s/d, p. 329).

BIBLIOGRAFIA

1. ALBERSHEIN, Úrsula
1962 - Uma Comunidade Teuto-brasileira. Rio de Janeiro, CBPE, MEC.
2. ANDRADE, Manoel Correia de
1963 - A Terra e o Homem no Nordeste. São Paulo, Brasiliense.
3. BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO
1969 - Estudo Econômico da Bovinocultura Gaúcha. I parte. Porto Alegre.
4. CÂNDIDO, Antônio.
1964 - Os Parceiros do Rio Bonito. Rio de Janeiro, José Olympio.
5. CÉSAR, Guilhermino
1970 - História do Rio Grande do Sul: Período Colonial. Porto Alegre, Globo.
6. COSTA E SILVA, Riograndino da
1968 - Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo.
7. DESHLER, W.W.
1965 - Native Cattle Keeping in Eastern Africa, In: LEEDS, Anthony & VAYDA, Andrew P. Man, Culture, and Animals. Washington, American Association for the Advancement of Science.
8. DOBB, Maurice
1973 - Theories of Value and Distribution since Adam Smith. Cambridge, Cambridge University Press.
9. DOWS, James F. & EKVALL, Robert B.
1965 - Animals and Social Types in the Exploitation of the Tibetan Plateau, In: LEEDS, Anthony & VAYDA, Andrew P. Man,

Culture, and Animals. Washington, American Association for the Advancement of Science.

10. EVANS-PRITCHARD, E.E.
1967 - The Nuer. Oxford, Oxford at Calderon Press.
11. FURTADO, Celso
1967 - Formação Econômica do Brasil. 7a, ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
12. GODELIER, Maurice
s.d. - Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Rio, Tempo Brasileiro.
13. GOLDSCHMIDT, Walter
1968 - Theory and Strategy in the Study of Cultural Adaptability. In: COHEN, Yehudi A. Man in Adaptation the Cultural Present. Chicago, Aldine Publishing Company.
14. HARRIS, Marvin
1966 - The Cultural Ecology of India's Sacred Cattle. In: Current Anthropology. Vol. 7. Nº 1. February.
15. IBGE
1959 - Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XXXIV
1971 - Censo Demográfico - Rio Grande do Sul. VIII Recenseamento Geral - 1970.
1973a- Produção da Pecuária Municipal (mim.)
1973b- Levantamento da Produção Agrícola (mim.)
16. IBRA
1967 - Cadernos do IBRA, Série II. Módulo, Rio de Janeiro.
17. LAYTANO, Dante de
1948a - A Cidade e o Comércio. Porto Alegre, Livraria Continente. Separata de Anais da Faculdade Católica de Filosofia
1948b - Açorianos e Alemães. Porto Alegre, Globo. Separata dos Anais do Congresso de História e Geografia comemorativo do primeiro centenário de elevação de S. Leopoldo à vila.
18. LEACH, E. R.
1965 - Political Systems of Highland Burma. Boston, Beacon Press.
19. LINS, Wilson
1960 - O Médio São Francisco; Uma Sociedade de Pastores e Guerreiros. 2a. ed. Salvador, Livraria Editora Progresso.

20. MAQUET, J.J.
1959 - El Reino de Ruanda. In: FORDE, Daryll Mundos Africanos. México, Fondo de Cultura Económica.
21. MOREIRA NETO, Carlos A.
1960 - A Cultura Pastoril do Pau d'Arco. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, INPA, CNPq, nº 10, março.
- 22- MORENO, José A.
1961 - Clima do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Secretaria da Agricultura.
23. MULLER, Nice Lecoq
1951 - Sítios e Sitiantes do Estado de São Paulo. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
24. NEVES, Gervásio R.
1970 - Tipologia em Função de Estrutura de Polarização da Rede Urbana. In: Política de Desenvolvimento Urbano. Porto Alegre, SUDESUL, SERPHAU, UFRGS.
25. ORTIZ, Sutti
1970 - The Structure of Decision-making among Indians of Colombia. In: FIRTH, Raymond Themes in Economic Anthropology. London, Tavistock. Publications.
26. PELUSO JR., Victor Antônio
1970 - Latifúndios e Minifúndios no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, UFSC.
27. PRADO JR., Caio
1966 - A Revolução Brasileira. 2a. ed. São Paulo, Editora Brasiliense.
28. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de
1973 - O Campesinato Brasileiro. Petrópolis, Vozes & EUSP.
29. SAHLINS, Marshall D.
1965 - On the Sociology of Primitive Exchange. In: BANTON, Michael. The Relevance of Models for Social Anthropology. London, Tavistock Publications.
30. SCHNEIDER, Harold K.
1962 - Pakot Resistance to Change, In: BASCOM, William R. & HERSKOVITS, Melville Continuity and Change in Africa Cultures. Chicago, The University of Chicago.

31. SOLARI, Aldo
1968 - Sociologia Rural Latinoamericana. Buenos Aires, Paidós.
32. STRICKON, Arnold
1965 - The Euro-American Ranching Complex, In: LEEDS, Anthony & VAYDA, Andrew P. Man, Culture, and Animals. Washington, American Association for the Advancement of Science.
33. VELHO, Otávio Guilherme
1972 - Frentes de Expansão e Estrutura Agrária. Rio, Zahar Editores.
34. VISÃO
10 de junho de 1974 - "Os Objetivos e as Vítimas da Estratégia da Grande Empresa". Vol. 44, nº 25. Rio de Janeiro, Editorial Visão Ltda.
35. WAGLEY, Charles
1957 - Uma Comunidade Amazônica. Rio, Companhia Editora Nacional.
36. WILLEMS, Emílio
1961 - Uma Vila Brasileira; Tradição e Transição. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
37. WOLF, Eric
1970 - Sociedades Camponesas. Rio, Zahar Editores.

DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

1. CARRARO, Carlos Clovis et alii
1974 - Rio Grande do Sul. MEC - UFRGS - Instituto de Geociências, Porto Alegre. Mapa Geológico do Estado do Rio Grande do Sul. Escala 1:1 000 000.
2. DSG (Diretoria do Serviço Geográfico)
1966 - Rio Pardo. Ministério da Guerra. Região Sul do Brasil, Folha SH.22-H-IV-3, Planta topográfica. Escala 1:50 000.
1968 - Dragões. Ministério do Exército. Região Sul do Brasil, Folha SH.22-N-II-1, Planta topográfica. Escala 1:50 000.
3. INCRA
1972 - Rio Grande do Sul. Capacidade de uso dos solos. Escala 1:750 000.

ANEXO 1

ANEXO 2

GLOSSÁRIO

AJOUJAR

Amarrar um animal a outro pelo ajoujo, em geral uma tira de couro.

AMOJADA

Vaca próxima a dar cria.

APOJAR

Fazer o bezerro mamar um pouco em cada teto, a fim de facilitar a ordenha.

AQUERENCIAR

Acostumar a um lugar.

ASPAS

Chifres.

CANGA

Jugo.

CANGALHA

Forquilha de árvore colocada no pescoço dos animais, particularmente do gado, para evitar que entrem nas lavouras.

CARRETA

Carro de bois.

CERCADO

Roça ou área destinada a este fim.

CHIMARRÃO

Chã de mate sem açúcar, servido em cuia e tomado quente através de uma bombilha.

CHIQUEIRO

Pequeno curral destinado a prender os bezerros de vacas em ordenha para evitar que mamem todo o leite.

COCHO

Recipiente, em geral de madeira, onde se põe ração para o gado e outros animais.

COSTEIO DE AJOUJO

Deixar bois ajoujados dois ou três dias, a fim de acostumá-los a andarem juntos. É uma etapa do processo de doma para tração.

CRIOULO

Animal de criação própria.

DESPONTADO

Animal que teve cerradas as pontas dos chifres.

DUREIRA

Vaca que solta o leite com dificuldade ao ser ordenhada.

EMPRESEIRO

Médio e grande orizicultor.

FIRMAR A CANGA

Acostumar os bois a puxarem. É uma etapa do processo de doma para tração.

FURADO

Boi com um ou dois chifres furados para serem por aí ajoujados.

GAVIONAR

Disparar ao ser pego.

GUILHADA

Vara de tamanho variado, em geral de bambu, com um prego numa das extremidades para tocar bois em serviço.

LADO DE DENTRO

Lado pelo qual o condutor, quando fora do veículo, dirige bois em serviço. Lado direito, empregado só em relação a animais.

LADO DE LAÇAR

Lado pelo qual o laçador atira o laço. Lado direito, empregado só em relação a animais.

LADO DE TOCAR

O mesmo que lado de dentro.

LAVOUREIRO

O mesmo que empreseiro.

MADEIRA BRANCA

Madeira sem cerne.

MOLEIRA

Vaca que solta o leite com facilidade ao ser ordenhada.

ORELHA QUEIMADA

Orelha (de bois) muito sensível, por haver sido muito ferida pela rijeira no processo de doma.

PAU NA ASPA

Pau ou vara colocada num dos chifres de bovinos para evitar que entrem nas roças.

PICANHA

Parte superior dos membros posteriores dos bovinos.

PONTA DE GADO

Pequena tropa.

POTREIRO

Área de pastagem. Empregado especialmente para pequenas áreas.

QUADRA

Medida de área igual a 17.424 m².

QUADRA

Medida linear igual a 132 m.

RESSABIADO DA CABEÇA

Animal que por ter sido muito castigado na cabeça procura evitar que toquem nela.

RESSABIADO DA CANGA

Boi que por ter sido muito exigido teme puxar.

RIJEIRA

Rêdea para dirigir bois. É presa à cabeça e em uma das orelhas de cada boi.

ROCEIRO

Animal que entra nas roças para comer as plantações.

TALHA

Medida para lenha. Uma talha tem 80 paus.

TAMBEIRO

Bovino macho com dois a quatro anos de idade, castrado, em processo de doma ou filho de vaca submetida à ordenha quan-

do ele era bezerro.

TAMBO

Estabelecimento para a produção de leite para o mercado.

TERNEIRO (A)

Bovino macho ou fêmea com até dois anos de idade.

TOMBEIRA

Carreta basculante.

TRATO

Ração para animais.

TUQUE

Pequena carroça de duas rodas.

ANEXO 3

10. Galpão e estábulo

Número tipos

FIGURAS 3 a 18



Fig. 3: Mulheres e crianças trabalhando com fumo

Fig. 4: Casa de rico. "Fazendeiro"



Fig. 5: Casa de remediado. Poupante-investidor



Fig. 6: Galpão para trabalho com fumo

Fig. 7: Casa de pobre. Lavrador



Fig. 8: Casa de mais pobre. Carreteiro de beira de estrada



Fig. 9: Venda

Fig. 10: A maior escola da
área



Fig. 11: Lavrador e seus bois

Fig. 12: Carreteiro na cidade



Fig. 13: Carreteiro de beira de estrada dirigendo-se à cidade



Fig. 14: Comprador examinando os dentes de um animal que pretende adquirir

Fig. 15: Estábulo



Fig. 16: Mangueira, brete e galpão. No primeiro plano pau usado na doma de bois para firmar a canga

Fig. 17: Leiteiros dirigindo-se à cidade na charrete



Fig. 18: Mulher ordenhando para vender leite na porta